



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 79

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 08 de setembro de 2022

**Presidente:** Deputado *Luís Garcia* (substituído no decorrer da sessão pela Deputada *Catarina Cabeceiras*)

**Secretários:** Deputados *Elisa Sousa e Tiago Branco* (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado *José Gabriel Eduardo*)

### Sumário

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.*

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, onde foram apresentados os seguintes votos:

– [Voto de Saudação pela Luta das Trabalhadoras da Cofaco de Rabo de Peixe](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE. Feita a apresentação pela Sra. Deputada Alexandra Manes (BE) e usado da palavra os Srs. Deputados Jaime Vieira (PSD), José Pacheco (CH), Valdemira Gouveia

(*PS*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e Paulo Estevão (*PPM*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Saudação pelo Centésimo Aniversário de Adriano Moreira](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS. Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*) e usado da palavra o Sr. Deputado José San-Bento (*PS*), António Lima (*BE*), Paulo Estevão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), João Bruto da Costa (*PSD*), José Pacheco (*CH*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Pesar pelo Falecimento de Luís Alberto Faria Vieira](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*) e usado da palavra o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), Salomé Matos (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Pesar pelo Falecimento de Manuel Silveira Goulart](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Feita a apresentação pela Sra. Deputada Ana Luís (*PS*) e usado da palavra a Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*) e o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Pesar pelo Falecimento de Manuel Furtado Silva](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*) e usado da palavra a Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*) e o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

De seguida, o Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*) usou da palavra para fazer uma **declaração política**.

Também para proferir uma **declaração política**, usou da palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria (*PS*), na qual intervieram os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), José Pacheco (*CH*),

António Lima (*BE*), Rui Martins (*CDS-PP*), Paulo Estevão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Seguidamente, também para uma **declaração política**, teve a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), intervindo também a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Carlos Silva (*PS*), António Lima (*BE*), Carlos Furtado (*Indep.*), bem como a Sra. Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Maria João Carreiro*).

Posteriormente, foi votado o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XII – “Adapta o estatuto do antigo combatente à Região Autónoma dos Açores](#), apresentado pela Representação Parlamentar do *CHEGA*.

O diploma foi aprovado por unanimidade em votação final global.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados José Pacheco (*CH*), Carlos Furtado (*Indep.*) Luís Soares (*PSD*) Ana Luís (*PS*) Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e Paulo Estevão (*PPM*).

Seguiu-se a [Apresentação do Relatório da Petição n.º 26/XII - Pela não alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho](#), "Medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes" pela Relatora da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Usaram da palavra os/as Srs./as. Deputados/as Gustavo Alves (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), Joana Pombo Tavares (*PS*), Alexandra Manes (*BE*), Rui Martins (*CDS-PP*), Alberto Ponte (*PSD*), Nuno Barata (*IL*) e José Pacheco (*CH*).

Avançou-se para o debate e votação da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XII - “Segunda Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 julho, Medidas de controlo da População de Animais](#)

[de Companhia ou Errantes](#)” apresentada pelo Governo.

Feita a apresentação por parte do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*), usaram da palavra para participar no debate os/as Srs./as Deputados/as Alberto Ponte (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*), Pedro Neves (*PAN*), Joana Pombo Tavares (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), Patricia Miranda (*PS*).

Em votação final global, o diploma foi reprovado por maioria.

Por fim, foi a debate o [Projeto de Resolução n.º 64/XII – “Apoio Extraordinário ao Rendimento dos Pescadores”](#).

Foi uma iniciativa inicialmente apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, adotada em Plenário pelo PS, também foi alvo de uma substituição integral.

Para a sua apresentação teve a palavra o Sr. Deputado José Ávila, usaram da palavra para participar no debate o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João), os/as Srs./as Deputados/as José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estevão (*PPM*), António Lima (*BE*), Rui Martins (*CDS-PP*), Mário Tomé (*PS*), Jaime Vieira (*PSD*).

*Os trabalhos terminaram às 19 horas e 40 minutos.*

**Presidente:** Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Faz favor, Sr. Secretário.

*Eram 10 horas e 08 minutos.*

**Secretário:** Bom dia.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Luísa Pereira Luís**

**Andreia Martins Cardoso da Costa**

**Berto José Branco Messias**

**Carlos Emanuel Rego Silva**

**Célia Otelinda Borges Pereira**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Joana Pombo Sousa Tavares**

**João Vasco Pereira da Costa**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**José Gabriel Freitas Eduardo**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**Lubélio de Fraga Mendonça**

**Manuel José da Silva Ramos**

**Maria Isabel Góis Teixeira**

**Mário José Dinis Tomé**

**Marta Ávila Matos**

**Patrícia Maria Melo Miranda**

**Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca**

**Rui Filipe Vieira Anjos**

**Sandra Micaela Costa Dias Faria**

**Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco**

**Tiago Alexandre dos Santos Lopes**

**Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho**

**Vasco Alves Cordeiro**

**Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Alberto Pacheco da Ponte**

**Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental**

**António Vasco Vieira Neto de Viveiros**

**Carlos Eduardo da Cunha Freitas**

**Délia Maria Melo**

**Elisa Lima de Sousa**

**Flávio da Silva Soares**

**Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva**

**Jaime Luís Melo Vieira**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**José Joaquim Ferreira Machado**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Luís Carlos Cota Soares**

**Marco José Freitas da Costa**

**Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio**

**Paulo Duarte Gomes**

**Paulo Alberto Bettencourt da Silveira**

**Ricardo Vieira**

**Sabrina Marília Coutinho Furtado**

**Maria Salomé Dias de Matos**

**Vitória Alexandra Correia Pereira**

***Partido Popular (CDS/PP)***

**Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto**

***Bloco de Esquerda (BE)***

**Alexandra Patrícia Soares Manes**

**António Manuel Raposo Lima**

***Partido Popular Monárquico (PPM)***

**Gustavo Valadão Alves**

***Chega (CH)***

**José Eduardo Cunha Pacheco**

***Iniciativa Liberal (IL)***

**Nuno Alberto Barata Almeida Sousa**

***Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)***

**Pedro Miguel Vicente Neves**

***Deputado Independente***

**Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado**

**Presidente:** Obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados:

Conforme definido pela Conferência de Líderes, esta manhã, está reservada ao período de **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**.

Os tempos são os seguintes para este período: o Partido Socialista dispõe de 48 minutos; o PSD de 40 minutos; o CDS-PP dispõe de 16 minutos; o Bloco de Esquerda e o PPM dispõem, cada, de 12 minutos; as Representações Parlamentares do Chega, da IL e do PAN dispõem, cada, de 10 minutos; o Sr. Deputado independente de 5 minutos.

Vamos dar início com os votos que deram entrada na mesa, o primeiro voto de saudação pela **Luta das Trabalhadoras da COFACO de Rabo de Peixe**, é apresentado pelo Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor.

(\***Deputada Alexandra Manes (BE)**): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

### **VOTO DE SAUDAÇÃO PELA LUTA DAS TRABALHADORAS DA COFACO DE RABO DE PEIXE**

Melhores condições de trabalho, dignificação e valorização salarial, progressão na carreira profissional, ambiente laboral saudável e conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar, são as reivindicações das trabalhadoras da fábrica COFACO em Rabo de Peixe.

Esta é uma situação que se arrasta há vinte anos, altura em que as trabalhadoras desta conserveira já reivindicavam aumentos salariais justos. A COFACO é uma empresa com mais de 100 anos de tradição, presente em mais de três dezenas de países, contando com várias centenas de trabalhadores e com uma produção e faturação de milhões. Apesar disso, é apoiada financeiramente pela Região, um investimento que tem servido



para alavancar a empresa, mas não tem tido o mesmo efeito na vida das suas trabalhadoras.

Estas trabalhadoras são o motor impulsionador da empresa e é o seu trabalho que faz as marcas conceituadas da COFACO chegarem ao mercado nacional e internacional. Mas em troca recebem apenas o salário mínimo, independentemente dos anos que trabalhem na empresa.

Os únicos aumentos salariais que estas trabalhadoras têm decorrem exclusivamente do aumento do salário mínimo ao longo do tempo.

Ou seja, se há 20, 30 ou 50 anos, entraram na fábrica com a categoria de ‘manipuladoras de peixe’, assim permaneceram e permanecerão ano após ano, independentemente das suas capacidades, competências, profissionalismo ou dedicação.

A estas trabalhadoras não lhes é dada nenhuma perspetiva melhor de futuro, nem pela via da progressão na carreira, nem melhores rendimentos, que se traduzam em maior sustentabilidade financeira pessoal e familiar.

É importante lembrar que o caminho para combater a pobreza e as desigualdades sociais é inseparável da valorização dos salários e da defesa e reforço dos direitos laborais.

O progresso e justiça social só são possíveis com a garantia dos direitos dos trabalhadores.

As mulheres, que são as que mais sofrem pelas desigualdades salariais, têm aqui um exemplo flagrante de como se continua a sentir na pele as injustiças criadas e perpetuadas ao longo dos tempos.

Querer produtos de qualidade e de excelência em troca de um salário estagne e indigno é algo que devemos condenar. São precisas ações políticas para se alterar a realidade destas trabalhadoras.

Temos, hoje, a oportunidade de marcar uma posição em relação a esta matéria, de nos juntarmos à luta destas trabalhadoras para exigir e garantir melhores condições de trabalho e sobretudo terminar com as injustiças salariais e laborais a que têm sido sujeitas.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de saudação pela luta das trabalhadoras da COFACO de Rabo de Peixe.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Alimentação, Bebidas e Similares, Comércio, Escritórios e Serviços, Hotelaria e Turismo dos Açores (SITACEHT/AÇORES) e ao Sindicato dos Trabalhadores Agroalimentares e Hotelaria da Região Autónoma dos Açores (SINTABA/AÇORES).

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o voto e estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Jaime Vieira, faça favor, tem a palavra.

**(\*)Deputado Jaime Vieira (PSD):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo.

O voto que o Bloco de Esquerda trouxe essa casa, logicamente que para nós tem que ser visto com uma grande solidariedade e, acima de tudo, perceber que esta é uma luta que não faz sentido de acontecer em pleno século XXI. Falar-se ainda de desigualdade de género.

Falar-se ainda de desigualdade em que termos salariais, algo que já devia de estar erradicado em qualquer sociedade dita democrática.

Queria ressaltar ainda, que estas trabalhadoras, têm feito de tudo, mas de tudo para que aquela unidade fabril ainda esteja a laborar e ainda esteja a ter os rendimentos que já foi dito.

Estas trabalhadoras, logicamente que para nós têm que merecer todo o nosso respeito, para nós têm que merecer toda a nossa atenção, para nós, acima de tudo, têm que merecer a nossa solidariedade.

Por isso, é urgente que de uma vez por todas, que se perceba que a luta das trabalhadoras da Cofaco, é um exemplo de várias lutas que vão acontecendo por este país fora.

Dizer ainda, que para nós é urgente, que se dê uma nova dinâmica salarial naquela unidade e que todos nós, de uma maneira ou de outra, temos que ter essa responsabilidade para terminar de uma vez por toda, com as injustiças que têm vindo a acontecer e que, de uma vez por todas, reconheçam que o trabalho daquelas Sras. da Cofaco tem que ter por parte também da unidade fabril uma outra abertura e acima de tudo, um outro poder negocial que permita melhores condições de vida para aqueles que ali laboram.

Disse.

**Voices de alguns deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

**(\*Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Deste assunto também já tive conhecimento e tomei posição em relação ao que os sindicatos nos apresentaram e as próprias trabalhadoras. Aqui temos um caso em que há que haver justiça tanto para o lado dos trabalhadores como para o lado das empresas. Neste momento tenho uma reunião

agendada com a administração da Cofaco nos próximos dias, também ouvir a versão deles, já nos mandaram alguns dados, no entanto, sem trabalho digno, sem dignificar o trabalho e sem recompensar o trabalho das pessoas, obviamente que também não teremos empresas felizes.

Nós queremos pessoas felizes, empresas felizes, uma sociedade feliz e isto é um paradigma que goste-se ou não tem que acontecer, tem que se virar, tem que se mudar. Nós temos que ter salários justos, não exorbitantes, que as empresas não possam pagar, mas ter um salário justo para que as pessoas possam viver e este tem que ser sempre o foco e tem sido o foco do CHEGA. Ter o foco nas pessoas e na dignidade das pessoas, na dignidade no trabalho e a recompensa.

Eu já o disse aqui muitas vezes e volto a repetir, um patrão só é bom patrão quando trabalha bem, ou quando recompensa bem as pessoas com quem ele trabalha e assim é que deve ser e, neste sentido, iremos aprovar este voto de saudação.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Valdemira Gouveia, faça o favor, Sra. Deputada.

**(\*)Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Partido Socialista associa-se ao voto de saudação pela luta das trabalhadoras da Cofaco.

Todos nós conhecemos desde há muito a luta destas Mulheres, porque ao iniciarem a sua carreira na Cofaco, foram elas também que levaram longe o nome da Cofaco, são elas que têm sido o desenvolvimento económico da Cofaco, e, numa altura em que nós falamos tanto da inflação, se uma mulher não progride na sua carreira em qualquer trabalho que esteja a fazer, não

serve de nada ela estar a lutar constantemente, porque aquilo que nós todos fazemos quando começamos a nossa carreira profissional é sobretudo isso, lutarmos, empenharmo-nos para ser justo os ordenados que nós temos, mas também vermos o lucro daquilo que é o nosso trabalho e do lucro também da fábrica e do trabalho que nós assumimos.

Portanto, as Mulheres de Rabo de Peixe na Cofaco, apesar de também estarem já desde há muito a falar no seu sofrimento no interior da Cofaco e nós todos já conhecemos isso, não podem ir... as horas são todas marcadas e os minutos e os segundos quando vão à casa de banho até também é preciso dizerem quantos segundos é que elas lá devem estar para virem para o seu desempenho, portanto, tem sido também uma luta constante neste sentido, que é todo o esforço que fazem para que a sua liberdade também a tenham no seu posto de trabalho.

É altura também para pedirmos ao Governo, sobretudo essa situação que já está falado há muito tempo e que já é conhecida desde há muito tempo, o acompanhamento mais próximo sobre a situação destas Mulheres, para que elas, no futuro também tenham uma progressão certa e justa na fábrica onde trabalham.

E, por isso tudo, nós associamo-nos a este voto de luta destas trabalhadoras. Muito obrigada.

**Voices de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata faça favor.

**(\*)Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Este voto de saudação que o Bloco de Esquerda hoje nos traz aqui podia também ser um voto de protesto, pela forma como são tratadas as Mulheres

trabalhadoras desta Região, não só naquela indústria específica, não só naquela marca específica, mas em toda a Região Autónoma dos Açores.

Mas centremo-nos na temática e na empresa em questão, São milhares de euros pagos em POSEIMA, são milhares de euros pagos em apoios à exportação, são milhares de euros pagos também pelo Orçamento da Região em apoios à importação de matéria-prima.

Não é de todo aceitável, que fazendo esta Região um esforço para manter aquela indústria com a importância que tem, até para o nome dos Açores nos mercados internacionais, que essa indústria não corresponda com as suas trabalhadoras e os seus trabalhadores, da forma que as compense pelo trabalho que desempenham, e, há um pormenor que não é de todo pormenor, mas por maior neste processo é que a marca de qualidade Açores, *qualitá azoré*, é extremamente valorizada no mercado internacional das conservas de peixe e deve-se essencialmente à forma como essas Mulheres manipulam o filete de atum e à forma como elas o metem dentro da lata.

E este trabalho que é um trabalho altamente especializado, não pode ser pago ao valor do ordenado mínimo regional, este trabalho tem que ser valorizado, porque se a Região faz um esforço para manter estas marcas no mercado internacional e as empresas daí tiram valor acrescentado e não vem mal ao mundo que assim aconteça, bem pelo contrário, o objetivo final é que os seus trabalhadores tenham melhores remunerações do que aquelas que têm outros que não valorizam os produtos finais.

Caso contrário, estamos aqui a contribuir todos para a valorização de um produto no mercado, sem que esta valorização do produto no mercado internacional tenha reflexos no rendimento dos trabalhadores e isto não pode continuar a acontecer e é só, e, por isso, que nos associamos a esse

voto de saudação do Bloco de Esquerda, para alertar mais uma vez os mercados, os governos, até aos consumidores, de que é fundamental valorizar aqueles que fazem um trabalho diferenciado e que acrescentam valor aos produtos que nós temos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

**(\*)Deputado Pedro Pinto (CDS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O CDS está solidário com esta luta das funcionárias da Cofaco, é uma luta que já vem sendo travada há vários anos, através de tentativas de negociação que, infelizmente têm sempre esbarrado na intransigência da empresa em aceder às legítimas aspirações destas funcionárias em terem uma carreira, uma carreira com diversos níveis e correspondentemente diversos níveis remuneratórios.

Os valores que estas funcionárias pedem para a diferenciação entre as várias categorias são valores muito modestos e, portanto, não se compreende e não se pode aceitar que uma empresa que tem a importância que tem não só a nível regional, mas também a nível nacional, que é líder de mercado em algumas marcas de atum, que se esquive à sua responsabilidade social e não retribua justamente as funcionárias que conferem qualidade ao produto que vendem.

Portanto, é justa a luta destas trabalhadoras, estamos solidários com essa luta e obviamente que nos associamos a este voto de saudação pela sua luta.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça o favor.

**(\*)Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Da parte do PPM, nós não temos nenhum complexo ideológico em relação a esta matéria.

Há quem defenda a liberdade de mercado, há quem defenda o funcionamento autónomo das empresas, bom, mas isto não pode ser visto só por um lado, como bem há pouco foi referenciado.

Isso já não se aplica quando pedem apoios, quando pedem apoios sucessivos ao Governo Regional, aí esta empresa já não acha que tem que ter autonomia de gestão, autonomia no mercado e uma decisão autónoma do ponto de vista daquelas que são os pagamentos das suas responsabilidades, para pedir o apoio ao Governo, para solicitar o apoio ao Governo, já não se fala em liberalismo total, aí já não se fala em liberalismo. Depois quando é para dar condições dignas, para dar condições dignas aos seus trabalhadores, aí sim, aí é a liberdade do mercado, é a liberdade de funcionamento autónomo das empresas no mercado livre.

Não! Não tenho nenhum complexo ideológico em relação a esta matéria, como aqui foi, e, bem referido, esta empresa tem responsabilidades em relação aos trabalhadores, tem responsabilidades em relação ao Governo Regional que lhe dá este apoio, que é um apoio muito substancial, sem a qual não poderia funcionar. Mas este apoio tem que ter também uma contrapartida e a contrapartida não é

a simples existência, a contrapartida é dar também aos trabalhadores as condições de trabalho dignas que estes trabalhadores merecem e que é justo que possam auferir. E, mais, nesta Região, com este Governo também se demonstrou que não estamos submetidos, que não estamos submetidos a uma chantagem permanente, que há alternativas e a questão do Pico



demonstrou isso, a Cofaco, saiu, mas foi encontrada uma alternativa. Porquê? Porque esta é uma boa solução, os Açores são uma boa solução, são uma boa oportunidade de negócio nesta matéria.

E, portanto, eu considero é que a Região, neste momento está numa situação melhor para pressionar a Cofaco, na medida em que ficou demonstrado que sem a Cofaco também temos soluções e que sem a Cofaco conseguimos manter este setor de pé, mais, que conseguimos até modernizá-lo e conseguir melhores condições de trabalho.

Portanto, nesta matéria, eu penso que este Governo também demonstrou que existem alternativas e também demonstrou que não nos deixamos chantagear porque a Região Autónoma dos Açores tem que demonstrar, em qualquer circunstância, perante qualquer operador económico, por mais poderoso que

seja, por mais influente que seja, temos que demonstrar que temos alternativas e que não aceitamos estas condições, que estas condições de trabalho sejam impostas aos nossos trabalhadores, e, demonstramos mostrando que existe viabilidade para este setor, que existem outros agentes económicos e que não estamos submetidos a um interesse económico específico, e, que, sem a Cofaco é possível que este sector possa sobreviver, como se demonstrou e como este Governo Regional demonstrou ao longo desta legislatura, existiam ou não existiam alternativas? Provámos que sim e provámos que não é possível a nenhuma empresa nesta área chantagear o Governo, por isso o que eu defendo é que o Governo Regional, nesta matéria, tem que ter...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**(\*)O Orador:** ...tem que ter uma intervenção também no sentido de garantir que existe as melhorias de condições de trabalho das trabalhadoras de Rabo de Peixe da Cofaco, isto é essencial.

Sr. Presidente, termino já e termino dizendo isto, nós associamo-nos, é justa esta luta, mas esta luta só irá completar os seus propósitos se forem alcançados resultados e têm que ser alcançados resultados pela luta dos trabalhadores, mas com um parceiro nesta reivindicação que é o Governo Regional.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições relativamente a este voto de saudação. Não havendo, vamos então passar a sua votação, as Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manterem como estão.

Faz favor, Sra. Secretária.

**Secretária:** O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de saudação é apresentado pelo CDS/PP - Centésimo Aniversário de Adriano Moreira, para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

**(\*)Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

### **VOTO DE SAUDAÇÃO**

#### **Centésimo Aniversário de Adriano Moreira**

Adriano José Alves Moreira nasceu em Grijó, Macedo de Cavaleiros, a 6 de setembro de 1922.

Licenciou-se em Direito, pela Universidade de Lisboa, em 1944, possuindo o doutoramento na mesma área, pela Universidade Complutense de Madrid. É doutor pelo Instituto Superior de Ciências e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Professor Catedrático da Universidade Técnica de Lisboa; Professor do Instituto Naval de Guerra, Curador da Fundação Oriente.

O Professor Doutor Adriano Moreira é amplamente reconhecido na sociedade portuguesa como humanista e cientista político de referência. Na sua vasta obra académica, notabilizam-se “Ciência Política” e “Teoria das Relações Internacionais”.

Na sua vasta carreira política, foi Membro da delegação portuguesa na ONU entre 1957 e 1959. Desempenhou funções como Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina nos anos 1960 e 1961, e subsequentemente como Ministro do Ultramar entre 1961 e 1963.

O Professor Doutor Adriano Moreira é um homem que almejou reformular um regime que não queria mudanças. E a prova dos seus feitos é que tentou abolir o estatuto do indigenato, que negava direitos cívicos à população colonial, e tentou também criar Universidades em Angola e Moçambique. Foi Presidente do Centro Democrático Social - CDS de 1986 a 1988 e, interinamente, em 1991 e 1992.

Foi deputado à Assembleia da República no período de 1979 a 1995, contemplando a II, III, IV, V e VI legislaturas. Na VI legislatura, de 1991 a 1995, exerceu funções como Vice-presidente da Assembleia da República.

Mais recentemente, foi eleito para o Conselho de Estado, que integrou desde dezembro de 2015 até 2019.

Espalhou a sua influência por variadas instituições de ensino superior no País, das quais a Universidade dos Açores não é exceção.

Até hoje, o Professor Doutor Adriano Moreira tem inspirado gerações, sob os seus motes “plantar macieiras para colher maçãs” e “o poder da palavra é mais forte que a palavra do poder”.

Adriano Moreira é uma parte viva da história do CDS, da sociedade portuguesa e do panorama político nacional e internacional.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de saudação pela passagem do centésimo aniversário do Professor Doutor Adriano Moreira.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao próprio e à sua família. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto e estão abertas as inscrições. Senhor deputado José San Bento, faça favor.

**(\*Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado Sr. Presidente.

Bem, naturalmente que o Partido Socialista se associa a este voto, uma justa homenagem ao Doutor Adriano Moreira, uma personalidade incontornável na nossa sociedade e no nosso país, nos mais diferentes níveis, eu destacaria apenas dois:

No plano político o papel que o Professor Adriano Moreira teve, não tanto depois do 25 de Abril, que esse é mais conhecido, mas antes do 25 de Abril, onde de facto ele foi uma personalidade do Estado Novo que compreendeu os ventos da história, compreendeu as consequências da Segunda Guerra Mundial e percebeu que era necessário reformar o Estado Novo,

nomeadamente a política em relação às colónias, e, isso levou a um choque com um regime que, no fundo, seguia uma utopia conservadora, em que no fundo o Oliveira Salazar não acreditava na dualidade Ibérica sem um Império português, ou seja, se Portugal descoloniza-se o que restaria o Portugal Continental, a metrópole seria absorvida como uma província espanhola e isso foi uma cisão no regime e o Professor Adriano Moreira foi uma daquelas personalidades que teve um trabalho meritório procurou reformar as colónias, percebeu que era inevitável, mais tarde ou mais cedo, a descolonização, daí a proposta de se formarem universidades nestas colónias, infelizmente não foi a corrente dele que venceu, mas ele teve não só consciência como ele foi presciente do que estaria para vir, e eu acho que a nação portuguesa

deve-lhe esse reconhecimento e essa homenagem, que nem sempre são suficientemente salientados.

No plano académico, de facto, o voto, explicita isso, eu gostava só de abordar uma curiosidade de facto, o Professor Adriano Moreira teve um papel importantíssimo e tem ainda na área da ciência política e das relações internacionais, que não eram estudadas antes do 25 de Abril, a ciência política com o estudo dos regimes políticos e com os modelos de cidadania era um verdadeiro terror para um Estado autoritário, como é óbvio, ainda mais, para as elites universitárias, onde os jovens já davam sinais desde 1961 de uma certa convulsão e de um certo inconformismo em relação ao regime, aliás, o Partido Socialista tem, orgulhosamente, vários dos seus fundadores e vários dos seus mais destacados militantes, como também participantes nessas lutas estudantis e, portanto, uma saudação muito calorosa ao Professor Adriano Moreira e, também, mesmo para terminar, também, o agradecimento e o reconhecimento pelo papel também no plano

académico que ele tem tido com várias universidades, não só no nosso país, nos Palop's, particularmente no Brasil, com a nossa Universidade dos Açores e com muitas outras universidades europeias onde, de facto, esteve sempre disponível e só há muito pouco tempo é que por limitações de saúde é que deixou de viajar e que

deixou de vir como vinha frequentemente à Universidade dos Açores, onde as suas palestras eram sempre um momento alto de vários colóquios e com esta singela homenagem e com este reconhecimento, o Partido Socialista reitera que com grande regozijo se associa a este voto e também felicita o CDS pela pertinência de ter apresentado esta distinção. Muito obrigado.

**Voices de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

**(\*Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda saúda sempre a vida e neste caso também, como não pode deixar de ser, a vida longa de qualquer pessoa, neste contexto, a personalidade em questão, o Professor Doutor Adriano Moreira, tem contradições ao longo da sua vida, que já foram também aqui de certa forma abordadas, que o torna uma personagem não só complexa, mas também importante.

O texto do voto é, como não poderia deixar de ser e como é normal, elogioso, mas

essa personalidade, Sr. Adriano Moreira, como já foi aqui referido, foi ministro de um Governo e de um regime ditatorial, teve responsabilidades também na reabertura do campo do Tarrafal, com outra designação,

posteriormente, e essas contradições também não podem ser de modo algum apagadas da história. No entanto, nós, como referi inicialmente saudamos a vida e naturalmente desejamos sempre vida longa a todas as pessoas, e, como não podia deixar de ser, ao Professor Adriano Moreira também.

Muito obrigado.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Fica-lhe mal, Sr. Deputado!

**Deputado Nuno Barata (IL):** Fica muito melhor do que algumas hipocrisias!

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

**(\*Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo.

Eu, como há pouco referi o PPM não tem complexos ideológicos.

Nós reconhecemos que dentro da nossa sociedade, num período histórico complexo, existiram personalidades que tentaram mudar o rumo do regime. Falamos de um Veiga Simão, por exemplo, que teve um papel importantíssimo, e, cuja tendo sido Ministro, de Estado Novo, veio a ter funções, por exemplo, no Partido Socialista, falo de Sá Carneiro, por exemplo, que, tendo sido deputado durante o Estado Novo, veio a fundar um partido de enorme relevância na democracia portuguesa, como é o PSD, falo de Freitas de Amaral, falo de Humberto Delgado, também em ponto que vinha do interior do regime e que também tentou alterar o regime.

Há diversas personalidades que o fizeram no sentido de alterar as características não democráticas do regime, o que fizeram com sacrifício pessoal, nalguns casos,

nalguns casos, como, por exemplo, de Humberto Delgado com a própria vida.

E por isso estes homens merecem este reconhecimento, que é o caso do Professor Adriano Moreira, que foi um reformista dentro do regime e que teve um papel muito relevante na democracia portuguesa e continua a ter também como catedrático e com uma personalidade muito relevante do ponto de vista do mundo intelectual português. E a prova disso, deixem-me falar desta questão, a prova disso está, por exemplo, na pluralidade que existe na sua própria família, na educação, na abertura que teve.

Todos nós sabemos que é o pai da Deputada Isabel Moreira, do Partido Socialista, isso só por si mostra a pluralidade, a democracia, a liberdade em que foram educados os seus filhos, escolhendo livremente a sua opção política.

Por isso, o PPM associa-se a este voto de saudação de uma personalidade muito relevante da democracia portuguesa, uma personalidade muito relevante do mundo académico português.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

**Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

**(\*Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

Obviamente a Iniciativa Liberal vai associar-se a esse voto de saudação pela passagem do centésimo aniversário do nascimento do Professor Adriano



Moreira, mas não sem antes aqui dizer que prefere aqueles que dizem aquilo que pensam do que aqueles que hipocritamente ainda há pouco tempo apelidavam de

Fascista...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem! Muito bem!

(\***O Orador:** ... e agora tecem loas no seu centésimo aniversário.

Foi pelo seu manual de ciência política, que vai na nona edição esgotada que dei os primeiros passos nessa arte, foi também pela sua teoria das relações internacionais, também já na décima edição, essa não ainda esgotada que dei os primeiros passos naquilo que são o pensamento português e universal das relações internacionais.

Ainda há pouco tempo, o Professor Adriano Moreira tem uma obra fantástica que se chama Portugal e a crise global já escrita com mais de 80 anos, e, que é de uma lucidez estonteante, diria eu.

Mas que nos sirva de inspiração o Professor Adriano Moreira e vão me perdoar, aqui vou citá-lo numa frase que me parece lapidar e que deveria ser inspiradora deste Governo.

O Professor Adriano Moreira no final das suas aulas, dizia sempre aos seus alunos: “*não se esqueçam que na prática, a teoria é outra*”.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor.

(\***Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Naturalmente que, apenas, porque já basicamente foi dito aquilo que significou a vida e que tem significado a vida do Professor Adriano Moreira, que é um vulto da democracia portuguesa, que é um vulto do nosso

tempo, da nossa contemporaneidade também na vida, na conceção da nossa sociedade, na visão que tinha descomplexada e não complexa da vida pública, da vida política, da democracia e da participação cívica e cidadã, que é um exemplo que devemos realçar, e, não podia deixar de em nome também do Grupo Parlamentar do PSD, enaltecer esse facto celebrando o centésimo aniversário é sempre de celebrar o centésimo aniversário de qualquer cidadão, mas do Professor Adriano Moreira também nos associamos com especial gosto pela personalidade que significou e que certamente não tem comparação, nem é merecedora de qualquer reparo, atendendo a todo o pesar, perante qualquer personalidade daquilo que são as suas qualidades, e, como não existem homens perfeitos daquilo que também são as suas imperfeições ou os seus defeitos, e, nesse sentido, estamos claramente satisfeitos por poder celebrar os cem anos de vida e enviar um caloroso abraço democrático ao Professor Adriano Moreira.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

**(\*Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Associamo-nos obviamente a este voto, deste centenário e dizer que Portugal precisa de muitos *Adrianos Moreiras*, muitos, mesmo, pessoa de sabedoria, pessoa de discurso coerente ao longo de uma vida de cem anos. O que nós precisamos são pessoas que não vergam com o vento nem são cata-ventos.

É um homem que manteve a sua linha de pensamento e assim seja, independentemente das ideologias, independentemente do pensamento que

podemos ter, ou a visão que podemos ter sobre o mundo, que neste caso coincide com a minha, uma pessoa que tive o prazer já de conhecer pessoalmente.

E, sem dúvida, é de realçar e de associar a este voto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Rui Martins, faça favor, tem a palavra.

(\***Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo.

Obviamente, inscrevi-me novamente para, de certo modo, agradecer também as palavras que foram dirigidas a propósito deste voto que o CDS apresentou, mas dirigidas ao Professor Adriano Moreira, e nós apresentámos também este voto porque obviamente, consideramos que sempre que possível, as homenagens devem ser feitas em vida...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

(\***O Orador:** ... e isto é uma saudação, uma singela saudação, nem sequer percorre toda aquilo que foi a vasta carreira e que é pronto de Adriano Moreira.

E relativamente àquilo que possam ser as efetivas contradições ou referidas contradições para alguns parlamentares, eu gostaria de dizer que não nos podemos

esquecer que Adriano Moreira fez parte de um regime que já há altura se afigurava como obsoleto, não obstante, deu passos importantes para mudar o estado de coisas e considero que não devemos cair na tentação, que é uma tentação até muito moderna ou atual, que é a tentação de reescrever a

história ou de analisar atitudes de determinado período histórico à luz daquilo que são os valores da sociedade atual.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

(\***O Orador:** Eu considero que isso não é um bom serviço, porque senão temos que pedir desculpa por todo um historial que tem a ver com os Descobrimentos, com colonizações que fizemos, com povoamentos, quer dizer, e não me parece que seja esse o caminho, e, imaginemos também que toda a sociedade da altura se negasse e os melhores da sociedade da altura, muitos dos melhores da sociedade da altura, se negassem a ser ministros a exercer funções, se calhar teríamos deixado de ter as pessoas mais disruptivas a exercer funções nesses governos e a tentar mudar o estado de coisas, por isso é extremamente importante nós analisarmos as coisas e os factos à luz daquilo que eram os valores e o enquadramento da sociedade da altura, e não podemos estar agora com os olhos de hoje e com os nossos valores de hoje a criticar...

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

(\***O Orador:** ... aquilo que no passado foi feito num determinado regime que já toda a gente, e, como eu disse, se revelou obsoleto e que de qualquer das maneiras não desvaloriza todo o percurso de vida e toda a atividade política na sociedade portuguesa e o incremento que ele trouxe para uma sociedade mais democrática, como é agora a sociedade portuguesa.

Muito obrigado.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado. Vamos passar à votação deste voto de saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Faz favor, Sra. Secretária.

**Secretária:** O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos aos votos de pesar. O Primeiro apresentado pelo Partido Socialista, voto de pesar pelo falecimento de Luiz Alberto Faria Vieira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco para a sua apresentação.

**(\*Deputado Tiago Branco (PS):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

### **VOTO DE PESAR**

#### **Pelo Falecimento de Luís Alberto Faria Vieira**

Faleceu no passado dia 31 de julho, aos 59 anos de idade, Luís Alberto Faria Vieira.

Natural da Feteira, freguesia da ilha do Faial, na qual residiu toda a sua vida, fez o seu percurso escolar até ao 11.º ano no Liceu da Horta tendo, em 1985, concluído o Curso de Fiscal Técnico de Obras Públicas com a classificação de 18 valores, no Centro de Documentação e Formação Técnica das Capelas, na ilha de São Miguel.

Aos 9 anos de idade, começou a trabalhar com o seu avô materno e com os seus pais na terra, e exerceu, também, a ocupação de pedreiro,

nomeadamente no intervalo entre a conclusão da escolaridade e o seu ingresso na formação profissional.

Terminado o curso, estagiou na Secretaria Regional das Obras Públicas – Delegação da ilha do Faial, entrando posteriormente para o quadro.

Integrou a Proteção Civil e, em 1998, após a tragédia do sismo de 9 de julho, dedicou-se, de forma particular, no auxílio às dezenas de famílias sinistradas e na recuperação de infraestruturas danificadas por aquela calamidade. Na altura, desempenhava ainda funções de Presidente da Junta de Freguesia da Feteira (freguesia também bastante fustigada por esta catástrofe), tendo assistido a inúmeras famílias atingidas.

Nas funções que exerceu como Presidente da Junta de Freguesia da Feteira de 1997 a 2005, Luís Vieira empenhou-se de forma muito incisiva para desenvolver a sua freguesia, onde se destacam, entre muitas outras ações, a construção do parque de lazer da Feteira, a aquisição de viatura para a Junta de Freguesia, a desobstrução de linhas de água e todo o auxílio prestado aquando do sismo de 1998.

Foi, também, Presidente da Assembleia de Freguesia da Feteira entre 1994 e 1997, e vogal daquele órgão autárquico de 2005 a 2021, fez parte da Comissão Fabriqueira da Paróquia da Feteira, pertencendo ao grupo criado para acompanhar a reconstrução da Igreja daquela freguesia após o sismo de 1998.

Integrou os órgãos sociais da Casa do Povo da Feteira, desde 2009, e em 2019, assumiu o cargo de membro da comissão técnica de acompanhamento da obra de construção do Centro Intergeracional da Feteira, através da Casa do Povo.

Foi tocador da Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense, onde iniciou a sua participação aos 13 anos de idade, tendo sido ainda Secretário

da Direção entre 1980 e 1982, Vice-Presidente de 2015 a 2017 e, de 2017 até à data do seu falecimento, Presidente da Assembleia Geral desta mesma instituição cultural.

Desde 1996 até à data do seu falecimento foi Presidente da Direção do Império da Caridade na Feteira, para além de outras inúmeras participações cívicas em várias coletividades, da freguesia e da ilha.

Luís Vieira significava, para quem com ele lidou pessoalmente, afabilidade, vontade de ajudar o próximo e capacidade de transmitir tranquilidade a quem o rodeava, mesmo em momentos de maior pressão ou dificuldade.

Luís Vieira era, e continuará a ser, um símbolo do poder autárquico faialense e açoriano e uma referência para muitos dos que o acompanharam em diversas frentes.

Partiu, deixando para trás muitos amigos e familiares, particularmente a sua filha Viviana, de quem o Luís Vieira muito se orgulhava e a quem definiu a prioridade da sua vida.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 8 de setembro de 2022, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Alberto Faria Vieira, enaltecendo o seu percurso de vida, destacando-se a longa atividade autárquica, o auxílio aos sinistrados do sismo de 1998 e todo o trabalho desenvolvido em prol do desenvolvimento da ilha do Faial e, em particular, da freguesia da Feteira.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família, à Assembleia e Junta de Freguesia da Feteira, aos órgãos sociais da Casa do Povo da Feteira, aos órgãos sociais da Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense, e à direção do Império da Caridade da Feteira.

Disse.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto. Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

(\***Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do CDS, naturalmente, associa-se a este voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luís Vieira, porque o Sr. Luís Vieira foi um servidor público, sem dúvida, votou a sua vida na sociedade a ajudar a comunidade onde estava inserido, tanto por obrigações laborais, de certo modo, mas também por vontade própria, quando se empenhou e se candidatou a cargos e desempenhou cargos. públicos e os encarou sempre como missão e sem dúvida que esteve ao serviço da comunidade da Feteira, mas não só, da comunidade da ilha e, por sua vez, obviamente é sempre um benefício para todos os açorianos e por isso é com pesar que obviamente nos associamos a este a este voto de pesar, passe a redundância porque efetivamente é alguém que nos deixa cedo demais e que, pese embora a sua longa experiência e seu longo trabalho cívico, é sem dúvida de relevar o pesar com que se passam estas situações e por isso, obviamente os nossos pensamentos estão neste momento com a família enlutada e associamo-nos então a este voto pesar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor.

(\***Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.



O Grupo Parlamentar do PSD associa-se com pesar ao voto aqui apresentado pelo falecimento precoce do Sr. Luís Alberto Faria Vieira, agradecendo a oportunidade que este voto trazido pelo Grupo Parlamentar do PS, nos dá de, neste dia, homenagearmos um cidadão ativo, destacando o papel relevante que desempenhou, para além de todas as participações que aqui bem foram descritas pelo Sr. Deputado Tiago Branco, um destaque especial como Presidente da Junta da Freguesia da Feteira, pelos tempos particularmente difíceis que enfrentou por ocasião do sismo de 9 de julho de 1998, tendo deixado naturalmente a sua marca junto de todos aqueles que ajudou, em especial da população da freguesia da Feteira, e, aproveitamos a oportunidade para endereçar as mais sentidas condolências à família e amigos.

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste voto de pesar, as Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sra. Secretária.

**Secretária:** O voto de pesar apresentado, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de pesar é também apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo falecimento de Manuel Silveira Goulart.

Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís.

**(\*)Deputada Ana Luís (PS):**

**VOTO DE PESAR****Pelo Falecimento de Manuel Silveira Goulart**

Faleceu no passado dia 29 de agosto, aos 79 anos de idade, Manuel Silveira Goulart.

Filho de José Goulart e Amélia da Silveira, nasceu a 26 de agosto de 1943 na freguesia de Angústias, ilha do Faial, onde sempre viveu, e completou o ensino primário na Escola da Rua Capelo Ivens, tendo, mais tarde, ingressado no Liceu Nacional da Horta que frequentou até à conclusão do antigo 4.º ano de escolaridade.

Como aluno externo, frequentou a Escola Paroquial das Angústias, na qual fez o exame das secções de letras e ciências, concluindo aí o Curso Geral de Liceus.

Trabalhou, desde cedo, em diversas empresas da ilha do Faial, nomeadamente, na mercearia “Fontes”, farmácia “Corrêa”, na livraria “O Telegrapho” e na ourivesaria “Reguladora”.

Frequentou ainda o estágio para observador meteorológico no Observatório Príncipe Alberto do Mónaco, na ilha do Faial, e no Centro Meteorológico do Aeroporto de Santa Maria.

Em 1972, ingressou no Serviço Meteorológico Nacional e, posteriormente, no Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, tendo, mais tarde, exercido as funções de observador meteorológico no Observatório Príncipe Alberto do Mónaco e no Centro Meteorológico do Aeroporto da Horta, aposentando-se em 2001.

A sua atividade política foi longa e diversa, sendo um destacado militante do Partido Socialista, na ilha do Faial, partido no qual militou desde 1975.

Entre 1972 e 1973, foi Regedor da freguesia de Angústias, tendo sido eleito, em 1976, pelo Partido Socialista, Presidente desta Junta de Freguesia, cargo que exerceu até 1982, tendo sido, posteriormente, Presidente da Assembleia de Freguesia de Angústias entre 1985 e 1989. Foi ainda eleito Vereador da Câmara Municipal da Horta de 1993 a 1997 e foi deputado à Assembleia Municipal da Horta entre 1976 e 2013, interrompendo apenas durante o período em que foi Vereador. Integrou ainda, como primeiro secretário o Conselho de Ilha do Faial.

Manuel Silveira Goulart foi também deputado desta Assembleia Legislativa, tendo sido eleito, pelo círculo eleitoral do Faial, pelo Partido Socialista. Iniciou funções em 1983, ainda na II Legislatura. Na III Legislatura foi secretário da Mesa da Assembleia e da Mesa da Comissão de Assuntos Políticos e Administrativos, na IV legislatura, manteve-se como secretário da Mesa da Assembleia e integrou a Comissão Permanente, a Comissão de Organização e Legislação e a Comissão de Política Geral. Para além da sua dimensão política, Manuel Goulart, foi um cidadão ativo e participativo em diversas instituições de cariz social e desportivo da freguesia que o viu nascer.

Foi escuteiro no Agrupamento 171 do Corpo Nacional de Escutas, com sede nas Angústias, tendo sido um dos seus fundadores em 1963.

Foi praticante de futebol, andebol e basquetebol no Angústias Atlético Clube, onde foi também treinador de futebol e membro da direção.

Pertenceu, igualmente, à direção da Associação de Futebol da Horta.

Fez parte do Rotary Club da Horta, tendo sido seu presidente no ano rotário 2002/2003 e Governador Assistente no Distrito 1960 do Rotary International, entre 2013 e 2014.

A enumeração dos diversos cargos que exerceu dão bem nota de como Manuel Silveira Goulart dedicou grande parte da sua vida aos outros, ao serviço da causa pública e a lutar pelo desenvolvimento social e económico da sua freguesia, da sua ilha e da sua Região.

Mas não existirão palavras suficientes para caracterizar a sua dimensão humana - Manuel Goulart regeu a sua vida sob os valores da partilha, da amizade, da dignidade e da verticalidade. Sempre pronto a ajudar os outros com o seu conhecimento e sabedoria, com todos colaborava, sempre de forma disponível, humilde e diria até com alegria por se sentir útil perante as gerações mais novas.

Partiu, deixando um vazio enorme junto dos seus amigos e familiares, em particular, os seus filhos, nora, genro e netos. No passado dia 29 de agosto, vimos partir um Homem bom.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 8 de setembro de 2022, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Silveira Goulart, enaltecendo o seu percurso de vida, destacando-se a sua longa atividade política, e todo o trabalho desenvolvido em prol do desenvolvimento da ilha do Faial e, em particular, da freguesia das Angústias.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família, ao Agrupamento 171 do CNE, à Assembleia e Junta de Freguesia das Angústias e à Assembleia Municipal da Horta.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o voto, pergunto se há inscrições. Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor, tem a palavra.

**(\*)Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo. O Grupo Parlamentar do PSD associa-se naturalmente, com profundo pesar ao voto aqui trazido pelo Grupo Parlamentar do PS e revê-se, nas palavras lidas pela Sra. Deputada Ana Luís, o falecimento do senhor Manuel Goulart no passado 29 de Agosto constituiu a perda de um homem bom, como bem aqui também ouvimos cidadão ativo, dirigente, atleta no angústias Atlético clube, membro do corpo de escutas, colaborador dedicado da paróquia de nossa Senhora das Angústias, a freguesia onde nasceu e onde escolheu viver, politicamente exerceu nobremente vários cargos, foi enquanto deputado municipal que tive oportunidade de com ele privar, reconhecendo-lhe a urbanidade e rigor. E, por isso, associamo-nos a este voto, aproveitando para endereçar, naturalmente, as mais sentidas condolências à família e amigos do senhor Manuel Goulart.

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

**(\*)Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo. O Grupo Parlamentar do CDS também, naturalmente, associa-se a este voto e efetivamente, como também já foi dito, na intervenção que me precedeu, é um voto que percorre aquilo que é um histórico e um legado de vida de alguém que se envolveu nas mais diversas atividades da sociedade faialense e açoriana, e, que tem, obviamente, teve uma enorme importância no Faial, sobretudo pelo seu empenho pela seu civismo, o seu espírito de missão e a sua participação política, e por isso, é com pesar que nos associamos também a este voto de pesar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação deste voto de pesar. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Faz favor, Sra. Secretária.

**Secretária:** O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de pesar pelo falecimento de Manuel Furtado Silva é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(\***Deputado Tiago Branco (PS):** Excelentíssimo Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

## **VOTO DE PESAR**

### **Pelo Falecimento de Manuel Furtado Silva**

Manuel Furtado Silva nasceu no concelho da Madalena, ilha do Pico, a 22 de dezembro de 1929.

Quando tinha 7 anos de idade, os seus pais fixaram residência na Praia do Almojarife, ilha do Faial, freguesia onde sempre viveu e constituiu família e na qual, aos seus 18 anos, instalou o seu primeiro negócio, uma oficina, em que desenvolveu a atividade de serralheiro. Juntamente com os seus trabalhadores, produziu alfaias agrícolas, sabendo-se que foram responsáveis pela produção de cerca de 6000 arados de ferro durante a sua atividade, o que revela a importância do seu trabalho naquele tempo em prol da atividade agrícola.

Apesar do sucesso alcançado, a crise despoletada pela erupção do Vulcão dos Capelinhos afetou significativamente a aquele setor e, com isso, a atividade económica com ele relacionado, obrigando Manuel Furtado Silva a enveredar pela profissão de mecânico à qual se dedicou até ao início da década de 80.

A 1 de maio de 1980 estabeleceu-se, na cidade da Horta, como o primeiro empresário do ramo de aluguer de automóveis, constituindo com a sua esposa, a conhecida empresa “Auto Turística Faialense”, a qual vem assumindo, desde então, um papel relevante no desenvolvimento da atividade turística na ilha do Faial e nos Açores.

A par da sua atividade empresarial, não prescindiu de intervir na vida coletiva e de integrar o movimento associativo da ilha do Faial, particularmente o da sua freguesia.

Foi autarca, tendo integrado o executivo da Junta de Freguesia da Praia do Almojarife de 1971 a 1976.

Foi membro da direção da Sociedade Filarmónica Unânime Praiense e da Associação de Agricultores da ilha do Faial.

Pertenceu à Comissão Fabriqueira da Paróquia de Nossa Senhora da Graça, na Praia do Almojarife, e integrou a Comissão de Reconstrução das Igrejas do Faial na sequência do sismo de 9 de julho de 1998.

Em 2009, foi distinguido pelo Rotary Club da Horta pela diversificada atividade profissional desenvolvida na ilha do Faial e em 2016, viu ser-lhe atribuída, pela Câmara Municipal da Horta, a Medalha de Mérito Municipal Dourada pela sua ação na promoção do turismo e pelo seu dinamismo social e cultural.

Manuel Furtado Silva casou-se com Maria Filomena Lopes da Silva de quem teve 2 filhos: Maria de Jesus e Ilídio.

Faleceu, de forma súbita, no dia 25 de agosto de 2022, aos 92 anos de idade. Atendendo à relevância do seu percurso empresarial e associativo, bem como à importância que a sua participação significou para o desenvolvimento económico e social da ilha do Faial e dos Açores, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe, nos termos regimentais aplicáveis, que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Furtado Silva e que dele seja dado conhecimento à sua família, à Junta e Assembleia de Freguesia da Praia do Almocharife, à Sociedade Filarmónica Unânime Praiense, à Associação de Agricultores da ilha do Faial e à Câmara e Assembleia Municipal da Horta.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições. Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor, tem a palavra.

**(\*Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo. O voto de pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Furtado Silva, trazido pelo Grupo Parlamentar do PS, permite que neste dia prestemos um reconhecimento a um homem que foi um empreendedor enquanto empresário no ramo automóvel, foi também como autarca e pelo seu longo percurso ligado ao associativismo, um justo merecedor do respeito da sociedade faialense e desejamos que perdurem no tempo as palavras aqui lidas pelo Sr. Deputado Tiago Branco.

Associamo-nos com pesar a este voto e endereçamos as mais sentidas condolências à família e amigos do senhor Manuel Furtado Silva, falecido a 25 de agosto último.

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.



(\*)**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

O Grupo parlamentar do CDS associa-se com naturalidade a este voto de pesar, efetivamente, impercetível 01:07:45 se uma ??? de três pessoas, e permitam-me falar também dos votos anteriores, mas são 3 ilustres faialenses que nos deixam de gerações diferentes e cada um com um forte impacto naquilo que foi a atividade política, associativa e económica da ilha do Faial, e, o falecimento do Sr. Manuel Furtado Silva, que efetivamente foi alguém inovador na sua atividade profissional, foi um empreendedor quando ainda não se usavam propriamente estes termos ou pelo menos não eram tão recorrentes e teve a coragem de inovar e de empreender num negócio que não havia no faial e que é hoje em dia ainda uma referência para a economia faialense e para os serviços associados ao turismo, não só neste caso, à mobilidade, e, por isso, naturalmente, associamo-nos a este voto de pesar.

Muito obrigado.

*(O Deputado Tiago Branco Voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar a votação deste voto de pesar. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Faz favor, Sra. Secretária.

**Secretária:** O voto de pesar apresentado, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Secretária. Encerramos assim a apresentação e votação dos votos. Avançamos para as declarações políticas, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para fazer a sua declaração política.

**(\*)Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Os tempos que vivemos prefiguram para a Europa uma década de grandes desafios onde podem deflagrar regimes de exceção que cada Estado-membro pode ter de desencadear devido às dívidas acumuladas durante o período da pandemia e aos efeitos das sanções decorrentes da invasão à Ucrânia.

A Europa e cada país vive um cenário instável que pode impulsionar novas crises socioeconómicas e financeiras, crises geoestratégicas pela instabilidade na fronteira do leste europeu, aliadas ao ajustamento da zona euro e até às provocadas por fenómenos extremos consequentes das alterações climáticas.

As restrições relacionadas com o abastecimento de gás natural podem naturalmente conduzir a um investimento em novas fontes de energia. Algo que as políticas públicas devem incentivar e promover com ações concretas. Assim, a salvação da Europa reside na sua capacidade de se transformar a partir de um diálogo em bloco a fim de produzir mais energia limpa e a curto prazo. Vários países avançaram já para medidas extremas de gestão energética que nos devem inspirar, a fim de cumprir metas de poupança de energia até 15%, conforme o estabelecido pela Comissão Europeia.

Deve-nos preocupar como vai a Europa gerir as compressões políticas e económicas peculiares de cada Estado-Membro e suas comunidades sem se desagregar, evitando eventuais dissidências do projeto europeu. O maior desafio da União é conseguir demonstrar que é um integrante útil, mas também fiável para candidatos a novas adesões.

No panorama económico nacional, a realidade não corresponde aos bons augúrios de 2021. A taxa de índice de preço ao consumidor estacionou nos

9% em agosto, sendo que a taxa de inflação média atingiu os 4,7 % em julho.

Nos Açores, a taxa de inflação média subiu para 2,79% em julho de 2022, com uma taxa de variação homóloga de 6,29%! No Índice de Preços ao Consumidor, os bens alimentares essenciais obtiveram uma variação de 11% em julho, contrastando com os 1% no período homólogo de 2021, com especial relevância para os produtos não transformados que atingiram os 10,6% em oposição aos 1,2% em julho de 2021.

O impacto nas famílias configura-se preocupante e apresenta valores que nos indicam um aumento generalizados de preços na alimentação e do custo de vida para os açorianos e residentes.

Apesar do desempenho da atividade turística nos Açores, que registou um número de 438 mil dormidas em alojamentos turísticos em julho, é uma “galinha de ovos de ouro” que necessita de especial atenção e regulamentação, além de que não nos oferece indicadores estáveis anuais. É, assim, neste contexto tão instável que o desenho do orçamento regional deve ser aberto ao diálogo, com medidas musculadas de apoios às famílias e às empresas e ambicioso no que toca a mudanças que nos torne menos dependentes do exterior. Será um orçamento que traz consigo a obrigação acrescida de saber dialogar com todos as forças partidárias para estar apto a gerir um contexto económico e político peculiar da nossa história e evitar sucumbir a discursos e manobras políticas populistas.

Devemos preocupar-nos como os efeitos pós-críticos embatem neste recanto do atlântico e como vamos conseguir enfrentar um novo modelo macroeconómico que se avizinha. Agravado pela dependência que a Região Autónoma dos Açores apresenta ao nível da importação e das fraquezas ao nível da produção local.

Como exemplo, apresentamos o valor do cabaz de bens alimentares essenciais que esta semana atingiu 206,39 euros, mais 12,4% do que custava a 23 de fevereiro, véspera da explosão do conflito armado na Ucrânia.

Nesta dramática situação sabemos que os Açores tinham, em 2021, quase 30% de pessoas em risco de pobreza ou exclusão. A necessidade de ajudar as cerca de 28 mil famílias açorianas carenciadas nos Açores, através de um apoio de 60 euros para fazer face ao aumento dos preços dos produtos alimentares, não é, pois, uma medida que nos conceda orgulho.

E assim chegamos ao cenário económico presente. E nele, analisando a Execução Orçamental do Governo Regional no primeiro semestre do corrente ano, podemos constatar alguns dados preocupantes e solicitar esclarecimentos sobre algumas das nossas dúvidas:

Há uma quebra na receita efetiva de quase 59 milhões comparativamente ao período homólogo de 2021 e só pela provável maior atividade económica derivada do turismo nos meses de verão é que o Governo Regional se aproximará das metas da receita orçamentada para 2022, mesmo tendo em conta uma maior e inesperada receita do IVA.

De facto, cremos que mais pelo efeito da inflação que propriamente por um assinalável aumento do consumo, a receita do IVA cresceu em relação ao primeiro semestre de 2021 quase 15 milhões de Euros, apesar do desagravamento fiscal, porém, valor este anulado pela quebra nas receitas de capital, praticamente nos mesmos montantes.

Entretanto, a despesa efetiva agravou-se em quase 49 milhões, 38,5 milhões à custa da despesa corrente, mas também à custa da receita de capital.

Relativamente ao Plano não vislumbrámos dados exatos sobre esta matéria pelo que nos surgem algumas dúvidas relativamente a determinadas

rubricas, como por exemplo, “outras receitas correntes” onde se regista uma quebra de cerca de 75

milhões, comparativamente ao período homólogo de 2021, que carece de uma explicação.

Sabendo, ainda, que a receita corrente diminuiu, tal como a receita de capital, interrogamos como vai o Governo cumprir a meta orçamentada no final do ano e a que se deve exatamente a diminuição das receitas de capital?

No domínio da rubrica da Despesa não podemos deixar de realçar as “transferências correntes”, com um aumento de 17 milhões sem que se conheçam as entidades eventualmente beneficiadas.

Ainda no domínio da Despesa, como espera o Governo Regional alcançar o teto máximo da despesa orçamentada - Vamos cair num orçamento retificativo ou serão operadas cativações aliado à retração do investimento público?

Por fim, dos quase 800 milhões destinados ao Plano, o PAN/Açores considera que é do interesse de todos os açorianos conhecerem qual a verba já executada e qual a taxa de execução prevista até final de ano.

Muito obrigado

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Pedro Neves, está apresentada a declaração política e estão abertas as inscrições.

Bom, não havendo inscrições eu darei a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves para encerrar a declaração política, faz favor Sr. Deputado.

(\***Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo.

Gostei muito de todas as intervenções e agradeço apenas gostaria que o Governo desse alguma palavrinha, pelo menos, era bom algumas respostas

para os açorianos, são dúvidas, obviamente honestas, de que temos obviamente, e tenho apenas a lamentar isso, mas está fechado. Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Pedro Neves. Evoluímos para a próxima declaração política que pertence ao Partido Socialista. Pergunto, quem vai efetuar.

Sra. Deputada Sandra Dias Faria, faça favor, tem a palavra.

(\***Deputada Sandra Dias Faria (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Há muito que o Partido Socialista vem alertando para a pressão inflacionista que, cada vez mais, afeta as famílias e as empresas açorianas.

Esses alertas foram, repetidamente e consecutivamente, desvalorizados pelo Governo da Região Autónoma dos Açores. A incapacidade de agir é uma constante.

Em novembro de 2021, o Partido Socialista dos Açores alertava para este cenário, falando mesmo numa “tempestade perfeita” que pela conjugação de diversos fatores traria desafios seriamente complexos. Toda esta perturbação obrigaria a uma atuação cautelosa e previdente quanto à nossa capacidade para, sendo necessário, termos o máximo de força e o máximo de recursos para poder lidar com qualquer perturbação. Fomos acusados de sermos “arautos da desgraça”.

Tínhamos, à data, um Governo Regional distraído em relação àquelas que eram as necessidades e o contexto em que a Região se encontrava e se encontraria nos próximos tempos.

Já em fevereiro de 2022, a “tempestade perfeita” adensou-se e a invasão da Ucrânia por parte da Rússia veio empolar as dificuldades já sentidas e despoletar outras tantas.

Em março, o PS Açores volta a alertar para a necessidade imperiosa do Governo Regional dos Açores criar medidas de apoio para mitigar os efeitos da pressão inflacionista. Após todos estes alertas e já em julho, o Governo Regional dos Açores anunciou estar disponível para ouvir os parceiros sociais! 8 meses após o primeiro alerta feito pelo PS Açores!

E hoje, passados 10 meses, o XIII Governo Regional dos Açores continua igual a si próprio, distraído, preocupado com as suas próprias dores e ignorando as dores das famílias e das empresas açorianas.

A crise adensa-se e a resposta continua a ser mais do mesmo. Passamos de uma gripe para uma pneumonia, e o tratamento fica-se pelo chá de limão e um melhoral. Os açorianos necessitam de mais, os açorianos merecem mais!

Ao contrário do que pretendeu fazer crer o Governo Regional e a maioria que o suporta, não se tratava, não se tratou, nem se trata agora de uma qualquer inquietação partidária, saudades do poder perdido ou crítica partidariamente motivada.

Tratou-se e trata-se de interpretar dados e sinais que estão disponíveis para todos os que o queiram – e saibam!- ler e interpretar.

Numa primeira fase do ano de 2021, esperava-se chegar ao final do ano com a pandemia já controlada e, por isso, com a normalização da nossa realidade e da atividade económica. Numa segunda fase, percebemos que ainda iríamos ter de ultrapassar mais alguns obstáculos até regressar à dita normalidade.

À conjugação resultante da pandemia, e ainda em 2021, já vários outros fatores se faziam notar e com eles fortes impactos na economia e nas finanças mundiais. Perante esta conjuntura, cada vez mais complexa,

assistimos à inércia do Governo Regional. Um Governo sem capacidade de preparar respostas eficazes à conjuntura que se apresentava.

As políticas monetárias e orçamentos executados por Bancos Centrais e Governos, conjugados com uma subida abrupta dos preços das matérias-primas, provocaram um aumento de inflação que combinado com o aumento generalizado do nível de dívidas dos países, colocou a descoberto fragilidades em termos económicos.

Como medida expectável para a normalização económica, surge a subida progressiva das taxas de juro que tem vindo a acelerar perante a necessidade de controlar a inflação, que contrariamente ao que muitos anteciparam, continua a ter um comportamento persistente e não transitório.

Naturalmente, os custos de financiamento subiram, e logo as famílias, os empresários ou os Estados passaram a despender mais recursos para o pagamento das suas dívidas, perdendo poder de compra e tendo de sacrificar a satisfação de outras necessidades.

Esta conjuntura, cada vez mais complexa, resultou em termos económicos em disrupções nas cadeias de abastecimento, no aumento dos preços dos fatores de produção e num crescente clima de incerteza, influenciando os empresários nas opções que tiveram de tomar ou mesmo adiar.

Esta não é a primeira crise que os açorianos enfrentam. Veja-se a crise financeira de 2008! Veja-se a crise pandémica de 2020! Em ambas, tivemos Governos Regionais do Partido Socialista que não só demonstraram a capacidade de responder no tempo adequado, como foram sempre mais além relativamente às medidas apresentadas pelo Governo da República, fazendo uso da sua Autonomia e colocando-a ao serviço dos Açores.

**Voices de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

(\*) **A Oradora:** Aliás, como é dever de qualquer Governo Regional.



São vários os exemplos da ação dos Governos Regionais, do Partido Socialista, nestas crises:

1. Em 2008 criou a remuneração compensatória para cobrir a perda de vencimento de 3700 funcionários públicos açorianos que auferiam entre 1500 e 2 mil euros e criou, ainda, o apoio ao arrendamento;
2. Em 2012, o Governo Regional lançou três novas medidas de apoio às empresas, no valor global de 140 milhões de euros - linha de apoio à reestruturação de dívidas bancárias e à liquidez;
3. Em 2015, implementou a redução de impostos do IVA e IRS, numa iniciativa devidamente articulada com o CDS.
4. Na crise pandémica em 2020 – com complementos ao layoff, com medidas adicionais de apoio à liquidez e à manutenção do emprego.

Fomos sempre mais longe nas medidas de apoio às famílias e às empresas! Fizemos uso das nossas competências autonómicas para desenhar e implementar medidas de apoio que fizeram a diferença na vida dos açorianos.

Na passada segunda-feira, o Governo da República, suportado pelo Partido Socialista, decidiu - e bem – apresentar medidas fortes, robustas e bastante positivas de apoio às famílias, somando agora um segundo pacote de medidas no valor global aproximado de 2.400 milhões de euros a um primeiro pacote de apoios que já rondou os 1.600 milhões de euros, devolvendo às famílias portuguesas parte do incremento de receitas fiscais não previstas que a presente conjuntura inflacionista originou.

O Governo da República tem vindo a fazer a sua parte e nos próximos dias anunciará mais um pacote de medidas de apoio às empresas. Cumpre agora ao Governo Regional fazer uso das suas competências e dos recursos disponíveis para ajudar as famílias e as empresas.

Face a essa iniciativa, o Governo ignorou, no entanto, a possibilidade de criar medidas adicionais e devolver às famílias e empresas açorianas as receitas arrecadadas em virtude da crise inflacionista.

A Região deve devolver às famílias açorianas aquilo que arrecadou a mais em receitas fiscais, por via da inflação. Estamos a falar, até julho deste ano, só no IVA, de cerca de 18,5 milhões de euros. Com o atual padrão de transferências mensais de IVA, estima-se que essa receita possa ascender a cerca de 50 milhões de euros no final do ano. São cerca de 50 milhões de euros adicionais, só referentes ao IVA, que entram nos cofres do Governo Regional e que devem ser devolvidos às famílias e às empresas açorianas, através de um conjunto de medidas de apoio, o mais rapidamente possível. Refira-se que o Governo Regional anunciou, como medidas para mitigar os efeitos da inflação, apoios na ordem dos 800 mil euros. Vai uma diferença muito grande de 800 mil euros para 50 milhões. Isto quer dizer que o Governo Regional está a encaixar mais de 49 milhões de euros que poderiam – deveriam – ser usados para ajudar as famílias e as empresas açorianas.

Ao Governo Regional, cabe atuar, dentro das competências que a Autonomia atribui aos órgãos de governo próprio. Neste momento é claro que não o faz ou fá-lo de forma insuficiente, falhando clamorosamente no tempo e no modo em que não apoia as famílias e as empresas açorianas. Assim, da mesma forma que o Governo da República do PS decidiu restituir parte das receitas fiscais obtidas por via da inflação, o Governo Regional também tem o dever de restituir às famílias e empresas açorianas as receitas que está a obter a mais, e que se estima, só no IVA, em cerca de 50 milhões de euros, pura e simplesmente porque está a ganhar dinheiro com a inflação.

Os açorianos não podem esperar mais, quando o custo de vida aumenta dia após dia. Precisamos de um Governo capaz e competente, que não se esconda e que apresente, urgentemente, medidas de apoio às famílias e às empresas, de forma a mitigar o impacto negativo da inflação e dos sobrecustos da insularidade.

Com este Governo, os Açores e os açorianos estão a ficar para trás.

Disse!

**Voices de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentada a declaração política. Estão abertas as inscrições. Está inscrito o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, a quem dou a palavra, faça favor.

**(\*Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo. Nós estamos em desacordo em quase tudo o que disse a Sra. Deputada do Partido Socialista, exceto que, de facto, a inflação é uma notícia má para a nossa economia, para a economia do país, para a economia internacional. Ainda que as causas da inflação não são regionais, não são nacionais, resultam de contexto internacional.

Mas relativamente à situação económica e é aquilo que falou, em parte, a Sra. Deputada, os indicadores disponíveis até à data, relativamente à economia da Região, são claramente favoráveis, aqueles que estão disponíveis, nomeadamente o índice de consumo privado, o índice de atividade económica, por exemplo, o índice de atividade económica desde agosto de 2021 tem crescido 2 dígitos,...

**Deputado Carlos Silva (PS):** E a inflação também!

(\*)**O Orador:** ... com exceção de agosto, há mais de um ano e, portanto, esses são claramente dados que não são o PIB, não é um indicador direto do PIB, mas é um indicador que demonstra aquilo que tem sido o crescimento da economia, tal qual também, como o índice de consumo privado, para além dos indicadores de turismo que falou o Sr. Deputado do PAN, na sua intervenção.

Ainda é bom acrescentar aqui, que é a situação do emprego, com a redução da taxa de desemprego, com a redução do número de inscritos no centro de emprego. Agora, relativamente à parte fiscal, a Sra. Deputada, de facto está aqui a faltar à verdade, porque primeiro indicador: na Região, até julho, a receita fiscal cresceu 4.9%, basicamente à conta do IVA.

A nível nacional no mesmo período, a receita fiscal crescer 20%, a nível nacional,...

**Deputado Carlos Silva (PS):** O valor mais elevado de sempre

**Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro):** Os Srs. diziam o contrário!

(\*)**O Orador:** ...cresceu 5 mil milhões de euros, na Região cresceu 18 milhões de euros, e, a Sra. Deputada,...

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor sabe tao bem quanto eu que vamos receber mais pela capitalização!

(\*)**O Orador:** ...se tivesse atenta àquilo que eram as estimativas da redução do IRS em 2022, com a aplicação do diferencial 30% a partir de janeiro, a redução esperada do IRS são 15 milhões de euros, ou seja, pode não haver redução de IRS, mas há claramente aquilo que seria possível arrecadar de IRS se se mantivesse o diferencial que existia no seu Governo e aquilo que resultou do diferencial e, portanto, nós temos aqui...

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\***O Orador:** ... nós temos em termos de efeitos fiscais em 2022, aquilo que acompanha 2021, com a redução do IVA e temos a redução do IRS a partir de janeiro isso são claramente verbas que deixam de estar nos cofres do Estado...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Os senhores têm a maior receita fiscal de sempre!

(\***O Orador:** ... ou da Região e passam a estar no bolso das famílias e essa é uma questão inegável.

E, portanto, quando a Sra. Deputada, primeiro fala dos indicadores de fevereiro, os indicadores em fevereiro, em março, em abril, em maio e em junho, da economia da Região são bons. Claro que há um panorama negativo e temos que estar todos preparados para eles, mas em termos de receita fiscal, a Região é bom que se repita, teve um acréscimo de 4.9 de janeiro a julho, comparando com o período homólogo, o país teve de 20%. E, portanto, esta é a realidade, que é essencial para uma avaliação séria.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\***O Orador:** A Sra. Deputada, fala, ainda da baixa dos impostos e fez aqui uma retrospectiva de 2015 para a anterior crise e a saída, e, aquilo que foram as medidas do Governo, não vamos discutir todas, mas é matéria fiscal e eu lamento que, tenha falado nisso, porque em matéria fiscal os açorianos, foi contada uma parte da verdade, porque aquilo que foi a reposição do IVA...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não vai dizer que combateu com a antecedência a inflação!

(\***O Orador:** ... para os 30% foi na taxa reduzida e na taxa intermédia que são aquelas que menos contribuem para a receita fiscal do IVA, porque aquela, que de facto pesa e representa quase 80% da receita do IVA é a taxa normal e essa o seu Governo, o Governo do PS na altura, deixou ficar como estava com o diferencial de 20%, coisa que não existia desde 1986, em que se manteve sempre foi aquilo que teve a fazer a sua colega, foi a história da crise de 2015 só para repetir aqui a verdade.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\***O Orador:** Em termos daquilo que é a situação, é evidente que o Governo não reduziu os impostos e o diferencial fiscal, pensando na inflação era um compromisso eleitoral, resultava também de acordos com outros partidos, no âmbito dessa sessão governativa, mas coincidiu essa baixa com aquilo que é um período de necessidade da economia das famílias...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

(\***O Orador:** ... e esse rendimento foi transferido. O que nós esperamos e é importante pensar no futuro, é que o Governo encontre medidas, isso o Sr. Secretário já falou, há margem para algumas medidas adicionais.

As medidas nacionais que, todas as medidas são positivas...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Grandes medidas, disse o Sr. Secretário!

(\***O Orador:** ... desde que sejam verdadeiras e o exemplo que foi dado das pensões aparentemente está a ser contestado por todos os quadrantes, porque o que se está a dar agora tira-se no futuro, e, essa não é uma solução justa e é demagógica, já foi esclarecido exatamente, que é um aumento este ano e há redução no futuro.

Bom, a gente sabe e toda a gente percebeu, portanto, o que nós esperamos é que este Governo, seguramente na sua coerência, havendo necessidade de medidas alternativas que as implemente, mas aquilo que aconteceu até agora foi positivo para a economia dos Açores e foi positivo para as famílias e para as empresas.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

**(\*Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Temos aqui duas declarações políticas antagónicas.

O Sr. Deputado Pedro Neves, preocupado com o desequilíbrio orçamental por falta de receita, a Sra. Deputada Sandra Dias faria a dizer que há dinheiro a mais. Havemos, lá para novembro, de saber a verdade, mas há uma verdade que os portugueses saberão certamente é que aquele programa, aquele pacote, estrondoso nas palavras do Partido Socialista que nos foi apresentado pelo Sr. Primeiro-Ministro António Costa, não é um pacote estrondoso, não é um pacote forte, não é um pacote robusto, nem resolve os problemas das famílias portuguesas, tendo em conta a inflação, o que faz é aquilo que fazem os socialistas e sabem fazer muito bem, tiram com a mão muito e devolvem com a outra pouquinho.

**Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\***O Orador:** Foi isso que fez o Governo do Partido Socialista, Sra. Deputada.

O Governo do Partido Socialista, que vai reduzir a fatura das famílias portuguesas

na eletricidade, em média num euro e dez, não chega para dar para 2 pacotes de leite ao fim de um mês.

O Governo do Partido Socialista, que vai devolver 125 euros de uma só vez aos mesmos cidadãos a quem tira todos os meses 700 euros, quase 8.000 euros por ano de impostos.

O Governo do Partido Socialista, que não queria que aqui nos Açores baixássemos os impostos aos açorianos.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\***O Orador:** O Governo do Partido Socialista, que na República poderia ter agora

baixado os impostos e que não o fez por teimosia, porque isto sim seria distribuir ou deixar a riqueza na algibeira das pessoas, transversalmente a todos os portugueses, de Lisboa até aqui. Aqui, Sr. Deputado Carlos Silva, muita falta faz, muita falta faz...

**Deputado Carlos Silva (PS):** E o que é o senhor fez pela redução do ISP?

(\***O Orador:** ... o Sr. antigo Vice-Presidente do Governo naquela bancada do Partido Socialista, muita falta, nunca pensei dizer isto, muita falta faz.

Mas o que é facto é que se o Governo do Partido Socialista na República tivesse reduzido os impostos, essa redução era transversal a todos, e, aqui na Região aplicava-se os 30% de diferencial fiscal que nós aqui aprovamos nesta Casa, mas a forma como foi feita foi a forma socialista, a fórmula que não funciona e não vai funcionar, porque nós não podemos, de facto tomar



medidas de combate à inflação, e ilusório, é falso, é mentir aos portugueses quem disser que o pode fazer, podemos sim, minimizar o esforço que as famílias portuguesas e açorianas, nomeadamente, estão a fazer para suportar essa escalada inflacionista, mas não é da forma como foi feito, até porque esta forma é uma forma encapotada de dar pequenas esmolas, depois de tirar bastante aos portugueses.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Qual é a forma que o senhor propõe?

**Deputado Nuno Barata (IL):** É reduzir os impostos?

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

**(\*Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo. Quase que já nem precisava de falar, está tudo dito.

Mas eu vou falar, para mal dos vossos pecados, os Srs. são realmente uma fraude política e confessaram e confessaram ridiculamente confessaram que em 2008 há uma crise e adotaram medidas em 2012, eu vi de perto as empresas a fechar, quatro anos depois, os Srs. estavam a resolver o problema, isto é que é um retardador, trabalha só retardador, os Srs. são uns populistas, os Srs. não gostam de resolver os problemas das pessoas, dão esmolas, estão aí os 125 euros, uma esmola às pessoas no mês de novembro e no mês do Natal expliquem às pessoas onde é que estão os restantes 125.

Vamos resolver os problemas dos açorianos de raiz, vamos continuar, e, como disse o Sr. Deputado e muito bem, o problema de inflação não se resolve assim e não se pode é criar inflação com mais inflação, senão aí é que nós morremos todos, nós estamos num país que não aguenta isso.

Eu que não sou economista até consigo perceber isso, os Srs. que até tem uma data de economistas vêm com esse populismo, uma fraude política.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, faça favor.

**(\*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sras. e Srs. Deputados vamos fazer aqui um pouco de história sobre a capacidade de previsão do Partido Socialista, capacidade de adivinhação quase que foi aqui hoje na intervenção explanada.

Há um mês atrás, o Partido Socialista dizia que as finanças públicas se estavam a degradar, recordam-se?

Há oito meses atrás, o Partido Socialista dizia que a redução dos impostos ia ser uma tragédia para as finanças públicas.

Alguns anos atrás, o Partido Socialista não foi capaz de adivinhar nem de estimar o desastre para onde levava a nossa companhia aérea a SATA.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**(\*) O Orador:** Há mais tempo atrás, não foi capaz de estimar o desastre onde José Sócrates levava o país, que levou à bancarrota que levou a todas as medidas de contenção que foram assinadas com a Troika.

Ainda mais atrás, o Partido Socialista não foi capaz de estimar a outra bancarrota, aliás as duas que houve em Portugal, sempre pelas mãos do Partido Socialista, é uma capacidade...

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**(\*) O Orador:** ... de falhar na análise prospetiva, que já é histórica.

Bom, em relação àquilo que este Governo e, que a solução governativa, com os apoios parlamentares, tem vindo a fazer nesta matéria:

- A baixa de impostos, agora é também anunciada na Madeira, como reação também à crise inflacionária e, portanto, nós, nos Açores, desde 1 de janeiro, já estamos a combater a inflação, por via da baixa dos impostos.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

(\*) **O Orador:** Aquilo que vai ser feito noutros territórios do país agora, já o fazemos há algum tempo, e, a prova disto foi explicitada também pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros, é que, a receita fiscal nacional cresceu 20%,

enquanto nos Açores cresceu 4,6% no primeiro semestre, quer dizer que está muito mais dinheiro a ficar nos bolsos das empresas, das açorianas e dos açorianos, e, foi isso que esta solução governativa estimou, projetou e está a conseguir com enorme sucesso.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

(\*) **O Orador:** E, portanto, as pessoas, as açorianas e os açorianos, os empresários dos Açores têm mais margem de qualquer outro território nacional para enfrentar a crise inflacionista...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

(\*) **O Orador:** ..., mas o governo não está satisfeito com isto, o Governo já tomou outras iniciativas, já, no mês de agosto, portanto, pretérito, foram pagos complementos ao COMPAMID ou abono de família, à tarifa social energética, foram pagos já em agosto, já estamos em negociações com os sindicatos para pagar, fazendo repercutir a partir de um de julho, aumentos do complemento regional de pensão, e, porquê um de julho? Porque a taxa

média de inflação em junho era 2.3 e em julho foi 2.7, ultrapassou-se o crescimento de 2,5 que tinha havido na remuneração complementar.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem

(\*) **O Orador:** Estamos a fazer isto com rigor, atempadamente, com diálogo com concertação, e, isto faz uma enorme diferença em relação àquilo que os açorianos e as açorianas estavam habituados até há alguns anos atrás.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

(\*) **O Orador:** Mas também em relação às receitas fiscais, lembrem-se de 2019,

em 2019, com o fuel muitíssimo mais baixo do que em 2022, no primeiro semestre, o Governo de então socialista, arrecadou 29,8 milhões de euros.

**Deputado Carlos Silva (PS):** E o total das receitas fiscais? O senhor é seletivo!

(\*) **O Orador:** Em 2022, 27,3, isto é: menos 1,6 até julho, o Governo de então de 2019, que tinha um combustível muito mais baixo e, portanto, arrecadava muitíssimo mais ISP arrecadou 33,9 e em julho os Açores agora 31,4, menos 2,5, o que faz com que se estima que só no ISP até ao final do ano a Região vai arrecadar cerca de menos 10 milhões de euros de ISP, do que estava estimado, e, bastante menos do que em 2019, onde os Srs. foram os campeões de extorquir fiscalmente as açorianas e os açorianos.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

(\*) **O Orador:** E há aqui claramente uma mudança de atitude, uma mudança de atitude que significa mais diálogo, mais transparência, mais concertação, mais centralidade do Parlamento, isso custa-vos, porque os Srs. estavam habituados ao quero posso e mando durante 24 anos.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

(\*) **O Orador:** A classe média e os mais pobres estão a ser compensados, mas vão merecer a nossa atenção nos próximos meses e este Governo, como já comprovou, vai estar ao lado das açorianas e dos açorianos que mais precisarem e disponível para além do aumento da remuneração complementar, tomar outras medidas que se revelem necessárias, além do que já temos desde um de janeiro, dos impostos, dos complementos regionais do abono de família e o COMPAMID, das isenções fiscais, etc. etc. etc., da remuneração complementar, estamos aqui, as açorianas e os açorianos sabem que podem contar com este Governo, com esta maioria para estar ao seu lado...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

(\*) **O Orador:** ... para os ouvir, para responder e em especial os mais pobres, porque, como já disse a inflação, é o mais injustos dos impostos, ataca mais fortemente aqueles que menos têm...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

(\*) **O Orador:** ... e é para esses, em primeiro lugar que nós atuámos,...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Com a baixa dos impostos!

(\*) **O Orador:** ... é para esses em primeiro lugar que nós tivemos já em agosto, o pagamento de complementos, serão esses também, no âmbito da função pública, serão os mais auxiliados agora no aumento da remuneração complementar e estamos naturalmente disponíveis para continuar no futuro a ter esta atitude de diálogo, concertação e preocupação com os mais pobres.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

(\*) **O Orador:** Dito isto, também dar uma nota em relação à intervenção anterior do Deputado Pedro Neves, naturalmente, este Governo está aberto ao diálogo, à concertação, nem todos os diplomas, como tem demonstrado, agora e no futuro, tendo em conta aquilo que é o bem das açorianas e dos açorianos, porque este Governo é o Governo dos açorianos.

**Deputado João Vasco Costa (PSD):** De alguns

(\*) **O Orador:** O anterior Governo julgava que os açorianos eram seus, faz uma grande diferença, Senhor Deputado Vasco Cordeiro e o Sr. sabe bem do que é que eu estou a falar, ainda ontem lembramos aqui quando alguém no bom dia Maria dizia, se isso não se resolver eu vou falar com quem de direito, quem era de direito? Quem se julgava dono das açorianas e dos açorianos? Os açorianos provaram que o senhor não é dono deles, não manda neles.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

(\*) **O Orador:** Caras e caros Deputados, Sras. e Srs. que nos escutam, açorianas e açorianos, sendo a classe, os mais desprotegidos, a nossa primeira prioridade do combate à inflação, não esquecemos, como disse a classe média, um exemplo disso é a gratuidade da creche até ao 13º escalão, isto é evidente.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional.

(\*) **O Orador:** Aquilo que nós estamos a fazer, também nesse aspeto, é paradigmático, de mudança, de atenção a esta classe média.

A terminar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por mais que o PS queira que as coisas corram mal, por mais que o PS queira puxar os Açores e esta governação para baixo, nós estamos aqui para dar esperança...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

(\*) **O Orador:** ... aos açorianos para ter a tarifa Açores que fez uma mobilidade como nunca, para baixar os impostos como nunca, para apoiar as IPSS como nunca, para ter diálogo como nunca e é isto que os açorianos estão a valorizar e vão continuar a valorizar.

*Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

**Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** A Sra. Deputada Sandra Dias Faria deve estar um bocadinho desgostosa!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

De forma surpreendente e, que não foi apenas hoje, no seguimento desta declaração política que se percebeu, mas já ontem, de forma surpreendente é uma nova coligação no país.

Há uma coligação entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores e é infelizmente uma coligação negativa, uma coligação contra neste caso, contra os açorianos.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Olhe que não!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Que horror!

(\*) **O Orador:** E passo a explicar, o Sr. Secretário Regional das Finanças, ontem, em reação às medidas apresentadas pelo Governo da República, dizia o seguinte: o Governo dos Açores acolhe muito favoravelmente as medidas apresentadas pelo Governo da República, muito favoravelmente, tem uma avaliação muito favorável daquelas medidas e isso está dito, está escrito e está gravado, hoje o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, do

PSD, disse na sua declaração nesta declaração política, que eram positivas as medidas do Governo da República, e, curiosamente, o Sr. Deputado Nuno Barata criticou muito as medidas do Governo da República.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Na sua opinião!

(\*) **O Orador:** O Sr. Deputado Nuno Barata tem que decidir se continua a apoiar este Governo ou não, porque há aqui uma dissonância, uma dissonância muito clara, muito clara entre o Sr. e este Governo e a bancada do PSD, com quem o Sr. tem um acordo.

Mas nós perguntamos ambos, por que motivo é que o Governo Regional.

**Deputado Nuno Barata (IL):** 10 pontos!

(\*) **O Orador:** Sr. Presidente, eu gostava de poder continuar.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados permitam que o Sr. Deputado António Lima continue a sua intervenção. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **O Orador:** Por que motivo é que o Governo Regional acha muito positivas as medidas que o PSD a nível nacional tem dito cobras e lagartos, por que motivo é que o Governo Regional diz isso? Contraria o PSD nacional e o seu novo líder, dizendo que elas são positivas.

O Governo Regional diz isso para não ter que implementar medidas nos Açores e apoiar-se naquelas do Governo da República. É por isso que os Srs. dizem que as do Governo da República são positivas, contrariando até aquela que é a posição do Partido PSD a nível nacional, e, porquê, os Srs. aprendem muito...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Olhe, o senhor não aprendeu nada!

(\*) **O Orador:** ... com o Governo da República, aprendem os mesmos truques e as mesmas medidas, aliás, incumprindo aquilo que foi aprovado aqui neste Parlamento, por proposta do Bloco de Esquerda, ao invés de



aumentarem o complemento regional de pensão, dão um chequezinho de um mês e no mês a seguir os reformados vão receber o mesmo valor, ao invés de aumentarem o complemento regional ao abono de família dão um chequezinho e no mês a seguir vão receber o mesmo valor.

Recusam, tal como o Governo da República intervir nos preços, como foi aqui aprovado, recusam, ou seja, as diferenças, afinal, não são assim tantas entre o Governo Regional e o Governo da República, porque as diferenças são só no discurso e na dialética parlamentar, quando é para ajudar as pessoas deixam as boas intenções exatamente na gaveta e Sras. e Srs. Deputados, é fundamental combater, sim, combater os efeitos da inflação e combater também a inflação e procurar que ela não suba...

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Quais são as medidas da Venezuela?

(\*) **O Orador:** ... como tem subido e este Governo, aliás, foi talvez a acreditar nas palavras do Sr. Secretário, foi talvez o único Governo adivinho da história.

Porque em outubro de 2021, quando entregou o Orçamento, ninguém em lado nenhum previa uma inflação a este nível, e, o Sr. quer-nos vender a ideia que a baixa de impostos para quem ganha mais, porque não foi para todos e não foi para aqueles que recebem menos, seria para combater a inflação. Sr. Secretário, isso não é sério e o Sr. sabe.

Aliás, o IVA, se o IVA tivesse tido efeito, os preços não tinham subido, tinham descido, ou seja, os açorianos não viram um cêntimo da descida do IVA.

Aliás, este é um Governo em negação, há dias o Sr. Presidente do Governo dizia que a inflação nos Açores estava controlada, então se está controlada.

Então o, ao mesmo tempo, o Senhor Secretário das Finanças reconhece que é um problema, entendam Srs. Membros do Governo

E termino dizendo que é fundamental, e, as medidas do Governo da República não tenho tempo para as avaliar como é óbvio, são não só insuficientes como não resolvem o problema porque não resolvem o problema de fundo que é necessário,

que é de aumentar salários, de aumentar as pensões e não da forma com os truques que põe em causa as pensões futuras de muitos reformados, que não terá o aumento que deveriam ter em 2024, por exemplo, na Região nós temos que fazer

diferente e temos um instrumento importante, que chega a quase 40% dos trabalhadores nos Açores que é aumentar o complemento regional ao salário mínimo.

E o Bloco de Esquerda já apresentou essa proposta e, naturalmente nesse debate veremos quem que está ao lado dos trabalhadores e quem é que está ao lado de manter tudo como está.

Disse.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

**(\*)Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Efetivamente esta declaração política que a Sra. Deputada Sandra Dias Faria e o Grupo Parlamentar do PS aqui nos trazem é tragicómico, porque quer dizer, a Sra. Deputada Sandra Dias Faria vem-nos dizer sobre a receita extraordinária do Governo Regional, sobre a receita extraordinária do ISP e depois faz o paralelismo com as medidas, as belíssimas medidas, o pacote robustíssimo do Governo Socialista da República.

Eu devo lhe dizer que o pacote é de 2.400 milhões, a receita extraordinária só até agora são mais de 6.000 milhões de euros, ou seja, então, afinal, o que é que o Partido Socialista, onde é que está a robustez das medidas do Partido Socialista? Não estou a perceber quando critica aquilo que é a atitude precaucionaria que este Governo já teve logo desde o início, porque acertou por convicção a baixa de impostos.

Foi por convicção, na altura, não era propriamente uma necessidade, mas sim uma convicção e que nós consideramos que era uma necessidade para as famílias açorianas, e, por isso é que foi vertida em letra de lei, e, por isso é que entrou em vigor, e, por isso é que antecipadamente se mitigaram a inflação que nós verificamos atualmente.

E, depois, relativamente às medidas da República, quer dizer, vamos ver, por exemplo, relativamente à eletricidade e à redução do IVA da eletricidade, contas feitas, o Governo diz que é uma poupança de 50 euros por família, as contas são 1 euro e meio em cada 100 euros de faturação e depois é só nos primeiros 100 quilowatts, ou seja, é uma redução, mas que tem, na verdade cheia de letras pequeninas que depois, quando se lê aquilo tudo é que se percebe o embuste, porque, ainda para mais nos primeiros 100 quilowatts, no mercado regulado, numa família que esteja no mercado regulado, nem sequer se sabe se é numa tarifa tri-horária, não se sabe se é nos primeiros 100 quilowatts no período mais barato, se é no período mais caro, quer dizer, só a complicação para implementar um sistema desses informático já vai ser, ou seja, a poupança é nula...

**Deputado Carlos Silva (PS):** O melhor então é não fazer nada!

**(\*)O Orador:** ... e a própria entropia que vai causar no sistema ainda é maior e por isso, então, o que dizer, quer dizer acha fantástico, a Sra. Deputada Sandra Dias Faria, o Partido Socialista, acham fantásticos 1 euro

em cada 100, então o que dizer dos 20 euros que este Governo atribuiu de incremento aos beneficiários da tarifa social de eletricidade, ou seja, isso não é uma medida muito mais robusta, não é uma medida muito mais robusta do que 1 euro em cada 100 ou 1 euro e meio em cada 100 euros? E, depois, já para não dizer que do ponto de vista deste Governo, efetivamente por convicção, baixou impostos antecipadamente e, ao contrário daquilo que era a catástrofe, que o Partido Socialista na altura anunciou, vem-se a verificar que foi uma medida ajustada e acertada deste Governo e talvez a medida mais acertada deste Governo nesta matéria, e, isso é um facto, aquilo que o Partido Socialista andou a dizer que seria uma catástrofe.

Efetivamente, o apoio às famílias já estava patente no orçamento de 2022, seja pelas creches gratuitas, seja pelo prémio de mérito, seja pela ajuda ao pagamento de propinas, é assim que se ajuda as famílias a suportar os custos da inflação e o aumento do custo de vida, e, a realidade é que, além disso, temos um aumento de 10 euros no COMPAMID, temos um aumento de 10 euros no complemento do abono de família, temos, já tinha dito, a baixa do IRS e do IRC e depois vem falar do ISP, quer dizer, quando o Governo Socialista tem o histórico que tem, como o Sr. Secretário bem lembrou, em 2019, em que numa altura em que os combustíveis eram bastante mais baratos no mercado internacional nós estávamos aqui a fazer uma recolha extraordinária de impostos e nunca se pensou nas famílias em 2019, em 2019 não havia crise?

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**(\*)O Orador:** Devo dizer ainda que, para além disto, o Sr. Secretário ainda ontem anunciou, uma das coisas que se está a trabalhar é a negociação do complemento salarial regional, que também é um apoio, e, como disse,

estava o PS, a dizer que salvaguardou no passado os vencimentos dos funcionários públicos. Então a negociação do complemento salarial regional é exatamente uma medida idêntica para que os funcionários públicos, que é uma medida direta que o Governo pode fazer porque tem autoridade sobre estes ou jurisdição direta sobre eles e que pode efetivamente mitigar aqui os efeitos da inflação e é o que está a fazer.

E o Sr. Secretário ontem, anunciou e bem, que efetivamente, aquilo que forem medidas que se verificarem necessárias para mitigar estes efeitos da inflação serão sempre aplicadas.

E a realidade, Sr. Deputado António Lima, quando se diz que o pacote de medidas, que vemos com bons olhos, essas medidas não quer dizer que essas medidas sejam fantásticas, isso quer dizer é que quando não há pão, até migalhas vão.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

(\***O Orador:** Esse é que é o facto, e digo-lhe mais, o facto de também de se ter afirmado que a inflação está de certo modo controlada na Região Autónoma dos Açores...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado

(\***O Orador:** ...e termino já Sr. Presidente.

Não quer dizer que o facto de a inflação estar eventualmente controlada não quer dizer que não seja um fator de preocupação, porquê? Porque há meio ano atrás não estávamos aqui a falar da inflação ou podíamos estar a falar de dificuldades nas cadeias de fornecimento, uma série de problemas que aumentavam os preços efetivos das coisas, mas não estávamos a falar da escalada da inflação, como agora verificamos, e, por isso, termino Sr. Presidente, dizendo que efetivamente este Governo agiu preventivamente por convicção e mitigou desde outubro passado os efeitos que agora

estamos a sentir a maior parte das famílias portuguesas estão a sentir e que nos Açores, felizmente, sentem um bocadinho menos, e, isso é por causa da ação governativa deste Governo.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\*Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu, gostava de começar esta intervenção referindo-me ao Sr. Deputado António Lima. Sr. Deputado António Lima, parece que o Sr. Primeiro-Ministro António Costa, significou um desastre para o Bloco de Esquerda, era o tal Governo de convergência das esquerdas, foram V. Exas. que fizeram de António Costa o Primeiro-Ministro, foram V. Exas. que o transportaram no andor, foram V. Exas. que o colocaram onde ele está, não fomos nós e o Sr. agora diz: *ah os Srs. é que são aliados, nós é que somos aliados?* V. Exa. é que meteu o António Costa no poder nacional.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**(\*O Orador:** É um discurso absolutamente surrealista, é claro que a encomenda vos saiu...quase que arrasa o Bloco de Esquerda e, portanto, V. Exas neste momento estarão arrependidíssimo, arrependidíssimo agora não nos queira colocar a nós a culpa: *não, o António Costa é que é o aliado*, isto é um discurso absolutamente surrealista, então V. Exas. colocam o Sr. Primeiro-Ministro no poder, que nunca lá teria chegado sem V. Exas., sem o apoio, sem o voto entusiástico das convergências das esquerdas e agora

V. Exa. faz como Judas, V. Exa. agora faz como Judas, não é!? E, portanto, da minha parte, eu só lhe quero chamá-lo para a realidade, e, a realidade é que foi V. Exas., isso é histórico, quem nos está a ouvir neste debate acha: *olha bem, então o Bloco de Esquerda agora já não gosta, acha que foi um erro histórico e que o Primeiro-Ministro é o pior possível*, a culpa é vossa! E também vos quero dizer outra coisa e aquele truque, Sr. Deputado António Lima, aquele truque já ontem foi, ontem foi... eu já vou ao Partido Socialista, mas agora quero entreter-me com V. Exa. Então, e aquele truque, daquela intriga que eu não vejo desde a escola primária, que era aquele disse mal de ti e, portanto, V. Exa. impercetível 02:05:48 aquilo que o Partido Socialista está a fazer que é acusar permanentemente os outros partidos a dizer: *este disse mal ainda é amigo dele?* Bom, eu na escola primária, isso tinha consequências quando me diziam que ele disse mal, eu agia, mas agora já se passaram uns anos e já não tem resultados concretos, isso é absolutamente infantil,

Infantil, uma estratégia política infantil.

Bom, mas não tenho mais tempo para si, vou agora dedicar-me à Sra. Deputada Sandra Dias Faria bem, Sra. Deputada Sandra Dias Faria, tem uma tese também que é insustentável do ponto de vista da simples matemática, diz V. Exa., com o dedo acusador, indica: *bom, os senhores estão a ficar com o dinheiro dos açorianos, estão a recolher mais impostos*, ora V. Exas votaram contra a diminuição dos impostos. V. Exas. é que queriam que nós ficássemos com os impostos, vê a incoerência absoluta do seu discurso?

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\***O Orador:** E depois diz: *V. Exas. são os maldosos é um aumento de receita muito significativa, então aqui aumenta menos de 5%, 4,9%, no território da República aumenta 20%, o Partido Socialista é que são os bons não ficam com o dinheiro dos outros e do povo e nós é que somos os maus e nós é que ficamos com o dinheiro do povo.*

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\***O Orador:** Diz V. Exa.: *é preciso diminuir o saco fiscal, bom, nós já diminuimos no máximo que nos é possível, que é os 30%, já diminuimos no máximo, que nos é possível...*

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não é verdade!

(\***O Orador:** ... só se fossemos uma nação independente é que poderíamos fazer

uma coisa diferente, mas há uma solução para baixar impostos, o Partido Socialista, que é o responsável, o qual o partido que V. Exa. integra é que pode baixar os impostos e se os baixar no conjunto da República, aqui também baixam automaticamente, são os Srs. que podem baixar os impostos e que não o estão a fazer!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado Carlos Silva (PS):** Pode baixado o ISP até zero, se quiser!

(\***O Orador:** Eu, ainda me lembro, do Sr. Deputado Vasco Cordeiro e do seus avisos à navegação: *baixam os impostos vão ver as consequências, baixem, baixem, vão ver o que é que vai acontecer, vai ser muito negativo, os Srs. estão a afundar é uma irresponsabilidade, não baixem os impostos. O que é que aconteceu?*

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É o desequilíbrio total!



**(\*O Orador:** *É o desequilíbrio, é a desgraça total, O que é que aconteceu? O que aconteceu é que neste momento temos um índice de atividade económica que cresce continuamente e isso deve-se à baixa dos impostos e às medidas que aqui foram tomadas.*

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**(\*O Orador:** E no plano social, com a redução da taxa de desemprego, outra consequência das políticas fiscais que aqui foram implementadas.

**Presidente:** Agradeço que termine.

**(\*O Orador:** Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o seus avisos, o seu fatalismo, o tal diabo vem aí, não aconteceu,...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Vamos ver!

**(\*O Orador:** ...não chegou, *ah ainda vamos ver!* ainda não está convencido, ainda não está convencido, ainda anda atrás dos impostos.

Bem, mas os resultados estão aqui e é possível mesmo baixar os impostos, aplicar políticas sociais e reverter muitas das políticas negativas...

**Presidente:** Sr. Deputado, tem que terminar, faz favor.

**(\*O Orador:** Tenho que terminar. É possível? É! Vejam a revalorização das carreiras, que mesmo neste plenário já voltamos a fazer outra vez, estamos a fazer isto para os professores, para os médicos, para os enfermeiros, para a administração pública em geral, que estão a ver as medidas que estão a ser implementadas e que V. Exas. achavam que era impossível, e, vamos fazer mais, temos que fazer mais e este Governo vai continuar a fazer mais e V. Exa. é uma crítica que faz é que nós não agimos, não agimos a tempo, não, nós agimos ainda antes do tempo,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

(\*)**O Orador:** ... com medidas que agora estão a auxiliar a economia dos Açores, estão a auxiliar a sociedade dos Açores a enfrentar esta crise numa situação um pouco melhor, se não tivéssemos feito aquilo que fizemos, porque acreditamos, acreditamos que esta economia não pode funcionar, e termino, Sr. Presidente, da forma que V. Exas. querem que funcione e que funcionou durante tantos anos. Há uma situação económica desastrosa e V. Exas. criam um conjunto de apoios e a população fica dependente, não nós o que fizemos, apostamos no crescimento económico, apostamos na afirmação das empresas açorianas e no poder de compra dos açorianos, o que aconteceu? Crescemos economicamente, mesmo numa conjuntura que é uma conjuntura muito difícil, este cenário, esta conjuntura, esta estratégia que estamos a adotar, esta estratégia está a resultar, a vossa nunca resultou!

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria para encerrar esta declaração política.

(\*)**Deputada Sandra Dias Faria (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Em primeiro lugar, gostaria de fazer nota aqui de um tratamento, que creio que até é desigual, perante duas declarações políticas sobre a mesma matéria, o meu colega do PAN não mereceu qualquer intervenção das bancadas.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Incluindo a sua!

**(\*A Oradora:** Porque tinha a declaração política para fazer, e, nesta declaração política, decidiram responder à declaração política anterior.

Há uma outra nota...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**(\*A Oradora:** Sr. Presidente, quando eu puder

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, está no uso da palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria, faça favor.

**(\*A Oradora:** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Há uma outra nota que aqui também fica clara, o entendimento entre os vários parceiros de coligação e de suporte a este Governo, tem vindo a degradar-se e há aqui, há aqui uma matéria que fica clara é que ontem tivemos o Sr. Secretário das Finanças a elogiar de forma muito clara as medidas do Governo da República e hoje temos aqui, os partidos que suportam e que compõem este Governo a dizer o seu contrário.

Mas, falarei agora daquilo que me foi...

**Deputado José Pacheco (CH):** É uma palavra que os senhores desconhecem, democracia! Liberdade!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, assim é impossível. Faça favor, Sra. Deputada.

**(\*A Oradora:** Muito obrigada, Sr. Presidente, novamente.

Este Governo Regional tem a maior receita fiscal por via da inflação, até julho, e, que temos aqui, na ordem dos trezentos oitenta e oito milhões de euros arrecadados, é o maior valor de sempre em receita fiscal arrecadada por via da inflação e é isto que aqui se trata, é devolver às famílias e às empresas açorianas por via deste aumento.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Por via da inflação

**(\*)A Oradora:** Não! Cinquenta milhões, só no IVA por via da inflação, é o que se prevê.

Srs. Deputados, por mais que queiram ludibriar os açorianos, o que é certo é que este Governo tem ao seu dispor meios recursos para apoiar as famílias e as empresas e optou por não o fazer.

Continua a apontar medidas que foram tomadas noutra contexto que não aquele que temos hoje, estas medidas, se apoiaram os açorianos, hoje já não têm capacidade de responder aos desafios que todos os dias as nossas famílias ou sejam nossas empresas sentem.

Apontam o dedo às medidas...

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Os programas ocupacionais das juntas de freguesia é que era!

**(\*)A Oradora:** Já lá vamos, vamos voltar lá, Sr. Secretário.

As medidas noutras crises de Governos de direita foi de corte sistemático aos apoios, às pensões aos idosos, foi isto que os Governos de direita da República fizeram noutras crises, e foi perante isto...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Foi assinado pelo seu Primeiro Ministro, leia!

**(\*)A Oradora:** ... medidas como, aqui também falaram de uma redução de dez milhões de euros do ISP face a anos anteriores, mas note-se que pela primeira vez nos Açores, em agosto, tivemos os combustíveis na Região mais caros do que no país...

**Deputado Carlos Silva (PS):** É verdade!

**(\*)A Oradora:** ...e este Governo continua com a opção de reduzir o ISP e não o faz! Continuamos a reboque, este é um governo que continua a reboque.

A questão da redução dos impostos do IRS não abrangeu todas as famílias, não foram as famílias que mais necessitam as abrangidas por esta medida, estas continuam a precisar do apoio e ele não surge

E, eu vou finalizar, deixando aqui uma nota muito clara e que, se calhar explica a inação e a falta de resposta deste Governo, aliás, no dia seguinte ao anúncio das medidas, tivemos reações a nível nacional e regional de todos os partidos, tivemos do Presidente do Governo Regional da Madeira, o nosso Presidente remeteu-se ao silêncio deixou que só no dia seguinte o Sr. Secretário reagisse, elogiando as medidas nacionais.

Mas devo dizer que esta postura de não avançar com medidas ao nível do Governo Regional para fazer face àquilo que é a realidade atual, pode-se explicar, talvez pelo facto deste Governo, até julho de 2022, ter o maior défice da história da Região, o maior défice que há registo, e, talvez por isso não possam distribuir os cinquenta milhões de euros que se espera arrecadar por via da inflação, apenas com isso.

Ó Sr. Deputado...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Pois, temos um défice!

**(\*)A Oradora:** ... baixar os braços e reduzir o apoio às famílias não é com certeza aquilo que nós esperamos do Governo Regional, ficar-se apenas pelos elogios ao Governo da República para, posteriormente justificar a sua inação não é resposta que os açorianos merecem!

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Acha que isso é realista?

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente:** Obrigado Sra. Deputada. Está encerrada esta declaração política. Vamos fazer um intervalo, regressamos às 12h35.

*Eram 12 horas e 20 minutos.*

*Eram 12 horas e 36 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, avançamos para a próxima declaração política, que é do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

**(\*Deputado Joaquim Machado (PSD):** Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

Voltemos à realidade.

Decorridos apenas 17 meses sobre a entrada em vigor do primeiro orçamento regional, da responsabilidade do Governo da Coligação, são evidentes e indesmentíveis as melhorias já verificadas na vida dos açorianos.

A ação governativa empreendida pelo PSD, CDS e PPM, com o apoio de incidência parlamentar, tem sido desafiante, árdua, por vezes até mesmo muito complexa, mas também muito bem-sucedida, comprovando-se as virtudes desta alternativa não socialista na governação açoriana.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**(\*O Orador:** Cada vez que se resolve um problema PSD, CDS, PPM, Chega, Iniciativa Liberal e deputado independente sentem a satisfação de um dever cumprido e ganham mais força e determinação para desenhar a solução de outros problemas, que os há, tantos, resultantes das circunstâncias que vivemos – ainda a pandemia, uma guerra, a escalada da inflação – e também resolver os problemas herdados da anterior

governação, igualmente muitos, de amplitude variada, nalguns casos requerendo muitos anos até à sua eliminação definitiva.

Temos a consciência de que falta fazer muito, muito mesmo, e a consciência de que nem tudo foi bem feito; somos suficientemente humildes para o reconhecer.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**(\*O Orador:** Diria que não descansamos, nem descansaremos por um instante. Mas também que não deixaremos de dizer as dificuldades sentidas e de lembrar quanto já fizemos, porque a transparência e a prestação de contas são marcas indeléveis desta maioria parlamentar resultante das eleições de outubro de 2020.

Os açorianos hoje vivem melhor do que há dois anos, pese embora, repito, os efeitos ainda da pandemia, a que se juntaram os impactos da guerra na Ucrânia e da inflação. Vivemos melhor. Isso está à vista de todos. Podia falar-vos dos transportes aéreos, do sucesso da tarifa Açores, tão desdenhada pelo PS nas vésperas das eleições regionais. Podia falar da diminuição das listas de espera no Serviço Regional de Saúde. Do aumento da remuneração complementar. E da gratuidade das creches. Ou de novas instalações escolares, sucessivamente adiadas no passado. E até me dispense de referir o desempenho da atividade turística, como nunca se viu em todas as ilhas.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**(\*O Orador:** A lista é verdadeiramente extensa, mais ainda para o tempo que é regimentalmente próprio de uma declaração política.

Vamos, por isso, ao assunto, ao emprego.

Nunca houve tantos açorianos empregados como aconteceu no segundo trimestre deste ano: 116 mil e 400, segundo a estimativa do Instituto

Nacional de Estatística. Estamos, efetivamente em presença de um dado muito importante, de emprego, que significa a garantia de um rendimento proveniente do trabalho, que o mesmo é também dizer, do contributo que cada um dá à sociedade e da dignificação que dele recebe.

Por outro lado, mais açorianos empregados é também sinónimo de menos desemprego. A taxa registada no último trimestre apurado é a mais baixa dos últimos 14 anos. É preciso recuar até 2008 para se verificar um valor mais baixo. Com a diferença de termos agora mais emprego e menos trabalhadores em programas ocupacionais do que nesse melhor ano que foi 2008.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\***O Orador:** Aliás, neste domínio dos programas de inserção no emprego, foi o Governo Regional da Coligação, apoiado pelos seus parceiros parlamentares, que teve a coragem de privilegiar medidas ativas de emprego, em detrimento do recurso aos ditos programas ocupacionais, usados pela anterior governação para camuflar a taxa de desemprego. E progressivamente temos vindo também a reduzir o recurso a estes trabalhadores para satisfazer necessidades permanentes da Administração Pública.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\***O Orador:** Dito de outro modo e mais simplificadaamente: temos hoje mais emprego, como nunca houve nos Açores, e emprego com mais dignidade.



De facto, as medidas propostas e aplicadas pela Coligação e parceiros parlamentares não se limitaram à redução do desemprego e à criação de mais postos de trabalho. Por si só isso já era bom, mas quisemos ir mais além, conferindo mais dignidade ao trabalho, que o mesmo também é dizer, mais estabilidade e segurança no emprego, melhores condições, remuneração superior, carreiras reconhecidas, mais respeito pelos trabalhadores e pelos seus direitos.

Só não vê quem não quer, ou quem ressabiado se sente incomodado com o sucesso dos outros e o bem-estar crescente dos açorianos.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**(\*O Orador:** É o caso do Partido Socialista, que passa o tempo a apontar o dedo acusador ao Governo por aquilo que ainda não fez.

Mas o Partido Socialista esquece-se sempre de dizer que foi este Governo que fez muito daquilo que os governos do PS prometeram e nunca cumpriram.

Com este Governo, um compromisso assumido é um compromisso cumprido.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**(\*O Orador:** Com os governos socialistas, um compromisso assumido era, muitas vezes, um compromisso esquecido.

Senão, vejamos.

Após anos de promessas nunca cumpridas pelos governos socialistas, foi este Governo e os partidos que o suportam que puseram fim às injustiças que afetavam a carreira dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica.

**Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito bem!

(\***O Orador:** Um compromisso esquecido pelo Partido Socialista. Um compromisso assumido e cumprido por este Governo.

Foi este Governo que regularizou a carreira dos Técnicos Superiores de Farmácia, resolvendo, em apenas duas reuniões, o que o governo anterior, em três anos, não foi capaz, ou não quis resolver.

Outro compromisso esquecido pelo Partido Socialista. Mais um compromisso assumido e cumprido por este Governo.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\***O Orador:** Graças à ação deste Governo e dos partidos que o suportam, centenas de professores contratados entraram para os quadros da Região, um passo histórico e significativo na estabilidade laboral, pessoal e familiar de muitos docentes.

Outro compromisso assumido e cumprido pelo Governo da Coligação, com o apoio dos seus parceiros parlamentares.

Foi com este Governo que se procedeu à justa valorização das carreiras dos enfermeiros, em claro contraste com o esquecimento a que foram votados pelos governos do PS.

Para não variar, um compromisso esquecido pelo Partido Socialista. Um compromisso assumido e cumprido por este Governo.

Este Governo valorizou o estatuto remuneratório dos trabalhadores da RIAC, uma justa aspiração sempre recusada pelo Governo de Vasco Cordeiro.

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito bem!

(\***O Orador:** Também no setor privado há hoje mais postos de trabalho nos Açores.

Os programas de apoio à criação de emprego criados por este Governo Regional já permitiram contratar cerca de 2.900 trabalhadores, nomeadamente através do ‘CONTRATAR+’ e do ‘CONTRATAR ESTÁVEL’.

Com este Governo e com esta maioria, os programas de apoio ao emprego visam obter resultados concretos na vida das pessoas. Não são meros folhetos de propaganda, como acontecia com os governos socialistas.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

(\***O Orador:** Mas não nos ficámos por aqui.

Esta é uma maioria que está ao lado dos empresários açorianos, que arriscam e criam riqueza.

Foi também esta nova maioria que baixou o IRC para o mínimo legalmente possível.

**Deputado José San-Bento (PS):** Não Apoiado!

(\***O Orador:** E baixou o IRS, proporcionando mais rendimento às famílias. Em suma, baixou o desemprego e a precariedade. Há mais e melhor emprego. Temos muito trabalho feito em tão pouco tempo.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\***O Orador:** Mas não vamos baixar os braços. Pelo contrário. O sucesso do trabalho que estamos fazendo dá coragem e força para fazer ainda mais e melhor. Os açorianos merecem.

Disse.

**Voices de alguns Deputados da bancada do PSD e de alguns Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a declaração política. Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, vou-lhe dar a palavra, mas tem menos de 1 minuto, faça favor.

**(\*)Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

O PSD traz-nos aqui esta declaração política focada e centralizada no tema do emprego, efetivamente tem existido um conjunto de políticas que visam realmente combater o desemprego, mas também melhorar o emprego que existe melhorando, qualificando todos aqueles que estão empregados, e, a verdade é que existe uma promoção de mais emprego, de melhor emprego, criando também desta forma melhores condições às famílias.

A verdade é que tem sido um conjunto de medidas implementadas que, desde o FORM.AÇORES, o TRISTAVEL, o CONVERTER, uma medida recentemente também implementada, o CONTRATAR+ o CONTRATAR ESTÁVEL, um conjunto de medidas que visam de uma forma apoiar aqueles que estão empregados na sua qualificação, mas por outra via também apoiar as próprias empresas para esta estabilização de emprego, que é muito importante, a verdade é que esta estabilização de emprego também se vai refletir...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

**(\*)A Oradora:** Termina já, Sr. Presidente.

...vai se refletir também na melhoria de qualidade de vida das famílias, fazendo que não exista uma flutuação tão elevada como muitas vezes existe até na área do turismo, em que temos pessoas empregadas durante um

determinado período de tempo, durante a época alta, mas depois estas ficam no desemprego, é isso que se tem tentado evitar, fazendo com que neste período de época baixa, por exemplo, essas pessoas tenham formação e mantenham os seus postos de trabalho.

É esse o caminho, não tem sido realmente um caminho fácil, mas é com este conjunto de medidas robustas que...

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada

(\***A Oradora:** ...se têm dado esses passos significativos em tão pouco tempo. Muito obrigada, Sr. Presidente.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Carlos Silva, faça um favor, tem a palavra.

(\***Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Deputado Joaquim Machado trouxe uma declaração política com objetivo de vangloriar aquele que tem sido o trabalho do Governo e da Coligação que o suporta, numa falsa humildade...

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Tal como o Partido Socialista!

(\***O Orador:** ...tentando transparecer que nos últimos dois anos, os açorianos têm ao seu dispor um autêntico milagre e que tudo corre bem.

E, a verdade é que, infelizmente, Sr. Deputado Joaquim Machado eu preferia que o Sr. tivesse razão, mas isso não é verdade.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O que é que não é verdade?

(\***O Orador:** Não é verdade, porque os desafios que os açorianos enfrentam hoje são inúmeros, e, o mais recente e nós já debatemos aqui hoje é o

desafio da inflação e o impacto que isso tem na vida dos açorianos, no aumento do custo de vida e isso é visível em várias áreas da atividade económica.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Mas o que é que ele disse que não é verdade?

**(\*O Orador:** Desde logo quando falamos da Habitação, já aqui foi discutido essa semana os problemas que existem na habitação, problemas que não são de hoje, os problemas da habitação não nasceram hoje, é verdade, mas têm vindo a agudizar-se nos últimos meses, com o aumento do custo de vida, com o aumento das taxas de juro, com o crescimento do turismo, tudo isso tem provocado uma pressão acrescida na acessibilidade à habitação e a esse respeito, o Governo a pode e deve fazer mais porque tem ao seu dispor recursos como nunca teve no passado, tem cerca de sessenta milhões de euros do PRR para investir na habitação e não está a fazer o que é necessário.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** E na construção civil, está disponível?

**(\*O Orador:** Mas também falamos aqui de Emprego hoje, Deputados Joaquim Machado, e o Sr. Deputado veio falar que temos uma taxa de desemprego baixa, é verdade, Sr. Deputado, mas ainda assim nós estamos acima da média nacional.

**Deputado Gustavo Alves (PSD):** Em dois anos o que é que esperava?

**(\*O Orador:** E isso o Sr. Deputado não referiu quando o Partido Socialista saiu da governação, estávamos abaixo da taxa de desemprego a nível nacional, isso é factual!

Também ao nível de emprego importa aqui deixar claro a importância do combate à precariedade, ainda hoje falámos das trabalhadoras da Cofaco que não conseguem ver reconhecidas as condições adequadas do seu

trabalho, que não conseguem progredir adequadamente na sua carreira, isso é um exemplo de precariedade, não é de hoje, é verdade, mas também, é um exemplo, que se repete noutros setores, no setor do turismo também todos nós conhecemos que a situação não é ideal, mas isto leva-nos para outro desafio que os enfrentamos, que é o desafio da mão de obra e da falta de trabalhadores em vários setores da atividade económica, já foi falado, de certa forma, não é uma novidade, mas também aqui a crise, a inflação e o crescimento de alguns setores têm vindo a agudizar o problema da mão de obra.

O setor da Construção Civil é um exemplo claro, faltam trabalhadores.

O sector do Turismo também com o crescimento que se registou, sobretudo na época alta, há um desafio acrescido.

E, portanto, há nesta matéria, como noutras trabalho a fazer e o Governo também deve ter uma agenda para o trabalho na Região.

Deve ter um plano específico que permita combater os desafios da falta de trabalhadores em vários setores da atividade económica, e, no imediato, deve apresentar soluções em parceria com as associações empresariais, com as câmaras de comércio, e, foi isso que nos disse a Câmara de Comércio da Horta há pouco mais de dois meses, quando reunimos que esse era um problema que afligia os empresários e que não existia resposta e que não existia um diálogo adequado com o Governo.

Mas também noutras áreas existem inúmeros desafios, a Educação como foi aqui falado hoje.

O início do ano letivo que será ir a iniciar na próxima semana, não vai começar sem problemas, já existem relatos de falta de assistentes operacionais em algumas escolas e isso também resulta da política deste

Governo em acabar com os programas ocupacionais sem garantir uma alternativa.

Também existem inúmeros relatos de falta de professores em algumas escolas, em algumas ilhas que faltam professores, também aqui não existe uma resposta adequada, mas também nos manuais digitais, não existe formação adequada e muitas escolas não têm as condições adequadas para o funcionamento dos manuais digitais sem percalços, também aqui há problemas e exige-se do Governo uma ação com rapidez

E, na economia, Sr. Deputado Joaquim Machado, este é o Governo e a Coligação que o suporta tem responsabilidade nisso que deixou os empresários açorianos há oito meses sem sistemas de incentivos ao investimento.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Só o senhor é que fala nisso!

(\***O Orador:** Esta é uma marca do sistema de incentivos que não existe neste momento, não existe e isso dificulta o trabalho dos empresários que não podem candidatar-se.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que termine.

(\***O Orador:** E termino com uma afirmação que já foi aqui dita hoje e que importa reiterar, este é o Governo que mais cobra em impostos às famílias açorianas até julho de 2022 já arrecadou trezentos e oitenta e oito milhões de euros em receitas fiscais, o valor mais elevado da história dos Açores e que não encontra paralelo no boletim de execução orçamental dos últimos anos.

E esta é uma marca vossa e, portanto, quando dizem que não querem apresentar medidas que apoiem as famílias, este é um exemplo de uma contradição absoluta.



Muito obrigado.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** A nossa marca foi ter baixado os impostos!

**Voices de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!  
(*Aplausos dos Deputados das bancadas do PS*)

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, faça favor.

**(\*)Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em primeiro lugar, gostaria aqui de realçar a pertinência, a atualidade da presente declaração política, porque, de facto, os números trazidos pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, refletem bem a realidade do desemprego na nossa Região, dados que nos são fornecidos por institutos como o INE e o IEFP, e, neste sentido, eu gostaria aqui de dar nota do seguinte:

Os Açores registam um quadro de desemprego que só é comparável com a altura em que estávamos em pleno emprego, que é precisamente há doze anos.

A 31 de julho de 2022 foi tornado público que estavam inscritos no Centro de Qualificação e Emprego cinco mil oitocentos e nove desempregados, o número mais baixo que se regista há doze anos nos Açores.

(*Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo*)

**(\*)A Oradora:** E este movimento de desemprego que se tem vindo a verificar, que se regista de forma, tem-se vindo a reduzir é de forma

constante e resulta de uma política estruturada e articulada na definição de políticas de emprego, e a verdade é que nós, o cenário que nós assistimos é que temos menos desempregados, menos ocupados, mas mais colocados no mercado de trabalho.

**Voices de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\***A Oradora:** E para vos dar nota que, os números não nos enganam e falam por si, nós a 31 de julho de 2022 registávamos três mil quinhentos e três ocupado, ou seja, o número mais baixo nos últimos oito anos, isso para nós é de registar de forma muito positiva, esses dados são animadores porque esses dados têm muito impacto na vida e no dia a dia das açorianas e dos açorianos.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

(\***A Oradora:** E estes dados refletem, sem sombra de dúvida, do forte investimento que tem sido feito pelo Governo Regional, sem precedentes na valorização dos açorianos, na criação e manutenção de postos de trabalho, tendo sempre em conta a valorização do povo açoriano, tendo sempre em conta a sua estabilidade, tendo sempre em conta o rendimento das suas famílias e que, naturalmente, gerará mais riqueza para os Açores.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

(\***A Oradora:** No âmbito deste investimento, queria aqui destacar que, até como já foi referenciado aqui pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, que nós temos desenvolvido uma nova política de criação de emprego, toda ela de forma articulada e estruturada e a título de exemplos queremos destacar aqui o CONTRATAR, porque a medida CONTRATAR permitiu colocar

no mercado de trabalho mais de três mil cento e sessenta e um trabalhadores e destes três mil cento e sessenta e um trabalhadores, nós temos dois mil quatrocentos e noventa e sete colocados por contrato de trabalho sem termo, isso é sinal que temos mais de duas mil quatrocentas e noventa e sete pessoas com vínculo laboral estável, com condições dignas de trabalho.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\***A Oradora:** E estes números, podemos afirmar, com toda a convicção que estamos num bom caminho, há muito ainda a ser feito, mas a verdade é que também estamos numa mudança de paradigma de combate à precariedade laboral, como aqui também já foi referido, bem como também no combate ao desemprego e a verdade é que nós também temos que estar atentos aos números de desempregados que estão inscritos no centro de emprego, estes merecem a nossa atenção e este é o nosso novo paradigma, que é um desafio atual, é estes que temos que olhar de forma atenta a criar uma definição de políticas que vise sua empregabilidade, porque quando não estamos a falar de cinco mil oitocentos e nove desempregados, são pessoas que, pese embora a oferta de trabalho tenha aumentado, pese embora se tenham criado medidas que visem a sua integração no mercado de trabalho através de medidas de apoio à contratação, a verdade é que estas pessoas não foram contratadas é sinónimo que as empresas, as entidades empregadoras, associações, não os recrutaram porque não reconheceram as competências necessárias para integrar esses postos de trabalho e são estas pessoas que merecem a nossa atenção e são essas pessoas que merecem termos em conta a definição das nossas políticas de emprego.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\***A Oradora:** E é precisamente atendendo às características destas pessoas, em que pretendemos que sejam integradas no mercado de trabalho...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sra. Secretária Regional.

(\***A Oradora:** Sim, Sr. Presidente, vou só terminar.

...é que é necessário reorientar esses trabalhadores, visando-lhes novas competências, de modo que adquiram outras qualificações e para que possam integrar no mercado de trabalho em função das necessidades do próprio mercado, desde logo para combater a falta de mão-de-obra existentes em setores, mas para isso é preciso requalificá-los, é preciso, reconvertê-los em termos de formação e isso está a ser feito, da mesma forma que apresentamos o TURIS.ESTAVEL, que visa um apoio à contratação na área do turismo, também anunciamos a nova edição do FORM.AÇORES que permite uma empresa formar o seu trabalhador sem custos precisamente para que tenha as capacidades adequadas, e, daí vir gerar prioridade na empresas.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\***A Oradora:** E queria só para terminar, Sr. Presidente, dizer que este trabalho depende de todos nós, depende do Governo dos Açores, depende das associações, depende das entidades empregadoras, depende de todos os partidos, todos os agentes envolvidos e já demos nota, nomeadamente dessa

articulação que tem que ser feita em todos os parceiros no portal que foi anunciado este ano, portal: emprego.azores.gov.pt., desde logo tem que haver uma articulação entre a oferta e a procura.

E terminando, Sr. Presidente, queria mesmo terminar, que é desígnio deste Governo Regional valorizar os açorianos pela criação e manutenção de postos de trabalho, por um lado, e pela sua qualificação, estamos no bom caminho e os Açores precisam de nós.

**Voices de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Secretária.

Sras. e Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental, mas peço a autorização da Câmara para concluirmos esta declaração política.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra, alerta que tem pouco tempo, faz favor.

**(\*Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O PSD traz-nos uma declaração política em que, em parte dela, fala sobre o emprego, e, talvez seja por má consciência, por ontem ter reprovado uma iniciativa que daria estabilidade a centenas de trabalhadores no serviço regional de saúde, e, essa má consciência nota-se Sr. Deputado Joaquim Machado, num dia chumbasse uma proposta que daria estabilidade a centenas de pessoas, no outro dia vem-se aqui tecer elogios não aos trabalhadores sequer, mas ao seu próprio Governo.

Sr. Deputado, essa auto bajulação não lhe fica bem.

Eu, gostaria de dizer o seguinte, nós, como é óbvio, uma descida do desemprego é sempre um sinal positivo, mas Sra. Secretária e Sr. Deputado Joaquim Machado, ela não é exclusiva dos Açores, aliás, os Açores têm uma taxa de desemprego ainda infelizmente mais alta do que a média nacional.

E há sinais preocupantes nos números de desemprego do segundo trimestre e não estamos a falar do Verão ainda, é que a taxa de contratos a termo está a subir assustadoramente na Região, subiu de um ano para o outro, ou seja, em termos homólogos 13,4%, enquanto a taxa de crescimento dos contratos sem termo é de 8,1%. O que é que isto significa? É tão simples quanto isso: a precariedade está a crescer no mercado de trabalho na Região está a crescer pelas políticas deste Governo, aliás, é este Governo, e termino já, Sr. Presidente, que paga às empresas e não para contratarem sem termo, paga para contratarem a prazo, fomentando assim o aumento da precariedade e agora quer pagar para os trabalhadores terem formação no seu próprio posto de trabalho, que é uma coisa curiosíssima, ou seja, os trabalhadores vão ficar a fazer o trabalho que sempre fizeram, mas aí a empresa recebe mais um subsídiazinho, para quem queria combater a subsidiodependência está visto, o que é que fazem com a subsidiodependência é criar subsídios, mas para aqueles que não precisam.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A declaração política do Sr. Deputado Joaquim Machado realmente é uma declaração política otimista, uma declaração de política entusiasmada.

E realmente há que reconhecer que esse governo tem feito o trabalho possível para, desde logo, diminuir a precariedade laboral que existia noutros tempos, tem procurado também, e, eu sou testemunha disso, investir na formação de ativos para que, a partir daí, a pouca, porque já ficou provado pelos números do desemprego, a pouca mão de obra disponível, tenha qualificações para trabalhar.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, há aproximadamente um ano e meio, estávamos a discutir o orçamento e plano de 2021 e eu disse que o grande problema dos Açores num futuro próximo não seria o desemprego, mas sim a falta de desemprego.

Essa é a realidade, a falta de desemprego, e, agora, perguntam porquê? E eu explico, há falta de desemprego, precisamente porque não há mão de obra, que é aquilo que hoje todos reconhecemos que não há, mão de obra especializada em variadíssimas atividades.

E, não há, por uma simples razão, não há não é porque as pessoas estão empregadas porque arranjam emprego, algumas sim arranjam, é certo, mas o grosso desse problema é que efetivamente, essas pessoas deixaram de estar nos Açores.

A nossa economia pobre, historicamente pobre, fez com que boa parte dos açorianos saíssem daqui para ir ganhar dinheiro para outro lado e essas pessoas não voltam, essas pessoas só voltam quando já não tiverem idade de trabalhar para receber a sua pensão, porque acostumaram-se a determinados salários, e, bem, noutras paragens, que nunca terão nos Açores.

Portanto, o nosso problema, infelizmente, é este, o êxodo de açorianos em procura de melhores salários, atualmente e num passado muito recente, só

é comparável aos tempos da grande imigração que aconteceu há muitos anos atrás para os Estados Unidos e para o Canadá.

Hoje temos esse problema em mãos e enquanto a nossa economia não deixar de ser uma economia pobre, como é, enquanto não nos preocuparmos em valorizar as profissões básicas da nossa sociedade, enquanto não nos preocuparmos em perceber que os açorianos são todos iguais e que têm todos os mesmos direitos e os mesmos direitos de oportunidades e que têm todos direito a um salário próximo de todos eles, vamos estar sempre a convidar pessoas a sair daqui para irem ganhar dinheiro para outro lado e fazer vida para outro lado.

E a consequência disso é que depois vamos ter declarações políticas, seja de partido A ou do partido B, a congratularem-se com baixos números de desemprego, não é os baixos números de desemprego que têm uma consequência, é economia que temos, e, é esse o esforço que temos que fazer e já daqui por dois meses vamos estar a falar disto aqui nesta sala, que é o orçamento e plano que faça justiça a quem trabalha, que dê condições para que as pessoas não tenham de marcar passagem...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

(\***O Orador:** ...para sair dos Açores, para ir ganhar dinheiro para outro lado.

Este é o grande desafio, espero que as pessoas percebam essa realidade e que não distorçam quer da oposição, quer da governação, a realidade desse facto, as pessoas têm saído, e de que maneira da nossa Região e essas pessoas dificilmente voltam.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.



Sr. Deputado Joaquim Machado, para encerrar a declaração política, tem a palavra faça favor.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo Regional.

Uma nota à margem porque é mesmo de política marginal que se trata, para fazer o registo da arrogância moral do Sr. Deputado António Lima, uma arrogância moral que vai ao ponto de ditar sobre a consciência de cada um de nós que aqui está.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!**

(\*) **O Orador:** Isto é digno de registo, mais ainda depois do próprio ontem ter reconhecido que a *proposta de legislação que aqui apresentou não garantia coisa nenhuma*, citei.

E, portanto, é depois disso, que o Sr. Deputado António Lima moralmente se arroga, a saber e a ditar sobre aquilo que vai na consciência de cada um, isso diz muito bem do que é o Bloco de Esquerda, e, eu quase que sou tentado a dizer mais do que isso, mas vou me conter.

**Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!**

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\*) **O Orador:** Se, hoje, o Partido Socialista fosse Governo dos Açores, o IRS era mais alto, o Partido Socialista votou contra o abaixamento do IRS. Se hoje o Partido Socialista fosse Governo dos Açores, o IRC era mais alto. Se hoje o Partido Socialista fosse Governo dos Açores, o IVA era mais alto do que temos.

Se hoje o Partido Socialista fosse Governo dos Açores, os trabalhadores da RIAC não tinham beneficiado de uma valorização remuneratória.

Se hoje o Partido Socialista fosse Governo dos Açores os enfermeiros não teriam ainda visto valorizada e regularizada as suas carreira.

O mesmo, se diria também, ou aconteceria também, com técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, com farmacêuticos, os professores continuariam em grande precariedade, rejeitando o Partido Socialista aquilo que, até era uma determinação da União Europeia através da Diretiva 1999, que nunca foi cumprida só nos Açores e aplicada na Madeira e no resto do País.

E assim sucessivamente, mas perante estes factos, o que é que o Partido Socialista tem para dizer?

Tem para dizer, apontando o dedo ao Governo Regional, sobre a cobrança de impostos, quando ainda aqui hoje já foi dito e comprovado que em 2019, sendo o preço do petróleo no mercado internacional muito mais baixo do que é hoje, o Partido Socialista arrecadou mais imposto sobre os combustíveis consumidos pelos açorianos.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\***O Orador:** Confrontado com os dados do emprego e não só do desemprego, do emprego, porque nunca houve tantos açorianos com emprego como temos hoje, o que é que o Partido Socialista tem a dizer?

Desde logo o que diz demonstra, Sr. Deputado Vasco Cordeiro que o seu partido, contrariamente àquilo que o Sr. diz e até admito que seja essa a sua vontade, mas nos factos, o seu partido não aprendeu com o voto dos eleitores açorianos em 2020, continua a evidenciar a mesma arrogância, porque só essa arrogância é que permitiu um Deputado da sua bancada vir

dizer que não é verdade aquilo que foi dito, dos factos todos que enunciei daquela bancada, qual deles é que não é verdade?

São todos tangíveis, estão todos quantificados, fazem todos parte daquilo que é a legislação que nós aprovamos por um lado, e daquilo que são os indicadores oficiais do Instituto Nacional de Estatística, já não digo do Serviço Regional de Estatística, do Instituto Nacional de Estatística e do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Só mesmo muita arrogância ou outra coisa qualquer que agora não importa...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Eu achava que o INE há uns meses atrás não era credível!

(\***O Orador:** ... é que autoriza alguém a dizer que é mentira o que foi afirmado.

Mas o que é que o Partido Socialista ainda tem mais para dizer sobre o emprego?

Que quando o Partido Socialista deixou a governação, a taxa de desemprego era inferior à do continente, pois era, hoje estamos a duas décimas acima da média nacional.

Mas isto também merece dois comentários: primeiro, a taxa de desemprego deixada pelo Partido Socialista

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

(\***O Orador:** É efetivamente a taxa de desemprego verificada durante a pandemia, que milagrosamente foi a mais baixa verificada na legislatura passada, as pessoas perguntarão, mas como é que isso foi possível se ficarmos todos em casa, alguns até deixaram de trabalhar, como é que a taxa de desemprego baixou? Por uma questão técnica! É porque no critério para a elaboração da taxa de emprego, tem a ver com os que estão

desempregados procuraram nos últimos 30 dias e como estava toda a gente em casa não procuraram emprego e, portanto, o desemprego baixou significativamente.

A taxa de desemprego, quando o PS deixou a governação era de 6.7, hoje é de 5.9.

**Deputado Carlos Silva (PS):** E a nacional?

**(\*O Orador:** Quando o PS deixou a governação da Região, o nosso problema era o desemprego, hoje o nosso problema é a falta de mão de obra, é exatamente o contrário.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**(\*O Orador:** É essa dor e eu vou concluir, Sr. Presidente, é a dor do sucesso que nós agora temos para resolver...

**Presidente:** Sr. Deputado, tem que terminar, faça favor.

**(\*O Orador:** ... é a dor do sucesso, que há de passar pela formação profissional,

reativando a antiga Escola Profissional das Capelas que os Srs. delapidaram e com uma política de formação profissional, nomeadamente de formação profissional em contexto laboral que certamente vai dar resposta a estas necessidades.

Agora, uma coisa não poderão exigir nem ao Governo nem aos partidos que o suportam, nem aos partidos que no plano parlamentar o apoiam, que é que façamos mais pessoas disponíveis para trabalhar.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Está encerrada esta declaração política. Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço, regressamos às 15h00.

*Eram 13 horas e 19 minutos.*

*Eram 15 horas e 11 minutos.*

*(Após o intervalo o Deputado Marco Costa ocupou o seu lugar na Mesa)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, reiniciar os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão faz favor, pede a palavra para?

(\***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Presidente era para solicitar um intervalo regimental de 20 minutos.

**Presidente:** É regimental, está concedido, regressamos às três e meia.

*Eram 15 horas e 34 minutos.*

**Presidente:** Julgo que ontem tínhamos terminado o debate do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XII – “Adapta o estatuto do antigo combatente à Região Autónoma dos Açores”**.

Vamos então começar por votar na generalidade este Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º56/XII foi aprovado por unanimidade na votação na generalidade.

**Presidente:** Iniciamos o debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições.

Ao art.º 1º há duas Propostas, há uma Proposta de alteração e uma Proposta de Aditamento do Partido Socialista, pergunto à Câmara se posso votá-las em conjunto.

Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao art.º 1º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** A Proposta de Alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 25 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente:** Coloco agora à votação a Proposta de Aditamento do n.º 2 apresentado pelo Partido Socialista ao art.º 1º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** A Proposta de Aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está à votação o art.º 1º do diploma com esta proposta de aditamento que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O art.º 1º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Art.º 2 há uma Proposta de Alteração ao n.º1 do art.º 2, apresentada pelo Partido Socialista, que coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Faz favor, Sr. Secretário

**Secretário:** Proposta de Alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está à votação o art.º 2 do diploma com esta Proposta de Alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O art.º 2 colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao art.º 3º, há uma Proposta de Alteração apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 1 do art.º 3.º, que coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** A Proposta de Alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Coloco à votação o art.º 3º do diploma com esta Proposta de Alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O art.º 3º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O art.º 4º tem uma Proposta de Alteração apresentada pelo Partido Socialista e coloco à votação essa proposta de alteração ao art.º 4º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** A Proposta de Alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Coloco à votação o art.º 4º do diploma com esta Proposta de Alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O art.º 4º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Art.º 5º, a primeira Proposta de Alteração que deu entrada é uma proposta de alteração do PAN.

(\***Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente.

**Presidente:** Faz favor, Sr. Deputado.

(\***Deputado Pedro Neves (PAN):** Eu gostaria de retirar essa Proposta de Alteração relativamente ao art.º 5º.

**Presidente:** Retirar a Proposta de Alteração ao art.º 5º, o n.º 1 e o n.º 2 que apresenta?

(\***Deputado Pedro Neves (PAN):** N.º 1.

**Presidente:** Mantem a n.º 2?

**Presidente:** Vamos votar a Proposta de Alteração apresentada pelo Partido Socialista ao art.º 5º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.



**Secretário:** A Proposta de Alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Coloco agora à votação a Proposta de Aditamento do n.º 2 apresentada pelo PAN ao art.º 5º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** A Proposta de Aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Coloco à votação o art.º 5º do diploma com estas Propostas de Alteração e de Aditamento que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O art.º 5º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Coloco agora à votação uma Proposta de Aditamento apresentada pelo PAN de um art.º 5º A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** A Proposta de Aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Coloco à votação uma Proposta do PAN de Aditamento de um art.º 5º B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** Proposta de Aditamento colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao art.º 6º, há uma Proposta de Aditamento do n. 2 ao art.º 6º, apresentado pelo Partido Socialista. É essa a proposta que coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** A Proposta de Aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está à votação o art.º 6º do diploma com esta Proposta de Aditamento que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O art.º 6º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Coloco à votação a Proposta de Aditamento de um art.º 6 A, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** A Proposta de Aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar passando ao art.º 7º, uma Proposta de Alteração apresentada pelo Partido Socialista ao art.º 7º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** A Proposta de Alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Coloco à votação o art.º 7º do diploma com esta Proposta de Alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O art.º 7º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Está a votação uma Proposta de Aditamento do art.º 7º A, apresentada pelo PAN.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** A Proposta Aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Art.º 8º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O art.º 8º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, eu há bocadinho quando o Sr. Deputado Pedro Neves retirou a Proposta do nº 1 ao art.º 5º, eu demorei um bocadinho, porque fiquei a pensar se faria sentido o nº 2 sem o número 1, e de facto, não, o que diz a informação que nos chega é que não faz sentido ter esse nº 2, fica prejudicado com a retirada do nº 1.

Estamos todos esclarecidos sobre a situação? podemos fazer votação final global?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XII foi aprovado por unanimidade em votação final global.

**Presidente:** Sr. Deputado José Pacheco, para uma declaração de voto, faça favor, tem a palavra.

(\*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Gostaria, neste momento, de dar os parabéns a todos os ex-combatentes e dar-lhes também esta palavra de apreço por se ter reposito aqui a justiça, que esta pátria muito a eles deve.

Também aproveitar este momento para agradecer os contributos que vieram dos outros partidos para melhorar este diploma em prol dos ex-combatentes, dos antigos combatentes.

A democracia também tem disto. A democracia tem o debate aceso, muitas vezes até o insulto que nós gostamos pouco, mas também tem isto, quando nós precisamos de nos unir, quando precisamos de contribuir. quando precisamos de melhorar, estamos aqui, e, isto sim é bonito é um exemplo de que a democracia vale a pena e muito obrigado a todos por este bonito contributo.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sim, foi um gosto reconhecer, aqui neste momento o valor que é termos sido representados por bravos açorianos, que representaram o nosso país.

Se no início dessa discussão, no dia anterior, eu manifestei a intenção de não votar favoravelmente o art.º 2 e o art.º 5º deste diploma, depois do que aqui foi discutido, depois da brilhante intervenção do Sr. Deputado Luís Soares, quando disse que haveria que haver alguma atenção na adaptação desse diploma à Região, porque adaptações excessivas podiam diminuir o documento relativamente ao documento que foi o documento inicial, aquele

que foi apresentado e aprovado na República, levou-me a consciencializar que entre a injustiça ou não injustiça o mais justo seria reconhecer aos ex-combatentes dos Açores, exatamente os mesmos direitos que são reconhecidos aos combatentes que não são residentes nos Açores. Por essa razão, mesmo correndo-se o risco de, eventualmente não se fazer justiça com a restante população, relativamente a discriminações positivas que possam originar a partir da aprovação deste diploma, eu estou em querer que, desta forma, estamos a fazer um documento mais correto.

As alterações que foram aqui introduzidas, em boa parte, pelo Partido Socialista enriqueceram o documento, e, a partir de agora, eu acho que estamos em condições de acima de tudo, valorizar aqueles que nos representaram os nossos ex-combatentes, mas também há que impercetível 00:17:56 um momento de reflexão e eu já falei nisso ontem, os nossos ex-combatentes apenas querem que se faça justiça àquela representação, à bravura dos seus atos, enquanto representaram o nosso país, não querem situações discriminatórias positivas, não é esse, nem nunca foi o espírito militar, o espírito militar é um espírito de serviço à causa e aquilo que eles nos pedem é apenas que representemos o nosso país, sempre com honra, com dignidade e a pensar no futuro dos nossos cidadãos. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares.

(\*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente este diploma, contribuindo assim para a sua aprovação, porque entende que é fundamental para que haja aqui uma justiça e uma equidade no tratamento

dispensado aos antigos combatentes do continente da Madeira e agora também nos Açores.

Portanto, o princípio da igualdade fica aqui bem expresso da forma como nós vamos também dar aqui alguns apoios, regalias naquilo que são matérias da competência do Governo Regional aos antigos combatentes.

No entanto, o nosso trabalho penso que não se esgota aqui, temos que pensar que não são só os antigos combatentes que estão expostos aos fatores que lhes dão realmente este estatuto de antigo combatente.

Continuam a existir pessoas que, em nome de Portugal, participam em missões de paz, de manutenção da ordem e, como tal, expõe a sua vida, colocam a sua vida em perigo e em risco, em nome de Portugal e das instituições internacionais a que nós aderimos e aos Tratados que nós subscrevemos.

Portanto, parabéns aos antigos combatentes, penso que aqui fica feita justiça a estas pessoas que estiverem dispostas a dar a vida por Portugal.

No entanto, temos que continuar a trabalhar e a perceber que há, para além destes mais e que nós temos que desenvolver legislação que os possa absorver e lhes dar

também as mesmas regalias.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Há mais inscrições para declarações de voto. Sra. Deputada Ana Luís, faça o favor, tem a palavra.

(\*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Partido Socialista votou favoravelmente este diploma, como não poderia deixar de ser, uma vez que deu também aqui o seu contributo para acima de tudo, assegurar um maior número de benefícios e direitos aos antigos combatentes, no sentido de que também esse estatuto aqui nos Açores seja cumprido e seja efetivo para aqueles que efetivamente serviram a pátria e lutaram em nome de Portugal, seja efetivamente na guerra colonial, seja noutras missões como aqui também já foram referidas.

As nossas propostas de alteração também permitiram aprimorar o diploma, especificar o âmbito e o alcance do mesmo, assim como também com maior rigor determinar aqueles que são os seus beneficiários diretos.

Entendemos que estes direitos ao nível dos residentes dos Açores era uma forma efetivamente de ficar claro quem aqui deles beneficia e acima de tudo, entendemos que com estes melhoramentos, aquilo que aqui nos veio dizer, a Associação dos Antigos Combatentes da ilha do Faial, em nome, apesar de que não mandatados, mas penso que falaram em nome de todos aqueles que, na mesma circunstância, na mesma condição, se sentiam, de certa forma injustiçados, ou pelo menos não conseguindo aceder aos mesmos benefícios, penso que conseguimos também cumprir com aquilo que nos foi transmitido, com aquilo que nos foi solicitado e penso que este também é um dos nossos principais objetivos neste mandato que exercemos, ouvir aqueles que nos estão mais próximos, perceber e adequar as suas necessidades à nossa realidade e legislar nesse sentido.

Congratulamos pela unanimidade que aqui foi reunida e, acima de tudo, congratulamos por também termos contribuído para chegar a um diploma que tem uma maior abrangência, permite assegurar mais direitos e benefícios em nome daqueles que efetivamente fizeram um sacrifício em nome de Portugal.

Obrigado.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

**(\*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do CDS votou favoravelmente este diploma, que visa adaptar o Estatuto do Antigo Combatente, que já existia, que já estava em vigor à nossa Região.

A verdade é que existia essa pretensão por parte dos ex-combatentes, algo mais que justo terem acesso a estes direitos, nas mais diversas áreas, aqueles que tanto serviram o nosso país e parece-nos com a aprovação deste diploma, cumprimos esse desígnio de criar uma igualdade entre todos os ex-combatentes do nosso país, incluindo também os nossos seis combatentes aqui da Região, usufruir destes direitos, o que é mais que merecedor, o que é mais que justo e como tal, saudar os ex-combatentes, mais uma vez agradecer tudo aquilo que fizeram pelo nosso país e que este seja mais um contributo que não se esgota aqui, é certo, mas que seja mais um contributo para a melhoria daqueles que tanto serviram a nossa pátria.

Muito obrigado.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições para declarações de votos, Sr. Deputado Paulo Estevão, tem a palavra.



(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Nunca é tarde para fazer justiça e o nosso país tem vindo, a fazer, de forma progressiva, e, também na nossa Região nós adotamos aqui um conjunto de princípios articulado, que, permite a defender melhor aqueles que são os direitos dos antigos combatentes dos ex-combatentes.

É importante referenciar que a grande parte daqueles que vão usufruir deste diploma e das condições que ele estabelece são os ex-combatentes da guerra colonial.

Mas também, obviamente, aqueles que participaram em missões de paz ao serviço da ONU e de outras instituições internacionais, no âmbito de acordos do Estado português, também homens e mulheres que servem o nosso país em diferentes cenários de guerra.

É importante fazer justiça, é importante reconhecer o contributo que foi dado por estes homens e por estas mulheres também no âmbito, mais recentemente das missões que acabei de descrever.

Mas é importante também a pensar no futuro, quem pensou que a História acabou, que a História tinha terminado, como estamos a ver todos os dias nos telejornais dos nossos dias, verifica-se que a História não acabou, os conflitos militares não terminaram e que há que ter sempre presente que, muitas vezes, para manter a paz, é necessário ter a disposição de defender o nosso modo de vida, a nossa liberdade e a nossa democracia. A paz não pode ser obtida a qualquer custo com subjugação dos povos e por isso é necessário também que estas novas gerações tenham a certeza que aquele erro desta guerra esquecida, desta guerra maldita, está a ser por esta geração, está a ser finalmente reparado, mas que no futuro não voltará a suceder, não voltará a suceder no esquecimento aqueles que se baterem por

este país, pela sua liberdade, pela democracia, pelo nosso modo de vida, porque não dizê-lo pelos nossos recursos, pela nossa cultura, pela nossa identidade, esses não serão esquecidos.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, damos assim por encerrado este ponto da nossa agenda e avançamos para o ponto 8 - **Petição n.º 26/XII – “Pela não alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho - Medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes”**, uma petição apresentada por Sandra Cordeiro na qualidade de primeira subscritora.

Vamos começar por, como é habitual, apresentar o relatório desta Petição pela Sra. Relatora, Joana Pombo Tavares, faça favor.

(\*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 7 de junho de 2022, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em Ponta Delgada e com recurso a meios telemáticos, para apreciação e relato sobre a **Petição n.º 26/XII - “Pela não alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, Medidas de controlo de população de animais de companhia ou errantes”**.

A presente Petição reúne um total de 1061 (mil e sessenta e uma) assinaturas, tendo como primeira subscritora Sandra Cordeiro e deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 2 de março

de 2022.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a referida Petição foi remetida à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por se tratar de matéria da competência desta – *bem-estar animal* - conforme determina o artigo 2.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro.

## **CAPÍTULO I**

### **ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na atual redação.

A apreciação da Petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

## **CAPÍTULO II**

### **ADMISSIBILIDADE**

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido Regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião do dia 16 de março de 2022, tendo tal decisão sido comunicada formalmente à primeira subscritora.

Foi ainda verificado que, das 1061 (mil e sessenta e uma) assinaturas que acompanham a petição, 14 (quatorze) assinaturas não cumprem os requisitos estabelecidos no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual, pelo que foram consideradas 1047 (mil e quarenta e sete) assinaturas válidas.

### **CAPÍTULO III**

#### **OBJETO DA PETIÇÃO**

Os peticionários, através deste instrumento de participação cívica, solicitam a esta Assembleia Legislativa que não permita a alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, que, “por proposta do Governo Regional dos Açores pretende legalizar o abate de animais de companhia e animais errantes”, e que “promova um plano de esterilização a nível regional que contemple verbas robustas para as autarquias e para as associações de proteção e bem-estar animal, a única ferramenta digna no controle populacional dos animais de companhia nos Açores”.

De acordo com o descrito na Petição, as razões que subjazem a esta pretensão assentam nos seguintes fundamentos:

“– Considerando que o Abate Zero foi aprovado na Assembleia Regional dos Açores há um ano, por unanimidade, com a alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A. Considerando que, com essa aprovação, Portugal deixou de abater animais de companhia como ferramenta de controlo da população animal, e qualquer retrocesso que exista à lei que vigora, remete Portugal para um dos piores países da União Europeia no que concerne a proteção e bem-estar animal.

– Considerando que existe uma Proposta de Decreto Legislativo do Governo Regional para alterar a lei em vigor na Região Autónoma dos Açores que, ao ser aprovada, o abate de animais de companhia volta a ser permitido.

– Considerando que a pretensão do Governo Regional não acompanha a vontade societal da comunidade açoriana que, durante anos, trabalhou arduamente para o fim do abate de animais de companhia e animais errantes.”

## **CAPÍTULO IV**

### **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

Aquando da deliberação das diligências a efetuar no âmbito da presente Petição, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável decidiu ouvir, em audição, a primeira subscritora da Petição.

Deliberou igualmente, avocar as diligências efetuadas no âmbito da [Proposta de Decreto Legislativo n.º 24/XII](#) - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes, uma vez que a presente

petição versa sobre a referida proposta.

O Relatório da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XII, assim como os pareceres nele contidos, encontram-se em anexo ao presente Relatório e dele fazem parte integrante.

**Da Audição à primeira subscritora, Sandra Cordeiro, ocorrida a 2 de maio de 2022:**

A audição iniciou-se com uma apreciação genérica do objeto da Petição por parte da Senhora Sandra Cordeiro, na qualidade de primeira petionária tendo a mesma realçado não fazer parte de nenhuma associação, estando já na reta final da causa animal, ou seja no acolhimento, tratamento e encaminhamento, que por vezes é para uma família de adoção, suportando os custos inerentes a toda a situação, e até mesmo para o apoio a colónias. Realçou que a presente petição no seguimento do pedido de alteração à lei já existente sobre o não abate, informando que apesar não ser “conhecedora da Lei”, teve conhecimento das propostas de alteração de vários partidos, mas sem grande conhecimento do seu conteúdo.

Destacou que, do seu ponto de vista e de outros dois colegas, assim como da manifestação que decorreu, não deverão existir exceções, dúvidas, porque três profissionais validarem qualquer tipo de abate, ou de um animal que esteja no canil que possa propagar uma doença, poderá ser um passo para abater animais saudáveis, uma vez não existir fiscalização na área animal. Realçou que como amante dos animais, é uma preocupação, e considera importante a partilha de soluções, sendo que as soluções seriam a esterilização em massa, quer dos animais que se encontram nos canis, quer dos animais que se encontram na rua, quer dos detentores de animais. Felicitou os municípios pelas campanhas que efetuam, mas que não são suficientes, assim como tem conhecimento que algumas juntas de freguesia

também as realizam, mas que estas têm de ocorrer em massa, e se possível com uma intervenção direta do Governo Regional, com o apoio das Câmaras, e com a divulgação das Juntas de Freguesia.

Destacou ainda que, mesmo para famílias estabilizadas, esterilizações no valor de cem ou cento e cinquenta euros para um cão ou oitenta para um gato, são valores elevados, considerando que deveria haver apoio e não seleção de candidatos, realçando ser necessário a apresentação do IRS, atestado de residência entre outros, que juntamente com a demora do processo, origina a desistência da esterilização dos animais.

Referiu ainda a necessidade de alargamento dos horários dos canis, tendo em conta que um canil não poderá ter o horário de um funcionário público, por indisponibilidade destes, de se deslocarem aos canis, considerando ainda a possibilidade de o canil abrir ao sábado.

Destacou estas serem duas propostas que considera importantes, realçando ainda ser importante a atribuição de verbas para as associações, informando que *“eu sei que neste momento o “Cantinho dos Animais” tem uma dívida de quase 30 mil euros de apoio a animais de castrações de famílias, os animais que estão estropiados na rua, que são atropelados são eles que recolhem, quando não é mesmo eu ou pessoas como eu que estão na causa por amor e pagamos do nosso dinheiro.”*

Destacou o problema da recolha de animais acidentados na rua, sendo recolhidos por particulares não têm para onde ir – GNR não tem como os receber, os CRO’s ou canis estão encerrados e o veterinário municipal tem horário de funcionário público – não havendo na Região resposta para estas situações. Informou os deputados da Comissão que, muitos dos resgates são indicados por turistas, sendo com situações de abandono de animais e

animais acorrentados que os turistas se deparam na Região, havendo casos em que o turista tem de custear o tratamento médico do animal.

Considerou que as pessoas têm de ter a sua intervenção na sociedade, não sendo possível ajudar todos os animais, sendo que alguns morrem por falta de apoio. Realçou ser um problema que o Estado terá de resolver.

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para pedidos de esclarecimentos, e usaram da palavra o Deputado Pedro Neves, o Deputado Bruno Belo e o Deputado António Lima.

O Senhor Deputado Pedro Neves iniciou por destacar que como cidadão tem todo o direito de manifestar o seu descontentamento, e que devido à sua petição, e apesar de não perceber nada de leis como referiu, *“funcionou muito bem porque o Governo recuou daquilo que foi a maior manifestação dos últimos vinte anos aqui nos Açores. É preciso dizer que o Governo não teve sequer coragem de alguém ir ter com os manifestantes, seja o próprio Senhor Presidente, e se não tivesse o Senhor Presidente pelo menos um representante do Governo, da Presidência do Governo, mas não tiveram essa coragem. E, lamento desde já, para que fique também registado.”*

Realçou que apresentou alterações, tendo em conta esta petição e do manifesto da pessoa que foi ouvida anteriormente.

Relativamente ao turista que é extremamente proativo quando vê maus-tratos nos animais, avisa nas redes sociais, do que nunca deveria existir numa Região em que queremos trazer turistas, turistas estes que se deslocam aos Açores pelo turismo de natureza, mas que depois vê debaixo do tapete algo que deixa uma nódoa naquilo que deveria ser a excelência dos Açores. Questionou a Senhora Sandra Cordeiro se é de opinião que conseguimos aumentar o turismo, *“se à partida nós temos essa nódoa neste pano que devia ser branquinho.”*



Em resposta, a Senhora Sandra Cordeiro realçou que *“os animais estão por todo o lado e as pessoas ficam muito chocadas. Ou é porque têm uma cultura diferente no seu país, nomeadamente os alemães e os finlandeses”*, havendo alertas igualmente de turistas nacionais, relançando que os ataques ao povo açoriano são constantes, com indicação de que não sabem lidar com os animais. Considerou que, do que tem conhecimento, os canis dos Açores são *“considerados de luxo”*, em comparação a canis do território nacional, mas *“nós temos que limpar a nossa imagem em relação aos tratos que damos aos animais perante o exterior”*, considerando que a situação tem melhorado. No entanto realçou que, ainda na semana passada, foi alertada, por turistas alemães, para uma ninhada de bebés, de gatinhos, dentro do lixo, considerando que *“não é só pôr a ilha bonita, não é só limpar as estradas, temos também na parte humana, também temos que, tem que haver algumas alterações.”*

Em réplica, o Senhor Deputado Pedro Neves realçou não ter comparado com o continente *“porque o Continente não está melhor que os Açores”*, tendo sido afirmado pela Senhora Sandra Cordeiro, que infelizmente é feita essa comparação.

Considerou o Senhor Deputado Pedro Neves que poderá é efetuar comparação de Portugal com outros países, em termos de evolução, de legislação, como de proteção e bem-estar animal. Realçou que os dados demonstram que o Continente não está melhor, havendo CRO's mais bem conseguidos e em melhores condições, destacando que em relação aos outros países como Alemanha e Inglaterra que possuem legislação mais evoluída relativamente ao bem-estar animal, considerando existir *“um choque de culturas, não é cultura açoriana, mas é como um todo, o país*

*como um todo, porque temos os mesmos problemas também no Continente relativamente aos turistas.”*

O Senhor Deputado Bruno Belo agradeceu o documento enviado pela peticionária, de uma forma preocupada e com objetivo construtivo, realçando ser importante para a diminuição do problema, o esforço de todos, nomeadamente de instituições públicas, às instituições privadas de utilidade pública, designadamente as Associações, mas também a sociedade em geral.

Considerou importante realçar que desde que se considere que os casos são pontuais, são sempre considerados como negativos, mas como pontuais, não são a regra. Realçou também não ser possível transferir a responsabilidade para as instituições públicas ou apenas para as organizações, sendo uma responsabilidade de todos, uma responsabilidade da sociedade. Questionou assim, se a peticionária acha necessário ou poderá haver, por parte de instituições públicas e privadas, campanhas de sensibilização da sociedade para melhores cuidados, para que tenham acesso a informações necessárias e corretas. Questionou ainda se considera que essa parte, ainda falha.

Em resposta a Senhora Sandra Cordeiro informou concordar em todos os aspetos que o Senhor Deputado tinha referido, considerando que a sensibilização deveria iniciar-se nas escolas, inserido num programa, com convites às associações e *“ensinar às nossas crianças que são animais, são seres vivos e que têm que merecer o respeito que qualquer ser vivo tem direito.”*

O Senhor Deputado António Lima iniciou por agradecer a presença da peticionária, informando que o Bloco de Esquerda esteve presente na manifestação já referida, sendo um importante momento cívico, realçando

que a petição apresentada é objetiva, simples, não suscitando dúvidas por parte do Bloco de Esquerda. Realçou que o BE encontra-se a ultimar uma proposta de alteração, com os contributos apresentados, que entende servem para melhorar as proposta, e ter um diploma que melhor sirva o seu propósito – regular e melhorar as questões relacionadas com o bem-estar animal na região. No entanto, e tendo em conta a apresentação da Senhora Sandra, quando realçou a verificação das condições económicas do agregado familiar, questionou se considera existir mais algum aspeto que seja passível de melhorar, *“até nomeadamente a nível da sua abrangência geográfica, seja ao nível do período de tempo em que elas decorrem”*.

Questionou ainda, tendo em conta os animais encontrados feridos, doentes e que necessitem de cuidados veterinários, muitas vezes imediatos, quais acha que poderão ser as soluções para estas situações, quais os procedimentos que possam vir a ser definidos, considerando que mesmo em situações de salvamentos por voluntários, não se pode colocar a responsabilidade exclusivamente a estes, sendo uma responsabilidade dos detentores quando existem, ou do Estado para resolver estas situações e contribuir para a solução.

Em resposta a Senhora Sandra Cordeiro informou que, na ilha de São Miguel, cada município possui o seu canil – Lagoa, Ribeira Grande e Ponta Delgada – sendo que as campanhas de esterilização são dispersas, originando confusão, sugerindo que a intervenção deveria ser uma campanha organizada pelo Governo Regional com apoio dos Municípios dos três CRO's, chegando à população através das Juntas de Freguesia.

Reforçou ainda que, durante o horário de serviços dos veterinários municipais poderiam fazer castrações, assim como resolver o problema dos animais que aparecem feridos, dentro do horário de trabalho, informando

que, de momento, “*não recebe tratamento porque ao que parece os canis não estão dotados de clínicas, ou de pequenos espaços de consultórios para tratar esses animais.*”. A Senhora Sandra Cordeiro destacou por fim que, no caso dos animais “*estropiados, teria que haver nos próprios canis, criar clínicas e infraestruturas e condições humanas para que estes animais possam ser tratados no canil. Ou, em caso de não poder ser, haver nas Associações no outro tempo em que os canis não estão disponíveis, dotar essas Associações de mecanismos para socorrer esses animais.*”

## CAPÍTULO V

### CONCLUSÕES

Na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da **Petição n.º 26/XII - “Pela não alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, Medidas de controlo de população de animais de companhia ou errantes”**, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

- 1) A Petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por 300 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;
- 2) A pretensão dos peticionários tem origem na proposta de Decreto Legislativo Regional 24/XII - segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, medida de controlo da população de animais de companhia ou errantes, “que ao ser aprovada, o abate de animais de companhia volta a ser permitido”, pelo que solicitam à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:
  - Que não se permita a alteração do Decreto Legislativo Regional n.º

12/2016/A, de 8 de julho, por proposta do Governo Regional, que pretende legalizar o abate de animais de companhia e animais errantes;

- Que o Governo Regional promova um plano de esterilização a nível regional que contemple verbas robustas para as autarquias e para as associações de proteção e bem-estar animais, a única ferramenta digna no controle populacional dos animais de companhia nos Açores.
- 3) Considera-se como solução proposta pela peticionária, uma campanha em massa, com intervenção direta do Governo Regional, com apoio das autarquias e juntas de freguesia, sendo necessária uma desburocratização de procedimento das campanhas de esterilização;
- 4) Considera-se necessário o alargamento dos horários dos canis, fora do horário do trabalho de funcionário público, com abertura inclusive aos sábados, como forma de aumentar as visitas aos canis e consequentemente as adoções.
- 5) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

**A Relatora:** Joana Pombo Tavares

*O presente relatório foi aprovado por unanimidade.*

**O Presidente:** José Gabriel Eduardo

*(os anexos ao presente relatório encontram-se disponíveis no link:*

*[http://base.alra.pt:82/Peticao\\_Abaixo/XIIpare501.pdf](http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpare501.pdf))*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o relatório.

Estão abertas as inscrições para a apreciação da petição.

Sr. Deputado Gustavo Alves, faça favor, tem a palavra.

(\*) **Deputado Gustavo Alves (PPM)**: Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional

O Grupo Parlamentar do PPM, como sempre, saúda os peticionários, na pessoa da primeira subscritora – Sandra Cordeiro, pelo exercício deste direito e também pela manifestação de participação cívica.

Não obstante, os argumentos elencados pela 1.<sup>a</sup> subscritora, que traduzem a presente petição n.º 26/XII - “Pela não alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho” -, que visa as “Medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes”, carece, no nosso entender, de uma melhor interpretação sobre as alterações pretendidas, começando pela questão da excecionalidade .

Passo a explicar,

Antes de mais nada, começo por clarificar no que concerne uma excecionalidade.

Uma exceção é algo que não é comum e que não faz parte das regras. Ocorre quando acontece algo fora da regra comum. Um fato inédito, que não era feito ou conhecido antes, e foi aberta uma exceção.

Como disse um dia Millôr Fernandes, um conceituado escritor, dramaturgo e jornalista brasileiro *“Toda a regra tem exceção. E se toda a regra tem exceção, então, esta regra também tem exceção e deve haver, perdida por aí, uma regra absolutamente sem exceção”*. Fim de citação.

No nosso entender, não é este o caso.

Como muito bem explicou o Sr. Secretário da Agricultura e do Desenvolvimento Rural na audição da Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu a 18 de janeiro de 2022 e passo a citar *“se existir uma urgência, e se comprovar*

*que existe uma zoonose ou uma situação de perigo para os humanos, consideramos isso um abate compulsivo e o animal tem de ser abatido”.*

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Tem que estudar mais, Sr. Deputado!

**(\*) O Orador:** Estou convicto que toda esta Câmara espera que esta situação não aconteça. Mas e se, infelizmente, acontecer? Devemos, ou não, ser providentes e acautelar a segurança de todos os açorianos?

Outra observação que fazemos é que, das alterações propostas, nada indica que existe um retrocesso no espírito da legislação atual, que proíbe o “abate de qualquer animal de companhia ou animal errante, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte”, sendo então o artigo seguinte as exceções à proibição de abate, através de premissas como a saúde e segurança pública e com o preenchimento do vazio legislativo para os médicos veterinários, profissionais da área da saúde animal, terem acesso ao último recurso, que naturalmente não agrada a ninguém mas tem que existir. Não existindo esse último recurso previsto em legislação - e a ter de acontecer um abate -, será banalizar a lei regional, como se banalizam outra leis nacionais básicas, como a proibição de atirar uma beata para o chão. Toda a gente sabe que é proibido, existem coimas associadas, mas deve ser rara a pessoa que é multada por esse prejudicial ato.

Resumindo, a 2ª alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 12/2016/A, de 8 de julho, não motiva o controlo de população animal, mas sim trazer o pragmatismo e aproximação à realidade, em letra de lei, da atividade do animal de companhia ou errante.

Disse!

**Voices de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM:** Muito bem!

Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Continuam abertas as inscrições.

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor, tem a palavra.

**(\*) Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúda os peticionários por esta ação cívica, através da qual demonstram a sua insatisfação e preocupação relativamente à proposta de alteração do Decreto Legislativo Regional 12/2016/A de 8 de julho, apresentada pelo Governo Regional, considerando a primeira peticionária que não deverá existir exceções ou questões dúbias que possam permitir o abate de animais de companhia e/ou errantes.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se por ter sido mentor do Decreto Legislativo Regional 12/2016/A de 8 de julho, o qual estabelece o fim dos abates de animais de companhia e errantes.

Com a adoção da prática de identificação, vacinação, esterilização e castração, garantiu-se o bem-estar animal com tentativa de redução de populações.

Considera a peticionária que a proposta apresentada pelo Governo Regional para esta segunda alteração do Decreto Legislativo 12/2016/A permitirá de novo o abate de animais na Região Autónoma dos Açores, alteração que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera um retrocesso no avanço do bem-estar animal dos animais de companhia que os Açores alcançaram nos últimos anos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista concorda com a peticionária na necessidade de uma campanha em massa de esterilização, em articulação com as autarquias e a continuação de ações de sensibilização, a fim de se



controlar e diminuir as populações de animais errantes, promovendo da melhor forma e, quando possível a sua adoção.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor.

(\*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo

Começo por saudar as e os signatários da petição **“Pela não alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, Medidas de controlo de população de animais de companhia ou errantes”**, na pessoa da sua primeira subscritora, Sra. Sandra Cordeiro, agradecendo a sua contribuição para uma causa bastante inglória, que nos impõe, tantas e tantas vezes, um forte desgaste emocional.

Estas pessoas dedicam-se de corpo e alma à causa animal, utilizando o seu tempo para realizar trabalho que devia ser garantido pela Região.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** No continente é igual!

(\*) **A Oradora:** Estamos a falar de voluntariado que não se resume a tempo despendido, mas também a recursos financeiros que estas pessoas retiram dos seus próprios orçamentos pessoais e familiares.

Tal como o título indica, esta petição surge devido à proposta do Governo relativamente às medidas de controlo populacional de animais de companhia e errantes. Proposta esta que, devido ao seu teor subjetivo e indefinido levantou bastante descontentamento entre as e os açorianos, que se fizeram ouvir de diversas formas.

Desde a sua fundação que o Bloco mostrou trabalho na área do bem-estar animal, contribuindo de forma clara para as políticas a adotar para se

alcançar o fim do abate de animais saudáveis que, infelizmente, ceifou a vida a milhares de animais sem que isso significasse o fim do abandono e um controlo eficaz da população animal.

A presente petição é clara e objetiva, destinando-se a nós, decisores políticos e bate-se por dois objetivos:

- Impedir um retrocesso na política animal, não permitindo o regresso do abate de animais para controlo da população animal, afinal as exceções já existem no diploma em vigor e não necessitam de alterações

- Apelar à elaboração de um plano de esterilização que permita dar resposta à realidade das nossas 9 ilhas.

Não é de agora que o BE se debate por uma política animal que se enquadre na mudança de paradigma que se tem instituído. Desde há anos que alertamos para a raiz do problema nos Açores e que esta petição, bem como outro tipo de manifestações e o tempo, dá razão.

O abandono animal nos Açores é essencialmente de ninhadas e de animais séniores, e essas ninhadas surgem porque a cultura de esterilização foi, durante muitos anos, tida como algo que só pessoas com possibilidades económicas o faziam.

O BE defendeu e defende uma campanha de esterilização, adequada às 9 ilhas, articulada entre o Governo Regional, municípios, juntas de freguesia e associações, que perdure o tempo que seja considerado necessário, no sentido de se alcançar o controlo populacional e se evitar a sobrelotação dos centros de recolha oficial e canis.

A sensibilização e o exemplo começam aqui, com as políticas que aprovamos nesta casa. Permitir o retrocesso nesta matéria é voltar a práticas condenáveis, que transmitem para a sociedade que o bem-estar animal não passa de palavras bonitas com ações reprováveis.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

**(\*) Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar e em nome do Grupo Parlamentar do CDS, gostaria de saudar todos os peticionários saudando no nome da Sra. Sandra Cordeiro, a primeira peticionária desta petição, que é a uma petição pela não alteração ao DLR n.º 12/2016/A de 8 de julho, que versa sobre medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes.

Ora atendendo àquilo que é o conteúdo da petição e às preocupações na petição manifestadas, compreendemos e o CDS releva também aquilo que é o trabalho desenvolvido por todas as associações da Região Autónoma dos Açores, bem como por todos os voluntários que disponibilizam do seu tempo das suas vidas para poderem prestar um serviço que deveria ser uma obrigação dos Governos dos municípios.

Porque é efetivamente uma obrigação da sociedade tratar bem os seus animais, sobretudo animais de companhia, que é em grosso modo o enfoque deste diploma, de qualquer das formas, e compreendendo aquilo que é o conteúdo da petição, consideramos que as alterações não versavam única e exclusivamente sobre a excecionalidade ou não do abate animal, porque o diploma que o Sr. Secretário da Agricultura e que o Governo Regional apresentou traz muito mais alterações, nomeadamente a criação de um sistema de registo regional, que consideramos que pode ser um avanço importante, abriu a porta também a que outros partidos apresentassem, desde logo propostas de alteração, desde logo os partidos da coligação, mas, por exemplo, o PAN e que também traz uma vez mais, para lá da proposta

inicial foi logo a primeira iniciativa a dar entrada nesta legislatura, que acabava com uma moratória sobre o abate animal. O PAN agora também acrescentou novas propostas que nos parecem bastante sensatas e até fazerem todo o sentido por isso, o objeto da petição pela não alteração deste diploma acaba por ser talvez exagerado, ou seja, compreendo qual é que é o teor da não alteração pretendida, mas de uma forma genérica podem-se fazer alterações e, aliás, essas alterações julgo que são bem-vindas e todos os partidos terão até contribuído já com propostas para fazer exatamente alterações a este diploma.

Não obstante e também em boa hora, ainda bem que se conseguiu conciliar a análise e o debate da subida desta petição a Plenário, com a análise, discussão e votação da proposta de alteração, porque também será possível verificar que algumas das propostas que veem nesta petição e até de cartas que foram enviadas a todos os Deputados que recebemos nas nossas caixas de e-mail.

**Deputado Nuno Barata (IL):** 1648 emails!

(\*) **O Orador:** Foram, 1648 emails, agradeço aqui ao Sr. Deputado Nuno Barata a contabilidade

E essas cartas e essas manifestações individuais que nos foram feitas chegar também traziam algumas propostas e algumas intenções, nomeadamente no que concerne o trabalho voluntário nos canis municipais ou nas associações que prestam este serviço, que me parecem e ao CDS pareceram-nos bastante pertinentes e julgo que isso também cria aqui uma oportunidade de podermos incorporar no diploma essas mesmas sugestões.

Assim, e, porque estamos a falar da petição, saúdo novamente esta atitude cívica deste grupo de cidadãos que subscreveu esta petição, não

concordando na totalidade com a resolução perentória de não se fazer qualquer alteração, porque consideramos que é sempre pertinente fazer alterações e há sempre possibilidade de se melhorarem os diplomas e, por outro lado, também saudar os contributos que nos fizeram chegar, que muitos deles, são até em propostas de alteração, tanto da coligação como de outros partidos e que, obviamente, no próximo ponto da agenda, quando for discutido e votado, espero vê-los incorporados no diploma final e isto acho que é de relevar e por isso devemos, e, saúdo novamente pela terceira vez os peticionários, mas em boa hora subiram os dois documentos ao mesmo tempo e julgo que temos aqui uma possibilidade de melhorar este documento com os contributos também destes peticionários.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alberto Ponte.

(\*) **Deputado Alberto Ponte (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do PSD gostaria de congratular a peticionária pela iniciativa de usar o poder da democracia e um instrumento de participação cívica.

Mas, gostaria também de dizer, que a questão do bem-estar animal é uma responsabilidade de todos, uma responsabilidade da sociedade, e nós, enquanto políticos, temos de pugnar por este objetivo.

O Grupo Parlamentar do PSD e o próprio Governo Regional estão atentos e empenhados na proteção e bem-estar animal.

Exemplo disso mesmo há uma proposta de alteração no sentido de melhorar o Decreto Legislativo Regional já existente, consideramos que de facto deve haver lugar a abate, mas apenas em situações muito específicas, sempre que determinado pela Autoridade Veterinária Regional, com base em razões de saúde e segurança públicas e prevenção ambiental, desde que justificado com um relatório devidamente fundamentado

Em conjunto, estamos a trabalhar para resolver a situação e o problema que se coloca com os animais errantes, o maior problema de todos prende-se até com o abandono de animais, visto que cria uma situação propícia à criação de matilhas ou colónias, bastava algumas mudanças de comportamento para se reduzir drasticamente o número de animais errantes, evitando assim muitos transtornos.

**Voices de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra agora ao Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

**(\*) Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Sr. Deputado Pedro Neves tinha pedido a palavra antes de mim, mas eu penso que ele não se importa.

Numa palavra, e, muito rapidamente, saudar a atitude cívica desses peticionários, esta é de facto uma petição, esta é, de facto, uma petição que reúne as condições para subir a Plenário, ao contrário de outras que já têm aqui subido sem cumprirem o Regimento, embora por deliberação das

Comissões, e neste sentido, queria também dizer que esta petição vale bastante mais do que os 1648 e-mails que recebemos, penso que todos nós, das mais diferentes origens, da Alemanha, do Japão, do Reino Unido, da Itália, de Portugal Continental, de todas as ilhas dos Açores, não sei se não recebi um email também da “Cochinchina” numa linguagem qualquer que não percebi, mas o que é certo é que quem usa esse mecanismo de encharcar, o termo é esse, encharcar as caixas de correio dos Srs. Deputados com textos absolutamente iguais, onde se muda apenas, às vezes o assunto, para ver se a gente cai na tentação de o abrir não funciona, funciona precisamente ao contrário este sim, este sim, é o mecanismo que o cidadão deve usar e que a Assembleia também deve ser rigorosa a aplicar o Regimento, porque este sim, é o mecanismo de democracia participativa que devemos valorizar.

E, neste sentido, quero saudar duplamente estes peticionários pelo esforço que fizeram, independentemente das dezassete assinaturas que não estavam em condições e das mais cento e não sei quantas que não eram verdadeiras, o que é certo é que tínhamos mil e tal assinaturas mil e não sei quantas assinaturas não sei precisar, corretas. com participação destes cidadãos numa atitude cívica louvável.

Sobre o assunto, a minha consciência pessoal, se tivesse num Grupo Parlamentar, seria muito mais difícil, no debate do diploma falaremos mais um bocadinho. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves e peço desculpa não o ter inscrito na ordem certa.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O PAN saúda todos os peticionários e em nome da primeira peticionária, Sandra Cordeiro, e, que, concordamos, obviamente, com a reivindicação dos peticionários relativamente a uma alteração daquilo que por mão do PAN, temos abate zero nos Açores e que com esta alteração apresentada pelo Governo, com várias exceções, deixaríamos de ter abate zero novamente, como tínhamos o ano passado.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Isso não é verdade! Que horror!

(\*) **O Orador:** E, eu vou deixar também o resto do debate para a iniciativa em si, dando uma saudação muito especial a todos os peticionários por terem feito essa pressão e acredito que pode até nem haver correlação relativamente aos emails

que nós recebemos, eu recebi cada um deles com carinho e dedicação, ao contrário do Sr. Deputado Nuno Barata, mas é assim a democracia participativa a funcionar e que tivemos centenas e centenas de açorianas e açorianos que não queriam que novamente usassem como ferramenta de controlo populacional dos animais o abate e como não quiseram, obviamente que...

**Deputado Pedro Pinto** (*CDS-PP*): Seja sério! Leu-os todos, ou não leu-os todos?

(\*) **O Orador:** Ó Sr. Deputado Paulo Estêvão, se você tivesse em silêncio, eu não iria obviamente dirigir-me à sua bancada, mas vou fazê-lo, neste caso, o Sr. Deputado Gustavo Alves a dizer que tem que haver uma exceção por causa das zoonoses: art.º 4 daquilo que está em vigor, já temos uma, duas, três, quatro, cinco, seis exceções, do qual temos a zoonose, temos de doença incurável já existe desde 2016, Sr. Deputado Gustavo Alves, por isso, este diploma relativamente às exceções não iria dar nada mais, a não



ser, uma decisão unicamente que pode até nem ser científica da parte dos médicos veterinários que se decidirem podiam abater.

Por isso é que temos esta petição e ainda bem, e por isso é que saúdo novamente.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(\*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Gostaria de saudar os peticionários, hoje aqui com a bancada do IL, estamos muito afinados porque vamos dizendo mais ou menos as mesmas coisas, acabou por dizer aqui mais ou menos o que eu queria dizer, e, ao contrário do Sr. Deputado Pedro Neves, que eu percebi a intenção, eu não fiquei nada satisfeito com os mil e tal emails, e mais, não é esta a forma de fazer as coisas, porque pode ter o efeito contrário, nós como seres humanos, acabamos por ficar saturados de está a ver e é até uma coisa de muito mau gosto porque o texto era sempre o mesmo e eu tenho o cuidado de ler os emails todos.

Eu acho que o problema que existe e vão continuar a debater isto aqui nos restantes diplomas, o problema é que existe é um e só um, nem toda a gente tem a capacidade de ter animais de estimação.

Infelizmente, é assim. E as pessoas que se batem por isso, e disse bem, a Sra. Deputada, porque são as pessoas que sabem o que é que é ter um animal de estimação, o carinho, eu tem vários, e, eu sei, também me revolta imenso e nós todos devemos ter, tenho com asas, tenho com barbatanas, tenho com patinhas pronto, o quanto nos revolta ver isto, e, revolta-me imenso ver pessoas que têm cachorrinhos, que depois vão crescendo...

**Deputado Rui Anjos (PS):** E o *Pituco*!

(\*) **O Orador:** ...não, o *Pituco* já é grande, já não é cachorro, não te metas nisso!

E quando o cão cresce, o cão ou é amarrado no quintal ou é abatido ou é abandonado, o CHEGA lançou uma campanha no início do Verão, que era *não abandone o seu amigo*, e é autêntico, porque é isso que deve acontecer, o nosso amigo não deve ser abandonado. Os meus cães e os meus pássaros, etc., têm sempre alguém que cuida deles, mesmo quando eu não estou, é este o sentimento que deve haver, é um membro da família, quando eu vejo pessoas a maltratar os animais depois de adultos custa-me tanto.

Agora temos um outro problema, nós temos o problema das matilhas que andam a atacar, aliás, há pouco tempo estive em Santa Maria e o problema das ovelhas, só se consegui resolver com o controlo das matilhas, ou seja, é um problema.

Os seres humanos também fazem parte desse ecossistema, e, nós temos que arranjar uma solução, mas temos que arranjar uma solução que não é solução fofinha, temos que arranjar uma solução que seja a solução, porque as soluções fofinhas é pegar nos cãesinhos todos e levá-los para casa.

E então vamos começar arrebanhar os gatinhos, os cãesinhos e vamos guardá-los

todos em casa, isto é solução fofinha.

Eu, obviamente, que sou contra a morte de qualquer animal, qualquer não, aqueles que são nocivos eu quero é matá-los todos.

Mas pronto, eu sinto-me dividido naquilo que é o sentimento e a razão.

E, infelizmente também há disso, eu muito honestamente às pessoas, aos peticionários, eu não sei que lhes diga, porque eu quando tenho os lavradores a queixarem-se das matilhas de cães, eu também percebo o que

é que eles estão a dizer, mas não é a esterilização, porque já existe, não é uma série de coisas que já existem, não é isso a solução, infelizmente, não é. E então nós ficamos aqui neste impasse, não é!? Eu, com muita pena minha, eu lamento que a humanidade ainda esteja neste patamar e como eu disse no início, o nosso maior problema é que nem todos podem ter um animal de estimação, talvez por aí comecemos a solucionar o problema.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais discrições. Não havendo, vamos dar por encerrada então a apreciação desta petição.

Vamos avançar para o ponto 9 da nossa agenda - **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XII – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes”** é uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores

Tem a palavra do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural para a sua apresentação, faz favor.

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Apresentamos, hoje uma Proposta de Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, para melhorar as medidas de apoio, de controlo, de identificação, de registo e de respeito pelos animais de companhia e errantes.

Consideramos ter uma iniciativa parlamentar que referencia e afirma os açorianos e os Açores no mundo contemporâneo.

Mas vejamos em particular o que a proposta de alteração legislativa em apreço nos apresenta de novo para apreciação.

- Promove com maior suporte oficial a identificação e o registo animal.
- Responsabiliza quem abandona os animais através de um regime sancionatório agravado.
- Melhora as medidas de adoção dos animais.
- Implementa a obrigação do registo dos animais na base de dados regional de nome RACE - Registo de Animais de Companhia ou Errantes, recorro a este propósito que esta base de dados já existe há alguns anos, mesmo antes da base de dados nacional.
- Altera os conceitos de modo a respeitar os animais, por exemplo, o termo vadio desaparece.
- Alarga a capacidade de captura e recolha de animais para outras associações, além das associações zoófilas e dos centros de recolha oficial.
- Exige às câmaras municipais, campanhas anuais de identificação, registo e esterilização.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Já existe!

(\*) **O Orador:** - Aclara a definição e a aplicação do abate compulsivo e da eutanásia.

- Esclarece quem pode decidir sobre os abates compulsivos.
- Acrescenta os métodos de abate, as boas práticas éticas e deontológicas.

E, entre outras atuações, define, de acordo com conceitos técnicos, o que são associações de proteção animal, os centros de recolha oficiais, o detentor, o titular, o registo e a base de dados regional.

Sras. e Srs. Deputados.

Queremos proteger a saúde pública, garantir a segurança das pessoas e dos seus bens e proteger o património ambiental.

Queremos diminuir o abandono, promover a adoção e estamos a aumentar os montantes para o registo, a identificação e a esterilização.

Para isso, em 2021 e já este ano, foram assinados protocolos de colaboração com os centros de recolha oficial para incentivar a identificação eletrónica e a esterilização.

Foram igualmente assinados protocolos com as associações de proteção animal e, pela primeira vez, com as juntas de freguesia das ilhas que não possuam centros de recolha oficial aprovados.

Em 2021, aumentamos relativamente a 2020 em 20% do valor dos apoios para a esterilização e identificação animal.

Em 2021 protocolamos com 23 entidades, 10 associações de proteção animal, 800 de recolha oficial e 5 juntas de freguesia no montante total de 206 mil euros.

Em 2022 já protocolamos com 26 entidades, 9 associações de proteção animal, 8 centros de recolha oficial e 9 juntas de freguesia, perfazendo 240 mil euros, um acréscimo de 16.5%.

Em 2021, deram entrada nos centros de recolha oficial 2.855 animais, foram adotados 2101.

Realizaram-se 3.823 esterilizações, 5.048 vacinações, 2.776 desparasitações e registou-se 154 animais que sofreram eutanásia, menos 85 do que em 2020 e menos 1.731 do que em 2017.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Esta temática dos animais de companhia e errantes tem merecido a atenção do atual Governo Regional, desde logo com a criação na orgânica da Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, de uma divisão do bem-estar animal.

Em 2021 e 22, distribuímos flyers sobre o bem-estar animal pelas associações cooperativas, estabelecimentos de ensino superior e profissional, juntas de freguesia e câmaras municipais para divulgação.

Temos realizado ações de fiscalização aos municípios para cumprimento da legislação em vigor no que concerne a infraestruturas e a aplicação de programas de esterilização, vacinação e identificação eletrónica de animais. Oferecemos, este ano à PSP e à GNR em todas as ilhas, leitores portáteis para leitura do Transponder, permitindo a qualquer momento identificar o detentor do animal.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**(\*) O Orador:** Realizamos pela primeira vez a primeira feira dos animais de companhia no passado dia 1 a 3 de abril deste ano, com a participação de 20, cerca de 20 associações representativas de animais de companhia regionais e nacionais e entidades com participação nesta temática, como sejam órgãos de polícia criminal, GNR e PSP.

Uma mostra que visou demonstrar à sociedade as várias vocações e as múltiplas interações existentes entre os animais e os humanos.

Um evento que contribui para uma sociedade mais responsável, mais inclusiva e mais respeitadora dos cuidados a ter com os animais de companhia.

Uma feira que teve efeitos positivos na adoção de animais e na existência de programas vocacionados para a área médica, como seja do controlo diabético.

Sim foi um sucesso, e em 2023 voltaremos a realizar esta feira, desta feita na ilha de São Miguel.

Importa voltar a referir que a Proposta de Decreto Legislativo Regional obriga o registo dos animais na base de dados regional, mas de inscrição gratuita para os seus utilizadores.

Com outras vantagens, uma base onde é introduzida toda a informação relativa ao animal, bem como intervenções a que este é submetido, licenças administrativas ou declarações emitidas, documentação de apoio que se mostra necessária e ainda informação sobre o titular ou detentor.

Mais estamos a preparar cursos de formação para quem pretender adotar animais de companhia.

Formar sobre a sanidade animal ou comportamento dos animais de companhia e sobre a legislação em vigor.

E estamos em conversações com as câmaras municipais para a existência de planos de esterilização participados por todos e com início em 2023.

Recentemente criámos uma comparticipação na tarifa aérea Inter-ilhas para animais de companhia que necessitam de cuidados veterinários, desde que não existam estes tratamentos na sua ilha.

Tenho a certeza que, o diploma vai sair mais rico em conteúdo legislativo, tendo em conta o número de propostas de alteração apresentadas.

É sinal de que o tema merece a maior atenção parlamentar e o melhor esforço de todos.

Sabemos que melhorando o bem-estar animal dos animais de companhia, também estamos a melhorar o bem-estar humano.

Sras. e Srs. Deputados.

Com esta iniciativa parlamentar para as medidas de apoio, de controlo, de identificação, de registo de respeito pelos animais de companhia e errantes, em conjugação com o trabalho que conseguimos relativamente ao reconhecimento internacional das especificidades dos sistemas de produção

pecuários nos Açores para atribuir o seu *Welfare Quality* às explorações agropecuárias, podemos, sem receio dizer, Açores, Região do bem-estar animal.

Obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Secretário Regional. Está apresentado o diploma, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Alberto Ponte faça favor.

**(\*) Deputado Alberto Ponte (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PSD vai votar a favor desta proposta de Decreto-Lei Regional, desde logo porque vem colmatar algumas lacunas existentes no anterior documento.

Com vista a assegurar o bem-estar animal com as alterações introduzidas, há possibilidade de abate só e apenas em casos extremos, que colocam em risco a segurança, saúde pública e preservação ambiental, desde que devidamente justificado com o relatório oficial, evitando assim que volte a acontecer o que está-se a passar atualmente com mais incidência na ilha São Miguel, em que duas matilhas já fizeram dezenas ou centenas de mortes animal, não se conseguindo identificar ou apanhar, continuando a provocar dor e morte a vários animais todas as noites.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!



*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor.

(\*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Esta proposta tem tanto de generosidade como de demagogia, além de enganar os putativos voluntários de associações de animais do que esta iniciativa dispõe.

Percebemos que a coligação vai mais uma vez por este caminho, não se desviando daquilo que é o seu registo habitual, tentando salvar a imagem deste Governo de uma proposta de fragilidades e enganos que ela integra. Mas percebemos que a coligação não queira atrapalhar a governação agastada com a reação da sociedade açoriana, que este Governo julgava desatenta.

A 23 de Fevereiro, nesta mesma Casa, ditou-se, por unanimidade, o fim do abate de animais saudáveis como método de controle de sobrepopulação animal.

Foi o fim de um processo demorado e longo para as exigências que a inovação de valores e a pressão da civilidade nos impunha.

Aqui na nossa Região, como em todo o território nacional, o Bloco de Esquerda sempre se debateu por uma política justa e adequada àquilo que é um facto comprovado cientificamente há muitos anos, a capacidade de um animal sentir e experienciar sensações e emoções, tal e qual cada um de nós aqui.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** E as plantas!

(\*) **A Oradora:** Neste longo processo, o Bloco teve muitas intervenções em canis públicos, fiscalizando, denunciando e a esta Assembleia por diversas vezes, trouxe propostas, algumas delas ridicularizadas por quem hoje se arroga de falar em bem-estar animal.

A 23 de Fevereiro, quando aqui votamos pelo fim do abate, deu-se um passo com cinco anos de atraso relativamente ao restante território nacional.

Afinal, havia sido dado uma moratória de seis anos para que as autarquias da Região se preparassem para uma nova realidade, naquela que é mais uma das suas competências e que, ao contrário do que muitos pretendem fazer passar despercebido, estabelecendo prioridades é matéria de saúde pública. Passado pouco mais de um ano, o Governo Regional fez entrar a proposta que hoje se debate com alterações que, de forma subtil, pretende regredir em matéria de bem-estar animal.

No entanto, esta proposta não passou despercebida à nossa Comunidade, que desde o primeiro instante se organizou e movimentou em diversas manifestações de indignação, face à possibilidade de matar um animal, devido ao seu estado abandonado.

Recordo aqui as petições, a carta aberta, as manifestações que levaram à saída de centenas de pessoas para se manifestarem contra, nada disso passou despercebido, a nossa Comunidade está atenta.

Relembro todas as vezes que o Bloco alertou para o facto de o abate não servir como método de controle.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** E não serve!

(\*) **A Oradora:** Quisemos ir ao cerne da questão e apontamos a direção certa para o fazer, a esterilização, só com políticas de esterilização destinada a todas as famílias, independentemente da sua condição económica,

concertadas com associações de defesa e bem-estar animal, com juntas de freguesia e municípios.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** todos defendemos isso!

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):**Então o que é que estamos a fazer? A senhora não tem que dizer!

(\*) **A Oradora:** Se consegue agir no sentido correto.

As campanhas de sensibilização resultam com muita lentidão e não podemos continuar a acompanhar os avanços num barco à vela, à espera de que o vento sopra de feição.

Dizia, o Sr. Secretário Regional da Agricultura, que em matéria de bem-estar animal, a Região está na vanguarda.

Sr. Secretário, não é com uma proposta destas, aliás, o que esta proposta nos indica é que dá com uma mão e retira com as duas.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Diga o que é que retira!

(\*) **A Oradora:** Indica ainda que a vontade é resolver os problemas sacudindo-os para debaixo do tapete, o que neste caso concreto significa matar, enterrar ou incinerar.

Passados estes meses vem esta proposta em sentido contrário, quer isto dizer que o Governo Regional em funções desinvestiu nesta matéria, quer isto dizer que tudo isto e faz o seu contrário, Sr. Secretário, por mais que diga que as associações nunca tiveram tantos apoios, é preciso recordar que estes não se conseguem resolver sozinhos e que os atrasos que sentem no pagamento da portaria condicionam a atuação das mesmas, levando ao aumento das suas dívidas.

Caberia ao Governo ter feito cumprir aquilo que aos municípios é exigido, pois é competência da Região fiscalizar esta matéria.

A presente proposta, para além de ser uma falta de respeito por todas as pessoas que lutam diariamente...

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Mas porquê?

(\*) **A Oradora:** ... nesta causa, para todas aquelas que manifestaram o seu desagrado através do envio de centenas de mails daquelas que uniram as suas vozes em manifestações e de uma carta aberta enviada ao Sr. Presidente do Governo Regional, para a qual nunca obtiveram resposta, é também um conjunto de conceitos técnicos indeterminados que reduzem a capacidade de sindicância dos atos administrativos praticados pelos tribunais.

Em caso de aprovação deste diploma, os cidadãos terão mais dificuldades em controlar a atuação do mesmo através de queixas e denúncias às entidades competentes.

O Bloco apresenta um conjunto de propostas de alteração que pretendem contribuir para corrigir, melhorar e indicar o caminho correto do qual não abdicamos, esterilização permanente enquanto necessário.

Temos, hoje a oportunidade de fazer avanços desta matéria, de garantir que haja um plano de controle populacional de animais de companhia e errantes e se alcance um diploma robusto, sem pontas soltas, que faça a diferença na vida destes animais e de quem dedica de corpo e alma a esta causa.

Sr. Secretário, retirar a palavra vadio, não é mais do que retirar de um papel, não é isso que devolve a dignidade e não é isso que representa a dignidade dos animais, o que o Sr. pretende e fará com esta proposta é um conjunto de conceitos soltos, diferentes de todos aqueles que se encontram noutras Leis e que poderão colocar em causa qualquer queixa que seja feita, e isso tenho eu aqui num parecer. Relativamente à questão das matilhas, Srs.

Deputados, eu gostaria, de vos ler aquilo que deveriam ter lido à altura do diploma que hoje está em vigor:

Art.º 4º - Exceções, ponto 1. - Pode ser realizado o abate compulsivo de um animal de companhia ou de animal errante nos seguintes casos e condições:

- a) *Sempre que estiverem em causa medidas urgentes de segurança de pessoas e bens, bem como de outros animais, outros animais são aqueles, as ovelhas, as vacas, os bezerros, todos aqueles que há bocadinho foram enunciados, e esteja impossibilitada a recolha a captura de animais de companhia ou errantes excecionalmente, desde que realizado por entidades competentes.*

Srs. Deputados.

Quando uma pessoa vem para aqui, prepara a matéria e era isso que os Srs. Deputados, quando disseram que eram necessários e falaram nas matilhas, sim Sr., mas está aqui na Lei, leia o que está em vigor, Ó Srs. Deputados, leiam o que está em vigor as exceções estão aqui, Sr. Deputado, isso só demonstra que ignoram o que está em vigor.

Muito obrigada.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Que arrogância

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Não é arrogância! Está na Lei!

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo

Ora, diz a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, que o diploma, vamos lá ver se eu consigo registar tudo, porque foram tantas as qualificações e adjetivos negativos que vou só dizer alguns: falta de respeito, dá e retira, uma proposta agachada, bom, enfim, conceitos soltos, se não foi esse o

termo, foi algo assim parecido, foi tudo negativo, as qualificações e os adjetivos foram todos negativos.

Ó Sra. deputada, então vamos lá ver uma coisa, a Sra. Deputada é contra o facto de incluir as juntas de freguesias no apoio à esterilização?

Então, pois está no diploma, ora a Sra. Deputada é contra o facto de nós termos atribuído à PSP e à GNR leitores portáteis para identificar? É contra ou não isto? É a favor ou contra? Está na lei, se a Sra. é contra, se é falta de respeito...

Ora a Sra. Deputada é contra o facto de nós termos alargado a captura de recolha dos animais a um conjunto vasto de associações, sem ser só as zoófilas, é contra?

Não, só quero saber, a Sra. só tem de me dizer sim ou não, porque se de facto o diploma não serve, bom, eu não percebo isto...

Depois, a Sra. Deputada é contra o facto de as verbas terem aumentado em 2021 relativamente a 2020, 20% e de 2021 a 2022, 16.5%, é contra?

Bom, a Sra. Deputada é contra o facto de, por exemplo, de estarmos a criar cursos de formação para quem quer adotar na área da sanidade, na área da legislação em vigor, na área de comportamento animal, é contra?

Bom se é contra, então é contra o diploma, é contra tudo.

Bom, a Sra. Deputada é contra o facto de estarmos a apoiar, sem qualquer necessidade de despesa, todas as associações em três mil euros, sem necessidades de apresentarem despesa, isto nunca aconteceu em sítio nenhum dos Açores, em nenhuma associação, isso é um passo muito grande que foi dado, naquela que é a liberdade e a flexibilização do que se atribui em termos de apoio para as associações realizarem.

Portanto, Sra. Deputada, se a Sra. é contra isto tudo, então eu não sei, a Sra. é favor de quê?

A Sra. tem que me dizer a que é que é a favor, porque eu não percebo, porque esses estudos e estes contributos vêm melhorar aquilo que é o relacionamento humano com os animais de companhia mais verbas, mais fiscalização, mais esterilização, outras entidades que recebem verbas, bom, mais infraestruturas, a legislação permite tudo isto e a Sra. é contra, o que eu acho que a Sra. está a fazer é usar chavões, chavões e depois não qualifica.

O que eu quero que a Sra. na próxima intervenção faça é:

**Deputada Alexandra Manes (BE):** O senhor não vai mandar em mim na próxima intervenção!

(\* **O Orador:** Diga especificamente o que a Sra. é contra o quê na legislação ou a Sra. é que tem que dizer na legislação o facto que isto é uma falta de respeito essa legislação, diga em quê, especificamente, diga o que é que é dar e tirar: *dar com uma mão e tirar com as duas*.

Diga especificamente o quê, não fique pelos chavões, porque isso assim é mais fácil fazer política, isso assim é fazer política pela rama, isso assim é fazer política pela espuma.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\* **O Orador:** Sra. Deputada seja consistente, se estudou os temas e se usou esses chavões, diga-os aqui...

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem!

(\* **O Orador:** ...diga-os aqui especificamente, refere-se a quê? E é isso que eu quero ouvir, que é para poder responder e me defender também e

defender aquilo que é a legislação em vigor e a legislação que é apresentada aqui.

É porque, se a Sra. diz esses chavões, eu fico sem saber como é que hei de responder, eu refiro aquilo que a legislação traz de positivo para o relacionamento

humano com os animais de companhia e a Sra. está de acordo, então está contra quê?

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

*(neste momento o Sr. Presidente foi substituído na Mesa pela Vice-presidente Deputada Catarina Cabeceiras)*

**\*) Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Agricultura.

Está bastante nervoso, mas eu posso responder pelo menos da parte, o que é que eu não concordo: todas as propostas de alteração que eu fiz a este diploma, qual

é a minha opinião sobre este diploma? E, Sr. Secretário Regional e com todo o respeito por si, mas já é, parece que a democracia plural deste Parlamento gostasse até ao ponto que a gente pode alterar um diploma que já foi aprovado anteriormente, e, ao PAN já fizeram duas ou três vezes.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura já fez do transporte marítimo de animais e já fez da proposta de alteração relativamente ao abate zero.



Este diploma inicialmente, inicialmente era um retrocesso civilizacional daquilo que nós aprovámos o ano passado. Era e ponto!

Houve uma alteração da parte da coligação que continua a haver problemas, pelo menos, quem quer proteger os animais, porque continua com exceções atrás de exceções e isto é uma opinião política, eu não preciso de usar chavões ou não usar chavões, basta olhar para as exceções e dizer que três médicos veterinários depende, porque, nós temos bons e maus profissionais em todo o lado, porque podem fazer o abate, apesar de ser proibido e estas exceções que já existem na Lei feita em 2016, já existe exceções, há várias exceções, o Sr. Secretário apenas meteu mais um rol de exceções em cima. Sr. Deputado do PSD, que veio falar sobre o bem-estar animal, mas você veio aqui promover foi só os animais de pecuária, que é isso que você está preocupado, você não está preocupado com o resto, aliás, você vem com as fotografias e pelo seu teor e os seus argumentos, nota-se que não interessa, relativamente a este diploma do bem-estar animal, você interessa-se é por causa das matilhas, exatamente como o Sr. Deputado José Pacheco, mas eu vou dizer: Abandono é crime! Essa é a solução, é simplesmente fiscalizar quem é que abandona, abandonar é crime!

Está na legislação portuguesa, não podemos falhar sobre isto, as matilhas acontecem porque há abandono, vamos ao problema inicial, não a jusante, mas a montante do problema. Se as matilhas podem ser um problema, algumas podem ser, sem dúvida, mas como é que elas se começaram a formar? Este é o problema, não é como o Sr. Deputado José Pacheco que quer abater todas as matilhas, não! Tem que haver prevenção para que não haja determinadas matilhas, porque senão pode ser obviamente um problema, não diga o contrário.

Temos é que prevenir para que isso não aconteça, só que os seus argumentos foi, sem dúvida, do problema produtivo e não de bem estar animal, pelo menos foi essa conotação que eu senti, mas para já eu fico por aqui.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado Pedro Neves. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

**(\*) Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, em substituição, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Elementos do Governo.

No ano de 2016 foi com o Partido Socialista que o Parlamento dos Açores aprovou a proibição de abate de animais de companhia ou animais errantes nos Açores, prevendo apenas como situações excecionais quando colocadas em causa medidas

urgentes de segurança de pessoas, outros animais ou quando representam uma séria ameaça à saúde pública.

Em fevereiro de 2021, foi aprovado por unanimidade neste mesmo Parlamento a operacionalização de forma imediata e extensível a todos os municípios açorianos, a proibição do abate de animais de companhia e errantes, alcançando-se assim, a vitória do abate zero em todo o território português, no entanto, apresentou-nos o Governo atual, Governo de coligação, uma proposta de alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 12/2016/A, de 8 de julho, o qual levará a um recuo a tudo o que a Região alcançou no bem-estar animal, com a permissão de exceções que não são claras, possibilitando o abate de animais de forma generalizada e normalizada.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista acha injustificável e contraditório com as declarações do próprio Governo Regional em sede de

aprovação do Plano de 2021, o retrocesso e retoma da prática do abate animal na Região.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Qual é a legislação que a senhora está a ver? Deve ser da Etiópia, de Bangladesh!

(\*) **A Oradora:** Mais uma vez estamos perante um Governo de exceções, excepcionar o que se encontra a funcionar, e, tanto se encontra e encontrava a funcionar que, no seguimento do aprovado nesta mesma Casa em março deste mesmo ano e até à presente data, uma vez que esta proposta desceu novamente à Comissão, não foram conhecidos problemas durante a aplicabilidade do diploma que se encontra em vigor.

Consideramos que há sempre uma oportunidade para trabalhar no melhoramento de diplomas e cá estaremos para o fazer e para o debater, mas o que estamos a debater aqui hoje é permitir a normalidade das exceções ao abate de animais de companhia e errantes.

Esta não é apenas uma opinião do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é da sociedade, preocupada com retrocesso que os Açores possam ter no bem-estar animal, que solicita toda a sociedade a não alteração a este Decreto Legislativo Regional e que se exprimem através de duas petições que deram entrada, fazendo um total de 1.084 assinaturas, nos tantos emails que o nosso colega Deputado recebeu e que todos nós recebemos nos nossos e-mails e as pessoas que se exprimem diariamente, e, que ainda estas semanas os Srs. Deputados receberam nos vossos e-mails e que assim exprimem a sua opinião, à qual, como Deputados desta Casa, teremos obrigação de atender.

Foi ainda expressa a opinião da sociedade em manifestações que ocorreram nos Açores, assim como se encontra patente nos pareceres das associações

de bem-estar animal, associações que lutam diariamente para auxiliar os animais em risco, opondo-se ao abate e à eutanásia animal, considerando, por exemplo, que o *controlo populacional passa pela esterilização em massa dos animais errantes que procriam em domínio público*, fim de citação.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2021/A de 29 de março, abrange as situações de exceção necessárias para a segurança de pessoas e bens, outros animais, quando representam ameaça à saúde pública, ou quando zelam pelo bem-estar animal dos animais de companhia e errantes.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

**(\*) Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Sr. Secretário, vou começar por responder a si com muita calma para ver se me entende, é que a sua intervenção a mim não me chocou, absolutamente nada, porque o Sr. limitou-se a elencar aquelas que podem eventualmente ser as boas propostas...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Quais são as más» há uma!

**(\*) A Oradora:** ...que constam nesta proposta, mas esqueceu-se de referir aquela que é, a que quer ser, digamos, que facilmente disfarçável, portanto, vamos dar com uma mão e retirar com a outra.

Ó Sr. Secretário, a mim não me chocou! Mas o sr. acabou de chamar às pessoas que assinaram a petição, que foi discutida anteriormente, às pessoas

que se manifestaram, enviaram e-mails, acabou de dizer estas pessoas que usam chavões, porque aquilo que eu disse aqui, é aquilo que as pessoas dizem e foi a essas pessoas, às centenas de voluntários dos Açores que o Sr. acabou de faltar ao respeito na sua bancada, foi a essas pessoas que fazem muitas vezes o trabalho que o Sr. devia fazer, disse que usavam chavões. Sr. Secretário, o Sr. diz que aumentou as esterilizações, não é isso que as associações dizem.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): *Ah, não?*

(\*) **A Oradora:** Não, não é!

O Sr. diz que aumentou o dinheiro, é verdade, sim, não é suficiente!

O Sr. falou da juntas de freguesia, Sr. Secretário, o Sr. desconhece a realidade, eu compreendo que o Sr. Secretário goste muito de arranjar um discurso, alterar o discurso nas suas variadas visitas e tirar uma fotografia, e vamos desenvolver todas as fileiras de tudo aqui nos Açores.

Sr. Secretário, o Sr. Secretário não vai falar em chavões quando o senhor faz isso permanentemente, todas as semanas, todos os dias, basta uma fotografia e aparecer no jornal, seja a tocar na banana, seja a tocar no café. Sr. Secretário não vem dar lições a mim aqui!

Outra coisa, Sr. Secretário, o Sr. Secretário também se esqueceu de uma coisa, e, vou lhe perguntar, o Sr. Secretário conhece a legislação que está em vigor?

Conhece o art.º 4º e as exceções que estão previstas na legislação em vigor? Ah, Sr. Secretário, o Sr. Secretário conhece a realidade de recursos humanos nas câmaras a nível de veterinários? Onde é que o Sr. Secretário quer arranjar 3 veterinários para assinar um relatório se há Concelhos...

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Pode haver um abate!

(\*) **A Oradora:** ...que nem um veterinário têm? O Sr. por acaso sabe que há municípios desta Região que nem um canil têm?

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Sei!

*(Neste momento o Sr. Presidente voltou a ocupar o seu lugar na mesa!)*

(\*) **A Oradora:** Sabe? O que é que o Governo fez em relação a isso? Chegou ao pé destes municípios e obrigou o município a ter um canil? Obrigou os municípios a cumprirem a Lei? Não, Sr. Secretário, o Sr. Secretário prefere arranjar um conjunto de propostas, chegar aqui e metê-las num papel, distorcer os conceitos, que é isto que vai acontecer e ainda mais, Sr. Secretário, o Sr. Secretário...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Que pobreza de argumentação!

(\*) **A Oradora:** Não, não é pobreza, Sr. Secretário, não é pobreza, eu não lhe quero lembrar o seu trabalho na Assembleia da República,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Pobreza franciscana!

(\*) **A Oradora:** ..., portanto, não falemos de pobreza, Sr. Secretário, não falemos de pobreza, Sr. Secretário, não falemos de pobreza parlamentar, Sr. Secretário.

O Sr. manda na sua bancada, se o deixarem, e se não deixarem, na nossa não vai mandar!

Sr. Secretário, o Sr. Secretário com esta proposta só demonstra que desconhece a legislação que está em vigor, o Sr. Secretário com a sua intervenção, chamou de chavões às pessoas que dedicam de corpo e alma a esta causa e que fazem muitas vezes o seu trabalho.

Sr. Secretário, não era para usar isto, mas vou-lhe dizer da sua proposta, porque ainda ontem aqui, o Sr. Vice-Presidente falou na forma como tinham que ser elaborados os diplomas por causa das interpretações, Sr. Secretário, um parecer jurídico à sua proposta, só uma parte: *não se entende nem se alcança o sentido do proponente em querer introduzir a expressão lugares privados no conceito legal de animal errante ou vadio, tudo visto e ponderado, dado o exemplo do gado bovino que tanto habita as pastagens açorianas, verifica-se que à luz deste conceito proposto,...*

**Presidente:** Agradeço que termine, Sra. Deputada.

(\*) **A Oradora:** *...,uma vaca, uma vez pelas características, termino já, Sr. Presidente, da espécie não se afigura que possa ser um animal destinado ser possuído pelos seres humanos nos lares destes para entretenimento e companhia e que esteja num prédio rústico privado, passará a ser considerado um animal errante ou vadio.*

A sua proposta é só isso, um conjunto de conceitos distorcidos de toda a legislação.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Sabe onde é que isso existe? No estatuto das vias terrestres!

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate deste diploma. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bom, vão tentando responder àquilo que foram as questões levantadas, desde logo pela intervenção da Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, eu não consegui perceber, de um manancial de situações positivas que estão

vertidas nesta proposta legislativa, em que incluem outras entidades, aumenta-se a comparticipação para a esterilização, enfim, faz-se formação, a Sra. fala-me do art.º 4º, a exceção das exceções, mas deixe-me explicar: Imagine, vamos ver uma situação e a Sra. vai-me dizer em que art.º é que se enquadra essa situação que eu vou lhe pôr: um animal encontrado na via pública atropelado com vida sem identificação eletrónica e que tem poucas probabilidades de sobrevivência em que artigo é que se enquadra?

Bom, o que a Sra. fez relativamente ao art.º 4º e a impercetível 01:38:44 foi levantar uma suspeição de desconfiança sobre a atividade médico veterinária nesta Região.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**(\*) O Orador:** Ora os médicos veterinários para mim são pessoas de respeito, são pessoas que têm ética, que têm a cumprir cláusulas e deveres deontológicos, merecem da parte do Governo Regional toda a consideração e todo o respeito, não são pessoas que se encontram ao café e dizem, vamos abater animais.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**(\*) O Orador:** O que a legislação aqui exige e a atual legislação exige um médico veterinário para a eutanásia, nós aumentamos para 3 médicos veterinários acham que 3 médicos veterinários combinam encontrar-se no café e dizer, agora vamos abater os animais, isso é uma desconfiança sobre uma classe de prestígio que não deve ser levantada.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*



(\*) **O Orador:** E foi isso que a Sra. acabou de levantar, foi a desconfiança sobre a atividade médica veterinária na Região.

Mas, minhas Sras. e meus Srs., Sras. e Srs. Deputados, o Governo Regional está aqui, eu sei que existe um conjunto, tive oportunidade de ler todas as propostas de alteração e são muitas e são bem-vindas, isto significa que as Sras. e os Srs. Deputados, estão atentos e querem o melhor para a legislação.

Quase todos os Grupos Parlamentares apresentaram propostas de alteração. O Governo Regional estará aqui para respeitar e cumprir o que neste Parlamento for a decisão final, relativamente a este diploma, como sempre o fez, se existem dúvidas sobre esse art.º e o que quiserem retirar, nós havemos de respeitar, a decisão é sempre vossa, agora não se pode é fazer interpretações abusivas, interpretações com chavões daquilo que não é realidade da Lei.

Este art.º permite criar segurança para a imprevisibilidade futura, de outras situações, ninguém acreditava que vinha aí uma pandemia COVID19, por exemplo e havia vazios na Lei.

O que nós estamos também aqui com esta legislação, é a impedir que exista vazios na Lei contra imprevisibilidades que nós neste momento nem possamos considerar, para além de práticas reais, não tem enquadramento aos animais de

companhia, ou seja, a existência deste art.º permite respeitar o animal naquilo que é a sua dor, naquilo que é o seu sofrimento, evitando a dor e o sofrimento.

Mas se os Srs. Deputados assim o quiserem retirar, será retirado, mas este art.º é para salvaguarda do animal de companhia, evitando a dor e o sofrimento.

É assim que está, ou foi de facto, abusivamente uma mal interpretação que foi espalhada e divulgada pelas redes sociais, grande parte das pessoas, não lendo a Lei, nem interpretando a Lei.

Bom, foi o que aconteceu há pouco, parece que a Rainha Isabel II tinha falecido e afinal, está viva, portanto.

Bom, vamos lá ver uma coisa, este tipo de situação, e, já toda a gente estava a dizer que a Senhora estava morta, afinal a Senhora está viva porque saiu numa rede social qualquer que a Senhora estava morta, está viva e, portanto, esse tipo de situação em que se vai atrás do imediatismo, sem perceber efetivamente o fundamento legislativo, é, de facto, uma situação que prejudica a interpretação da legislação.

Este era o propósito e o objetivo do art.º, se os Srs. Deputados, e, se as pessoas em geral, os açorianos, tiverem dúvidas, obviamente estamos aqui para respeitar a decisão deste Parlamento retirando este art.º, mas é este o intuito, é este o objetivo é esta é a vontade legislativa é de evitar sofrimento ao animal de companhia ou animal errante é este o objetivo, não é um abate encapotado, não é! Não é um abate subterrâneo não é! Além do mais, o Governo Regional mantém e tem todo o respeito e confiança sobre os médicos veterinários nesta Região, quer atuem nas instituições públicas, querem atuem nas instituições privadas, para nós são pessoas de confiança, para nós são pessoas que exercem um dever deontológico, para nós são pessoas que continuarão a ter a vigilância e o acompanhamento. Digo-vos, são os médicos veterinários que nesta Região, e, cabe à Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, acompanhar 45 planos de vigilância dos agro alimentos e são acompanhados, e, hoje nós temos de facto, uma boa segurança alimentar, quer interna, quer mesmo em termos de publicitação relativamente à segurança da produção e transformação nos

agro alimentos, porque temos bons médicos veterinários e vamos continuar a confiar neles, duvidar que 3 médicos veterinários se vão encontrar e combinar para que vamos abater depois do café os animais é um abuso, é uma desconsideração relativamente à classe dos médicos veterinários.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Presidente do Governo Regional:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Ponte, faça o favor.

**(\*) Deputado Alberto Ponte (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo.

Bem, eu vou esclarecer aqui umas coisas que o Sr. Deputado do PAN ou não entendeu ou quis-se desviar.

Aqui, nunca me ouviu dizer que eu estava defendendo os animais pecuários, porque o seu cuidador e criador de animais desde sempre e já criei desde hamsters até cavalos, eu tenho cães, eu tenho gatos e sabe como é que eu trato os meus animais? Com muito amor e muito carinho, não é para produção, há os para produção e há os que não são para produção.

E se calhar, se for ao canil da Ribeira Grande e fizer uma pesquisa saber quantos animais eu adotei, se calhar vai ficar surpreso.

Eu, custa-me muito saber que um animal vai ser abatido, um animal grande custa muito, mas custa-me mais saber que ele vai continuar a matar outros animais e a sofrer, não só ele, como os animais que estão morrer.

Só como nota de rodapé, Sr. Deputado do PAN e Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, com essa agressividade e com esse tom de voz, não seriam, de certeza, bons cuidadores de animais.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

**(\*) Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

Venho a debate, porque, efetivamente ouvi aqui repetido várias vezes, nomeadamente a Sra. Deputada Joana Pombo, diz que este é um Governo que anda de exceção em exceção, atrás das exceções, o Governo das exceções, a Sra. Deputada Alexandra Manes diz praticamente o mesmo, aliás, diz praticamente o mesmo que o Sr. Deputado Pedro Neves, que este Governo quer aqui colocar exceções que são exceções que ainda por cima estão na Lei pronto, e é verdade, é verdade, sim, a última exatamente, deixe-me, deixe-me só chegar...se me permitir, Sr. Deputado, eu chego lá, eu chego lá.

Mas efetivamente, e depois, outra das expressões que foi utilizada é que era o que este Governo queria fazer era um abate encapotado, e, eu olho aqui para as alterações do art.º 4º e é assim: art.º 4º - o que está na lei? Exceções, proposta do Governo, exceções à proibição de abate, ora, então encapotar, quer dizer, é clarificar aquilo que é verdade, as exceções que já estão na Lei são o quê? São exceções ao abate, ou à proibição do abate, das exceções à proibição de abate, ou seja, o Governo não está a encapotar nada, está a clarificar, está a colocar no preâmbulo, ou seja, o nome do art.º é exceções

à proibição de abate, que é para não haver dúvidas que há efetivamente exceções, para não dizermos nós somos uma Região de abate zero.

Leiam aqui o art.º exceções, exceções, exceções aqui há exceções a procedimentos, não, é exceções à proibição de abate, não há aqui encapotamento nenhum, há aqui uma clarificação por parte do Governo, totalmente transparente,

Depois, ponto 1, e, aqui pronto, vamos ver as exceções, não é? As exceções diz: *sempre que estiverem em causa medidas urgentes de segurança de pessoas e bens*, isto é o que diz a Lei.

O que diz a proposta do Governo, acrescenta em que se torna inviável e depois volta à lei a recolha ou captura, então, tornar-se inviável a recolha ou captura ou esteja impossibilitada a recolha ou captura é a mesma coisa, mas há uma mudança de linguagem, não há alteração nenhuma

Depois a seguir, e, acrescenta uma coisa que, para mim e para o CDS, parece-nos de extrema importância, que é desde que realizado, ou seja, esta questão da captura, desde que realizada por entidades policiais e este Governo acrescenta, entidades policiais ou médicos veterinários.

Alguém está contra isto? Sra. Deputada Alexandra Manes está contra isto?

Depois temos aqui b): *sempre que seja evidente uma séria ameaça à saúde pública num quadro zoonoses* e não sei quê...pronto, diz aqui a proposta do Governo, exatamente a mesma coisa, diz apenas e acrescenta que é quando declarada pela Direção Regional com competência em matéria de veterinária, há algum problema em que seja a Direção Regional a acrescentar, também não vejo nenhum problema.

Depois, e aqui faço já justiça ao PAN, que pelo menos o PAN não esconde ao que vem o PAN é muito claro nas suas propostas de alteração, tanto que elimina logo, a exceção a), que é quando estiverem em causa medidas

urgentes de segurança de pessoas e bens, bem como outros animais e que não seja possível a sua recolha, e o PAN, é claro, é a sua agenda, nunca escondeu a ninguém o que queria nesta matéria parece-me absolutamente claro, não vi isto de outro partido, vejo do PAN, pelo menos coerência.

Depois vejo aqui a alínea c), é acrescentada a alínea c) mas que no fundo já está na Lei, que é a questão das doenças infectocontagiosas, ou seja, há uma alteração aqui na lógica da legislação, mas é uma exceção que também já existia, que é as doenças infectocontagiosas.

Depois o art.º da discórdia, que é então o 4.º 2 e), que tem a questão de ser validado por 3 médicos veterinários, e, aqui, é como o Sr. Secretário diz, quer dizer, estamos a desconfiar da prática profissional dos veterinários?

**Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** E o outro?

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Quantos abates serão feitos por ano?

**(\*) O Orador:** Parece que o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista mais uma vez estão coligados na desconfiança, mas também para ficarem mais descontraídos ou relaxados com esta proposta, a coligação já fez uma proposta de alteração para que não haja aqui esta desconfiança sobre os 3 médicos veterinários, nós fizemos uma clarificação porque obviamente, foi o motivo da discórdia e nós tivemos também na Comissão e ouvimos perfeitamente o que é que era argumentação, apesar de não concordar, obviamente, também estamos aqui para aceder àquilo que é os desígnios sociais açorianos e aquilo que é o desenvolvimento da nossa sociedade e as pretensões da nossa sociedade, pronto por isso, não vejo aqui também nada de extraordinário.

Por isso, quando se diz, quando se vem aqui dizer que afinal é o Governo das exceções, eu quando olho para as exceções são exatamente aquelas que estavam na Lei, mas reformuladas e reorganizadas, não vejo aqui problema

nenhum. Depois também mais duas notas, Sra. Deputada Alexandra Manes, diz: então o Sr. aumentou as verbas? Não são suficientes! Então o que é que era melhor não ter aumentado as verbas, não é? Porque são sempre insuficientes, não se aumentavam as verbas, estava tudo bem, não percebo qual é que é a sua lógica. As verbas são bastante insuficientes, sempre o foram e reconheço a todos os Governos, não só este, mas aos anteriores, o esforço que fizeram para apoiar as associações nas atividades, seja de castrações animais, seja de beneficiação das infraestruturas e dos CROAS, não foi uma medida deste Governo, são coisas que já vêm de trás, são investimentos, são esforços que foram feitos pelos sucessivos Governos e julgo que há nos Açores, tem havido um esforço, sempre no sentido de melhorar as condições dos animais de companhia e, sobretudo, dos animais errantes.

E depois, relativamente à questão das matilhas, Sr. Deputado Pedro Neves, tem razão por que quando diz que as matilhas, obviamente, formam-se porquê? Porque há animais abandonados, animais abandonados é crime, toda a razão! E é preciso resolver a montante toda a razão! Mas o Sr. Deputado também sabe tão bem como Eu ou até melhor, porque obviamente tem a sua agenda passa, tem contactos muito mais estreitos até com outras associações a nível regional, eu terei às vezes mais local, mas de qualquer das formas tem toda a razão, mas também compreende e sabe muito bem que às vezes há matilhas que se formam e quando se apercebe das matilhas já são animais crescidos porque nasceram numa lixeira, num sítio qualquer, onde ninguém os viu desenvolverem-se e entretanto temos uma matilha, ou seja, aqui a questão também é esta, há um problema, tem toda a razão quando se diz, tem a ver com o abandono animal, tem toda a razão quando diz que é preciso resolver o problema na origem e na

formação, não deixar que as matilhas se formem, mas também tem que convir que as matilhas haverão de se formar e às vezes não é possível, não é? Não é possível controlar esse essa formação e por isso é que há esta situação de exceção e depois, obviamente, dependendo também do tipo de matilha e do que é que aconteceu, uma matilha que tem estado envolvida em ataques a outros animais, eu tenho sérias dúvidas da recuperação desses animais para adoção, tenho sérias dúvidas, não estou a dizer que seja impossível, mas tenho sérias dúvidas que seja fácil reabilitar um animal que, entretanto, esteve envolvido em ataques a outros animais e por isso eu considero que esta proposta que o Governo aqui traz juntamente com aquilo que são as propostas desta coligação e algumas das propostas, sobretudo as do PAN, que foi aquelas que também obviamente observei com mais tempo porque foram entregues há mais tempo, está tudo dentro da legalidade, toda a gente entregou a tempo e horas, mas efetivamente olhei com maior atenção até ao momento para aquelas que foram apresentadas pelo PAN e vejo-as, muitas delas com muito agrado, nomeadamente até, e vou dizer, e permita-me, Sr. Presidente, entrar aqui um bocadinho já na especialidade, mas que tem a ver com a questão da criação dos CED's - Captura, Esterilização e Devolução, sobretudo para colónias de gatos, julgo que é uma medida importante, é importante que esteja já vertida na Lei e não devemos deixar passar esta oportunidade e em boa hora o Sr. Deputado Pedro Neves a apresentou, mas de qualquer das formas, considero que estamos

aqui a melhorar um diploma.

Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!



*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário Regional da Agricultura, disse que tinha que haver uma exceção neste caso, sobre aquilo que nós desconhecemos e que poderá vir do futuro, até aí tudo bem! Deu um exemplo – COVID19, vamos à Lei, a Lei diz que no n.º 4 que tudo o que seja zoonoses, que, em respeito à saúde pública, como o COVID ou então mesmo doenças infecciosas, também está nas exceções, agora isto já está implementado na Lei, nós não temos qualquer problema relativamente a essa situação, como o exemplo que deu do COVID, e, se formos pensar de uma doença infectocontagiosa já existe, é uma exceção, se falarmos sobre uma doença epidémica também já existe na Lei. Só que a proposta do Sr. Secretário Regional é outra coisa, além dos 3 veterinários que falou neste caso para fazer o relatório, tem outra e a outra é bastante importante que tem a ver com a alínea c), sempre que determinado pela Autoridade Veterinária Regional, com base em razões de saúde e segurança pública, não posso falar em ambiguidade, mais ou menos, mas aqui está o problema de preservação ambiental ou outras, o outras em termos de legislação, Sr. Presidente, e falamos sobre um legislador competente, o outras é muito complicado em termos de Lei e aí somos totalmente contra, não podemos deixar uma abertura ou um vazio legal relativamente a isso, mas também legislarmos sobre aquilo que ainda não aconteceu, nem nós temos intelectualidade suficiente para saber futurologia que não temos, nós não podemos estar a legislar sobre aquilo

que não existe. O Sr. Secretário quer fazer uma exceção daquilo que não existe porque não sabe à partida o que é que pode acontecer e eu percebo, pode acontecer algo no futuro que nós não sabemos, não temos essa capacidade,

quando isso acontecer cá estamos nós ou outras pessoas que nos vão substituir e que façam uma alteração, agora, neste momento, deixar uma exceção dentro de uma exceção é bastante perigoso.

Sobre aquilo que eu disse dos médicos veterinários e sobre a classe e desrespeito ou o respeito sobre os médicos veterinários, Sr. Secretário, os meus melhores amigos são médicos veterinários, os meus piores inimigos são médicos veterinários e aqui está tudo em toda a classe, em toda a profissão, temos bons profissionais, temos maus profissionais, é normal é perfeitamente normal em todas as classes, eu não estou a desrespeitar, eu simplesmente tenho se calhar alguma experiência de rua para conhecer alguns médicos veterinários que se calhar, não são iguais àquilo que o Sr. Secretário Regional está a dizer. Esse é que é o problema, que se calhar, eu conheço alguns médicos veterinários que, com esta exceção, temos aqui um problema e não é um desrespeito, é saber a realidade e não ser obviamente, ilusório ou estar a tentar ser demagógico sobre aquilo que eu sei o que existe na realidade, esse é que é o problema, conheço a realidade muito bem. Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PSD, conheço demasiado bem para saber à partida que só da forma como eu falo, não quer dizer à partida que eu vou tratar mal os meus animais, isso não acontece, esteja descansado, nem as pessoas, nem as pessoas. Eu, simplesmente estou a falar de uma forma argumentativa e de coração, não estou a falar de desrespeito, essa é a diferença e não quer dizer que com os animais, sejam meus ou sejam das outras pessoas, eu trate mal, muito pelo contrário, porque senão eu também

não advogava vários temas de proteção animal e não estaria, obviamente, no partido político pessoas, animais e natureza.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(\*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu inscrevo-me neste debate porque há coisas que eu acho que devem ser esclarecidas e uma delas diz respeito à legislação que está em vigor.

No caso das matilhas, quando atacam animais de pecuária, esses animais estão salvaguardados, por exemplo, pela alínea a) do art.º 4º, que diz: *sempre que estiverem em causa medidas urgentes de segurança de pessoas e bens, bem como de outros animais, e esteja impossibilitada a recolha ou captura de animais de companhia ou errantes, excecionalmente, desde que realizado por entidades policiais.*

Quanto às zoonoses, elas estão seguras na alínea a seguir, *sempre que seja evidente uma séria ameaça à saúde pública ou num quadro de zoonoses.*

Quanto ao caso que o Sr. Secretário nos traz aqui, está salvaguardado na alínea 2 c), *no animal que padeça de patologia aguda, irreversível, com perda de capacidade motora e controle das suas necessidades fisiológicas.*

Está aqui, mais claro que isto, ou o Sr. Secretário não leu a legislação ou então fez uma interpretação diferente, está aqui!

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Mas pelo menos está identificado!

(\*) **A Oradora:** Relativamente à idoneidade veterinária, eu gostaria de dizer ao Sr. Secretário que quem a coloca em causa é ele próprio, porque se um médico veterinário decide que um animal precisa de ser abatido ou

eutanasiado não precisa de mais nenhum outro médico veterinário que confirme essa condição, tudo aquilo que seja criado nesse sentido é colocar em causa a idoneidade do médico veterinário, é colocar em causa a confiança profissional que esses profissionais praticam.

Portanto, qualquer exceção criada nesta matéria é um completo retrocesso e uma tremenda falta de respeito para com tudo o que já se conseguiu alcançar nestes domínios, porque a verdade é que ao longo dos últimos anos, com o apoio do anterior Governo do Partido Socialista, houve uma clara evolução. Aliás, deve-se dizer que entre 2012 e 2020 houve um aumento de investimento de 50 para 200 mil euros, portanto, quando o Sr. Secretário vem aqui falar num aumento de 206 mil euros é um embuste, porque só aumentou 6 mil euros e repito, só aumentou para as associações 6 mil euros.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Qual foi a execução?

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Mais uma mentira!

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): A execução é diferente de...

(\*) **A Oradora:** Portanto, aquilo que aqui nós vemos, com estas alterações aqui propostas por este Governo, principalmente com todas as exceções que quer criar e que a sociedade conclui, é que estamos perante um Governo acomodado e acomodado, porque em vez de estar focado em dar continuidade ao trabalho que já está a ser feito, permitindo neste caso o abate zero e continuando a apoiar as devidas diligências para permitir que todos os intervenientes possam fazer valer essa premissa, este Governo, através de uma proposta claramente infeliz, cria exceções, prefere estar aqui

a dar cartas ao futuros criando mais dificuldades àqueles que já são inerentes a esta problemática, portanto, e aproveitando...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

(\*) **A Oradora:** ...que o Sr. Deputado Gustavo Alves nos fez lembrar as suas declarações em Comissão, quando o Sr. Secretário dizia que estas alterações vinham dar resposta a um vazio legislativo, pois bem, estas alterações refletem é o vosso vazio governativo.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Secretário Regional da Agricultura, faça favor.

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**  
*(António Ventura):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Tenho dois minutos, tentando ser breve e sintético nas respostas.

Ora, a verdade é que, enquanto, a Sra. Deputada, vem dizer que é um retrocesso da legislação, relativamente ao abate zero, a verdade é que durante os 24 anos de governação do PS, o abate zero não foi abolido.

Nunca foi, só foi abolido em 2021, foi em 2021 em proposta do PAN e do Bloco de Esquerda, atenção, mas na governação do PS nunca foi abolido e também gostava de recordar uma outra situação, se o PS quer contribuir para a melhoria do diploma, onde é que estão as propostas de alteração?

Também não encontro propostas de alteração do PS e, portanto, limita-se a criticar.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\*) **O Orador:** Isso sim é que é o vazio legislativo, não contribui só crítica, isto é o mais fácil de fazer, o mais barato em política, assim não, assim não. Os Srs. Deputados, merecem e têm que ter outra responsabilidade e outro conteúdo, desde logo, na oportunidade de melhorar o conteúdo do diploma. Relativamente à clarificação, bom o diploma clarifica muito bem o que é o abate compulsivo e eutanásia, o abate compulsivo é quando não se consegue conter os animais, eutanásia é quando se consegue conter os animais, dois exemplos, para quem em apartes pediu para clarificar, dois exemplos:

Primeiro exemplo: quando o Sr. por exemplo, tem uma colónia de gatos na zona litoral que está a atacar os ninhos e os ovos, portanto, os ovos de crias de aves migratórias e que não se consegue conter os gatos, bom, tem que provocar um abate compulsivo, ou quando o Sr. tem uma matilha de cães que está numa reserva florestal ou numa exploração pecuária a fazer danos, isto é, não se consegue conter, isto é um abate compulsivo.

Sempre que se pratica eutanásia contém-se o animal, dá-se anestesia ao animal para ele não sofrer, não ter dor e provoca-se a morte do animal.

Esta legislação, pela primeira vez clarifica bem e divide bem o que é uma coisa e o que é que a outra, para que não haja dúvidas.

Portanto, é uma evolução muito clara relativamente à forma de tratamento para os animais de companhia...

**Presidente:** Agradeço que termine.

(\*) **O Orador:** ...quer o abate de uma forma compulsiva e de outra forma a eutanásia.

Sr. Deputado Pedro Neves, obviamente o Governo Regional está disposto a alterar aquilo que pode provocar dúvidas, e, a alínea d), embora tenha os outros, mas à frente das outras tem: *desde que devidamente justificado com o relatório consubstanciado*, não é outras qualquer é, desde que devidamente, nós estamos dispostos a alterar e faça a Sr. uma proposta de alteração para que à frente da Veterinária Regional, designadamente com base em razões de saúde e segurança pública e preservação ambiental, desde que devidamente justificado e tira-se os outros.

Do debate parlamentar nascem de facto aquilo que é a necessidade de clarificar, evitar as dúvidas e, portanto,...

**Presidente:** Sr. Secretário Regional, tem que terminar.

(\*) **O Orador:** ... embora a legislação só permita, desde que exista um relatório, eu sei que tempo já acabou, nós estamos dispostos a melhor clarificar este tipo de situação.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Neste momento, a Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça o favor, tem a palavra.

(\*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A verdade, Sr. Secretário é que a boca fugiu-lhe para a verdade, realmente. e concordo consigo, o PS não quer abolir o abate zero, aliás, muito pelo contrário, o PS quer continuar a promover o abate zero.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito bem!

(\*) **A Oradora:** E isso é prova dos próprios dados que o Sr. Secretário divulgou em Comissão, ora vejam: em 2017 foram abatidos mil oitocentos

e sessenta e cinco animais, em 2018, setecentos e cinquenta e oito animais, em 2019, quatrocentos e um animais e em 2020, cento e oitenta e nove animais.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

(\*) **A Oradora:** Sr. Secretário, a verdade é que, numa tentativa, se calhar de show off...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Sr. Presidente, ela está a provocar-me, o senhor vai ter que me dar tempo!

(\*) **A Oradora:** ... o Sr. Secretário decidiu criar estas alterações à anterior legislação, mas correu-lhe mal, porque não saiu como estava à espera e, portanto,

essas alterações não fazem absolutamente sentido nenhum e são um autêntico retrocesso naquilo que se tem vindo a conseguir, naquilo que é o trabalho diário de todas associações e dos próprios médicos veterinários.

Disse.

**Deputada Ana Luís (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições.

Vamos então iniciar a votação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XII, vamos iniciá-la pela generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados, que se abstêm, façam o favor de se sentar.



**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XII, foi reprovada na votação na generalidade, com 25 votos contra do PS, 2 do BE e 1 do PAN, 21 a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do Deputado Independente, 1 voto de abstenção do CHEGA e 1 voto de abstenção da Iniciativa Liberal.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente:** Para uma declaração de voto, faz favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Este voto de abstenção da Iniciativa Liberal é um voto de objeção de consciência do Deputado Nuno Barata, não há o Grupo Parlamentar, se houvesse provavelmente teria havido aqui um cisma, mas, o facto é que enquanto estiver sozinho, as minhas objeções de consciência serão os votos da Iniciativa Liberal. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor, tem a palavra.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do CDS votou favoravelmente as alterações que o Governo pretendia introduzir, inclusivamente, até porque tínhamos trabalhado em várias

propostas de alteração, porque considerávamos que efetivamente ainda há algum trabalho a fazer no que concerne as medidas de controlo de animais errantes e, obviamente, a medida e a proposta que entrou nesta Assembleia e que esteve em discussão é muito mais vasta do que aquilo que foi, no

fundo, o centro do debate e do que aquilo que foi a tentativa que foi feita de passar que, basicamente, se queria agora excepcionar o abate único e exclusivamente, não era nada disso, é com pesar que vejo que se fecha a porta a propostas como por exemplo, introduzirmos na lei os CED's, a Captura, Esterilização e Devolução, por exemplo, para a constituição de colónias de gatos, colónias de felinos, da mesma maneira que se fecha a porta a haver um sistema de registo regional, o *RAICE*, da mesma forma que se fecha a porta a clarificações, naquilo que estava na legislação e ao contrário daquilo que foi dito, não havia nenhum em encapotamento, mas sim uma clarificação e tornar mais transparente aquilo que era já a intenção e o espírito da Lei, e, por isso, obviamente é uma pena que se deite por terra todo este trabalho que foi feito tanto em Comissão, foi feito pelos diversos Grupos Parlamentares que trabalharam para propor e fazer propostas que melhorassem este documento, mas pronto a democracia é mesmo isto e efetivamente, mesmo votando vencido, votámos por convicção favoravelmente a este diploma, porque introduziria melhorias na gestão de animais errantes e, eventualmente poderia nos permitir que não voltassem a acontecer os acidentes que nós vimos, ainda muito recentemente de ataques de animais, em matilha, animais de produção e isso entristece-nos muito, entristece muito os agricultores e basicamente foi esta Assembleia que fechou a porta a haver eventualmente uma solução.

Muito obrigado.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto, Sr. Deputado José Pacheco, faça favor?

(\*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Respondendo às bocas maliciosas, uma jiboia já tenho, acabei de ouvir falar, não vou adotar.

Sr. Presidente, enquanto a discussão for os animais mais importantes que os homens, em que facilmente se aprova a eutanásia das pessoas, e, se tanto se grita pela eutanásia dos homens, eu terei sempre de ter este voto de abstenção.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, para uma declaração de voto.

(\*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vê com satisfação o facto deste Parlamento não ter aprovado as alterações propostas pelo Governo Regional ao Decreto Legislativo Regional aqui em discussão que excecionaria de forma dúbia

o abate de animais de companhia, dando assim vitória a todos aqueles que verdadeiramente se preocupam com o bem-estar animal e que se exprimiram de diversas formas.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista enaltece assim, também, todo o trabalho das associações de bem-estar animal e da sua opinião nesta temática durante estes últimos meses, assim como o trabalho de todos os médicos veterinários que trabalham nesta área.

Realçamos também que deverá ser, sim, uma continuação de preocupação deste Governo, aumentar o apoio às associações de bem-estar animal para

que possam assim dar continuidade ao seu trabalho, bem como aos municípios, para que estes também possam continuar a desempenhar as suas funções no controlo das populações e colónias.

Obrigada.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

**(\*) Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. A minha intervenção vai ser curta, serve essencialmente para mais uma vez, saudar todas aquelas pessoas que se manifestaram contra a proposta que foi debatida e rejeitada.

Lembrar-lhes mais uma vez que da forma como foram desconsideradas pelo Sr. Secretário do Governo Regional nas suas intervenções, dizendo que aquelas manifestações tinham sido palavras chave.

Não ganhou o Bloco de Esquerda não ganhou o Grupo Parlamentar do PS, não ganhou o Grupo Parlamentar do PAN, nem as Representações da IL e do Sr. José Pacheco, ganhou sim, os animais todos aqueles que infelizmente, e, devido a ações humanas, são motivo de abandono de mal estar, amarrados a bidões durante todo um inverno, sem comida, sem abrigo, queixas que muitas vezes não chegam ao seu devido lugar e são impedidas, infelizmente é esta a realidade.

Como, eu disse, ganharam os animais!

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Ah sim, agora não vão passar fome!

**(\*) A Oradora:** E é imperativo que o Sr. Secretário, em vez de tentar formas sublimes de voltar a abater animais, tente a fiscalização, tente investir na

fiscalização dos canis dos Açores, dos CROS dos Açores e de todas as queixas que são feitas.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Mais declarações de voto.

Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo, regressamos às seis e vinte.

*Eram 17 horas e 54 minutos.*

*Eram 18 horas e 23 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos entrando no ponto 10 da nossa agenda, **Projeto de Resolução n.º 64/XII – “Apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores”**.

Foi uma iniciativa inicialmente apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, adotada em plenário pelo PS, que também foi alvo de uma substituição integral.

Para a sua apresentação dou a palavra ao Sr. Deputado José Ávila, faça um favor.

(\*) **Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou este Projeto de Resolução numa altura de transição entre duas crises que acumularam problemas para os profissionais da pesca, a crise global de saúde pública devido à COVID-19 e a crise inflacionária provocada pelo súbito aumento

dos fatores de produção resultantes da invasão da Ucrânia, como é o caso do gasóleo pescas, que aumentou exponencialmente.

Pelo facto de o sector das pescas possuir uma grande importância, quer a nível económico, quer a nível social nos Açores é fundamental ser acompanhado de perto pela ciência, implementando medidas estruturantes e tratado com toda a transparência perante os parceiros, infelizmente, não é isso que está a acontecer.

Hoje, as decisões são tomadas nas costas dos pescadores, as quotas estão mal geridas, a fiscalização está a deixar escapar os dilapidadores, o esforço de pesca está a aumentar, o preço médio da primeira venda tem vindo a descer, a capacitação dos pescadores está a zeros, a formação dos técnicos e líderes associativos está estagnada e a questão das reservas é o que se sabe.

O Presidente do Governo diz que o executivo vai criar mais e o Secretário Regional constitui um grupo de trabalho para tentar anular uma das existentes, não deixa de ser uma contradição curiosa.

Como já foi dito e conhecido, os constrangimentos que os pescadores tradicionalmente enfrentam no exercício da sua atividade foram agravados pela difícil conjuntura da pandemia.

Em julho de 2021, mais propriamente no dia 10, uns 6 dias antes deste Projeto ter subido a Plenário pela primeira vez existiam lotas, que registavam quebras importantes quando comparado com igual período de 2019 o ano pré pandemia.

Em Vila do Porto menos 36%, Rabo de Peixe menos 86%, embora esta lota não tenha recebido as descargas de chicharro que, como se sabe, foram descarregadas em outros portos de São Miguel; São Mateus, com menos 5%, Praia da Vitória menos 36%, Praia da Graciosa menos 19%, Velas

menos 44%, Madalena menos 42%, Horta menos 33% e Flores menos, 11%.

Eram estes números que justificavam a aprovação do Projeto de Resolução no dia 16 de julho de 2021, mas nessa altura, a iniciativa foi retirada com base na promessa de que o Secretário Regional do Mar e Pescas iria resolver a situação, coisa que infelizmente nunca veio a acontecer, o que denota bem a maneira como a tutela trata este sector.

A esta realidade não está alheia, como é natural, a diminuição da procura devido às restrições resultantes das medidas sanitárias de combate à pandemia.

Este ano somam-se outras dificuldades devido aos aumentos dos custos de produção na sequência da guerra da Ucrânia e da já referida espiral inflacionista, que, notoriamente afeta mais uma vez o rendimento dos pescadores açorianos.

É por isso que se torna indispensável criar medidas de compensação, garantindo aos profissionais do sector, em especial aos que têm baixas remunerações e poucos meios de subsistência, para fazerem face às necessidades básicas das suas famílias.

Nesse sentido, propõe-se a criação de um apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores, tendo como referência o salário mínimo regional, de modo a atenuar as dificuldades que os profissionais do setor estão a enfrentar desde 2020.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições,

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas.

(\*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Manuel São João*): Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bom, realmente esta intervenção do Sr. Deputado devia estar escrita para essa data não é!? Porque, realmente não corresponde à realidade, pura e simplesmente. Portanto, o XIII Governo tem prosseguido uma política no sector das pescas com vista à sustentabilidade do setor e a sustentabilidade económica e social do setor, e mais, numa distribuição justa de rendimentos, que, de toda a fileira da pesca, desde a produção à comercialização.

**Deputado Gustavo Alves** (*PPM*): *Muito bem!*

(\*) **O Orador**: Temos tido, por outro lado, contrariamente àquilo que o Sr. Deputado diz, um diálogo constante, um diálogo constante com as associações.

**Deputado Carlos Silva** (*PS*): Qual? Tipifique!

**Deputado Carlos Silva** (*PS*): Não é o que elas dizem!

(\*) **O Orador**: Isto, tem-nos levado a conseguir acordos em processos de cogestão em processos participativos que demos os primeiros passos relativamente à Ameijoia da Caldeira de Santo Cristo, que demos já alguns passos relativamente à cogestão do chicharro, com um acordo de entendimento e com a aprovação de uma carta compromisso a 27 de abril de 2022, assegurado um valor, um preço de retirada, e, é um exercício que os Srs. Deputados poderiam fazer, ver, por exemplo, o preço do chicharro em lota.

Durante este Verão, por exemplo, na ilha de São Miguel, que era onde se punha com mais equidade este problema do chicharro, que tentamos por esta forma e com esta Portaria, criar um preço mínimo de retirada de 1 euro, de acordo com os profissionais e os armadores e os profissionais do setor.



*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD)*

**(\*) O Orador:** É assim, que este diálogo que temos mantido, de uma forma muito transparente e muito leal, coisa que nem sempre é muito apreciado, tem vindo a encontrar soluções que se tem traduzido, como disse no aumento do rendimento dos pescadores, isto é um facto inegável, isto é inegável!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** *Muito bem!*

**(\*) O Orador:** E, partindo também, do princípio de que, os armadores recebem o valor da venda de pescado em lota a que são subtraídas as taxas devidas de primeira venda, tivemos por diversas vezes, não foi exclusivo deste XIII Governo, entenda-se, aquando do início da pandemia, o XII Governo tomou precisamente esta medida, que depois tomámos posse em novembro, mantivemos que foi a isenção das taxas de lota, que se traduziram, achamos nós, que é um apoio considerável a toda a fileira da pesca...

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Apoiado!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**(\*) O Orador:** ... e que, portanto, foram medidas tomadas no âmbito da pandemia, no âmbito COVID.

Estas sucessivas portarias que foram publicadas pelo XII e pelo XIII Governo consubstanciam no ano de 2020, 2 milhões, quatrocentos e onze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco euros e 14 cêntimos.

No ano de 2021 atingiram 2 milhões oitocentos e nove mil duzentos e quarenta euros e 18 cêntimos, ou seja, durante os anos da pandemia houve em isenção de taxas, isenções de taxas de lota, de gelo e de armazenamento de congelação e armazenamento dos entrepostos frigoríficos da Lotaçor - 5

milhões 220 mil 695 euros e 32 cêntimos, foi o total de apoios que aqui foram dados nas sucessivas Portarias por isenção da taxa de lota.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\*) **O Orador:** E, não me venham dizer, porque os contratos de abastecimento direto que são feitos diretamente com as conserveiras também estão sujeitos, como sabem a uma taxa, só que mais reduzida, que é só 1% em vez dos 3% habituais do outro pescado que passa em lota.

Pronto, se isentamos aqui também para os contratos de abastecimento direto para as conserveiras, entendemos nós que também isto foi um apoio à produção.

Bom além disto, existiu um apoio extraordinário, como estarão recordados, um apoio extraordinário atribuído no primeiro semestre de 2021, que, no âmbito do apoio COVID, no montante de 541 mil 687 euros e 17 cêntimos. Ou seja, só em 2021, os apoios públicos extraordinários ao setor totalizaram cerca de 3,4 milhões de euros.

Mais recentemente, e, no âmbito dos constrangimentos criados pela agressão da Rússia contra a Ucrânia que conduziu ao agravamento excecional dos fatores de produção, como muito bem, disse o Sr. Deputado José Ávila, este Governo avançou com um regime de compensação a operadores no sector das pescas da aquacultura da Região Autónoma dos Açores.

E, pelos custos adicionais de energia e alocámos uma verba de 1 milhão e meio de euros.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** *Muito bem!*

(\*) **O Orador:** E, portanto, achamos que o setor não está assim tão abandonado que temos a Tutela que tem acompanhado e que temos seguido. Mais recentemente, também conseguimos fazer aumentar o valor do Bonito, com um entendimento, um acordo que existiu relativamente à suspensão das taxas de armazenamento do Bonito nos interpostos da Lotaçor, durante 6 meses, que permitiu que as conserveiras aumentassem em 5 cêntimos por quilo o Atum que foi pescado nos Açores a partir de 1 de agosto de 2022, portanto, foi também uma das formas que houve aqui de compensar estes custos excecionais de produção e, portanto, trata-se a nosso ver de um ganho para toda a fileira da pesca.

Ora, é evidente que, não obstante esta situação que consideramos favorável quanto ao preço do pescado, que do aumento das capturas em muitas espécies e que, como já aqui foi dito, o transporte aéreo com maior capacidade de carga que devido aos voos inter- ilhas permitiu colocar espécies de algumas ilhas, espécies de valor comercial mais elevado com maior rapidez no mercado do continente e, portanto fazendo aumentar, disse os compradores, que têm em algumas destas ilhas, que tinham escoamento mais difícil, têm acabado por fazer aquisições de pescado fresco que depois encaminham para o mercado do continente a preço mais elevados que aqueles que eram habituais.

Portanto, entendemos que, apesar de todas estas medidas tomadas para, de alguma forma, aumentar o rendimento dos pescadores, enfim, estamos aqui e em condições de cumprir com aquilo que consta da resolução, nomeadamente a divisão por segmentos, vermos quais segmentos por ilhas,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** *Muito bem!*

(\*) **O Orador:** ... por aferirmos o que é que efetivamente são os pescadores, os pescadores, a expressão, os pescadores afetados. É claro que, como bem sabem, esta resolução inicialmente, referia-se particularmente ao caso das lulas e do chicharro, sobretudo na ilha São Miguel.

Porque, como sabemos, o ano de 2019 foi um ano excecionalmente bom na captura de lula, se fizermos a média 2019, 2020 e 2021 é evidente que será obtido um valor muito mais elevado, em termos de médio, do que se formos até 2017 ou 2016, e, portanto, da parte do Governo existe esta disponibilidade e, portanto, para minimizar tanto quanto possível os impactos negativos, aqui assim, estes pescadores que foram afetados nestas artes.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Informo que, isso já deve estar nos vossos mails, deu entrada uma substituição integral do diploma e é essa evidentemente que devemos incidir a nosso debate e votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(\*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Apenas para dizer que, tudo o que possa potenciar, melhorar, a vida dos nossos pescadores e das suas respetivas famílias, da minha parte, terá sempre a concordância.

Porque ao longo de décadas fui vendo esta classe ser esquecida muitas vezes atacada até de formas grotescas e injustas, mas pronto, obviamente, que irei dar o voto favorável a este projeto.

Eu sou um pescador de peso, ou seja, tenho muito peso e costume pescar. Mas os pescadores profissionais, estes é que sim, temos que falar deles, e já agora, que, falamos de pesca eu continuo à espera e os pescadores da Caloura, da solução para aquela situação, pode ser que venha, pode ser que seja no sapatinho do Natal. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):**Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Em boa hora o Partido Socialista tomou sua a iniciativa retirada pelo PSD, porque isto permitiu que de fevereiro para agora se fizesse a evolução que era necessário ser feita para garantir que, de facto os danos criados no setor, setor que diga-se, em abono da verdade, está bem e se recomenda, sejam agora avaliados de forma mais, eu diria, criteriosa, sobre aquilo que foram as perdas quer derivantes das medidas da COVID, quer da invasão da Ucrânia, quer da atual espiral inflacionista.

É na verdade um setor que tem sido martirizado ao longo dos últimos anos, e, fico contente fico deveras feliz, que o Partido Socialista tenha finalmente, já não sendo Governo, despertado interesse por esse setor.

Durante mais de 20 anos, dediquei todo o tempo disponível da minha vida a este setor, um setor onde se trabalha sem condições físicas cómodas, ao contrário de nós aqui nesta Casa, um setor onde se trabalha sob condições meteorológicas adversas, um setor que produz riqueza para a sua Região e que durante muitos anos foi inclusivamente o setor que mais contribuía para as exportações dessa Região, seja ele por via das exportações de pescado em fresco, seja ele por via da exportação de produtos transformados do sector da pesca, um setor que, apenas 4%, ainda há bem pouco tempo,

apenas 4% do valor por ele criado era distribuído pelos pescadores, por estes que agora vão ser abrangidos por este estudo, por estes apoios extraordinários que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, se assim entender, recomendará o Governo aplicar.

Um setor que durante cerca de 30 anos não teve qualquer tipo de seguro de trabalho, onde não tinha garantias de rendimentos, um único setor, eu diria, onde o trabalho é remunerado apenas por aquilo que o pescador produz, não há cá garantias, não há 14º mês, não há 13º mês, não há subsídio de férias, não há garantias absolutamente algumas, e, se calhar nem deve haver é um setor onde quem trabalha mais ganha mais, mas onde também muitas vezes são cometidas injustiças.

Há ainda comunidades piscatórias nas nossas ilhas, onde a distribuição da riqueza não é feita de forma justa e aí este Governo, esse XIII Governo Regional tem muito trabalho pela frente a fazer, um trabalho que vai desde a legislação até à própria pedagogia, um setor que carece ser olhado de forma criteriosa, como disse no princípio e de forma séria, para que possamos num futuro próximo, não estar aqui a aprovar medidas e medidinhas para colmatar a perda de rendimento dos seus profissionais.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Partido Socialista apresentou uma alteração e nós estivemos aqui a verificar, em tempo recorde, que alteração é esta, para sabermos o que é que estamos a falar.

Bem, até parece que os Srs. Deputados do Partido Socialista, têm aqui um problema de amnésia política, então o setor tinha problemas, não fazia

dinheiro. o preço em lota era baixo e durante décadas enfrentaram este problema, qual foi a ideia genial de V. Exa.?

Criaram a Espada Pescas, o que é que aconteceu com essa ideia genial? Foi um buraco monumental, milhões de prejuízo.

Diziam, os Srs., *não estes milhões de prejuízo, são milhões que pronto conseguimos explicar porque é um regulador do sistema.*

Fizemos a Comissão, reuniões e estudos, chegou-se à conclusão de que, se a Espada Pescas regulava o preço do pescado, controlando 5% das vendas e às vezes menos, 5%, eu gostava de saber como é que se consegue controlar o peixe e ter uma influência positiva quando se compra apenas 5%, e, menos que isso do pescado.

É evidente que, desculpem a expressão, que a Espada Pescas foi uma barraca monumental, que significou milhões de prejuízo para a Região.

E, portanto, os Srs. resolveram o problema? Não, não resolveram o problema. Agora o que verificamos é que com este Governo, ah e já agora outro episódio: então os Srs. ainda vêm falar nas conserveiras? Este Governo, há cerca de 2 anos, qual foi o dossier que recebeu em relação às conserveiras do Pico?

Podem explicar-me? O que é que aconteceu?

O que é que as vossas políticas levaram o quê? À fragilização do setor e à destruição do setor na ilha do Pico, foi ou não foi?

E agora vem, por amor de Deus, então estava lá, quando este Governo tomou posse, os Srs. tinham conseguido conservar, tinham alguma estratégia desenvolvida com algum tipo de sucesso nessa matéria?

Não, os Srs. pura e simplesmente em relação às conserveiras, os Srs. nesta matéria, um fracasso total como a Espada Pescas, e, agora vêm falar nas conserveiras, e, é neste setor que se está a fazer uma recuperação quer da

produção, quer também da mão-de-obra que é ocupada neste setor, que é um setor fundamental também para os Açores.

Portanto, o vosso passado é este! Poderia referenciar aqui mais um conjunto de fracassos, mas o que interessa é olhar em frente. E os resultados quer a nível das conserveiras, quer a nível do preço do pescado, são melhores, muito melhores.

Os valores deste ano são valores recorde, são valores recorde, ainda só estamos no mês de setembro, ainda só estamos no mês de setembro, são valores recorde.

Nunca se vendeu tão bem o pescado nos Açores, nunca! Isso nunca aconteceu, nunca se fez tanto dinheiro no setor, aí é bom, então o que é que é mau?

Aí não é bom? Não é bom venderem a melhor preço e fazerem mais dinheiro. Então se é bom, os Srs. disseram que isto era um desastre no vosso discurso e agora eu digo-vos aqui o que é que está a acontecer...

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Eu vou explicar-lhe!

(\*) **O Orador:** ...com o setor das conserveiras, que os Srs. no vosso discurso, fizeram o discurso do desastre, está a recuperar-se um setor que os Srs. deixaram na agonia absoluta e para não falar na questão da Santa Catarina, que era mais um buraco de milhões de euros, que os Srs. deixaram também, que também está resolvido por este Governo.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\*) **O Orador:** O setor das conserveiras, eu não sei quem é que foi o estratega do debate do Partido Socialista, mas alguém vos devia ter colocado: conserveiras não! Alguém vos devia ter colocado, Marco Aurélio tinha esse



cuidado, alguém devia ter colocado ao ouvido: não, conserveiras não falamos, não falamos, não falamos.

Temos 2 milhões e meio de prejuízo anual ali em Santa Catarina, no Pico aconteceu o que aconteceu, conserveiras, não falamos, não podemos falar que é mau, não, os Srs. falam, má estratégia.

Depois, em relação à regulação dos preços e dos preços que se consegue alcançar nas lotas, um desastre absoluto e uma solução que custou milhões de euros, foi a Espada Pescas, bom, também alguém vos deveria ter dito: hei pá, isto também não dá para abordar por aqui, mas não, os Srs. insistiram nesta estratégia, é um falhanço absoluto.

Digo-vos uma coisa, apesar disto, do vosso passado, do vosso histórico de insucessos, a questão é esta: este Governo, ao contrário dos vossos Governos, o que é que fez? Os Srs. apresentam aqui uma iniciativa e há disponibilidade para

aceitar o vosso contributo, porque o que se pretende é melhorar, porque o que se pretende é melhor, sim Sr.

Os Srs. representam os açorianos como nós representamos, agora a questão aqui é que, deste lado, apesar deste discurso, que era um discurso feito para o conflito e para tentar que não existisse aqui alguma forma de consenso, mas o espírito desta maioria não é esse, o espírito desta maioria é o espírito de diálogo e de aceitar os contributos do Partido Socialista e dos outros partidos, estamos aqui para isso e, portanto, eu não posso é deixar de rebater os argumentos que V. Exas. apresentaram, quanto ao futuro e aos vossos contributos para o futuro, pois cá estamos para aceitar esse contributo e melhorar aquilo que estamos a fazer no setor, porque, ao contrário do que V. Exas. disseram e afirmaram durante muito tempo, não estamos a fazer

tudo bem, é evidente que não estamos a fazer tudo bem e é evidente que todos podem dar um contributo e é evidente que se pode melhorar e V. Exas. em relação a essa matéria têm aqui uma atitude diferente, agora não se pode é fazer essa interpretação do passado, eu sou de história e não gosto, não gosto quando a história é deturpada.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começando por falar da proposta, ela, para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e, tendo em conta também, as substituições e as alterações que já existiram, faz sentido e é necessária.

É necessária, e, já era necessária à data quando foi apresentada, no caso pela coligação que, de forma incompreensível, retirou a proposta, o que é, de facto, um

sinal de que, numa altura em que se estavam a atribuir inúmeros apoios em inúmeros setores de atividade, a coligação considerou incrivelmente que não era necessário apoiar os pescadores.

Mas, chegados aqui, há uma oportunidade de criar, efetivamente, novos apoios num contexto diferente e que já tenham em conta novos problemas e novos fatores que existiram, nomeadamente e, por exemplo, o aumento do preço dos combustíveis.

Mas, falando também não só da proposta, mas também do contexto em que ela se insere, nós temos de facto um Governo que tem deixado este sector à deriva.

Um setor que vê ultrapassadas de uma forma totalmente irresponsável e incompetente, quotas de pesca definidas pelo próprio Governo Regional, quotas trimestrais, aliás, como já aqui trouxemos este problema, que viu este ano a quota

de uma espécie gerida internacionalmente, que é o Atum Patudo, ter uma sobrepesca de 10% e queremos saber como é óbvio, qual será a penalização que Portugal terá e os Açores terão, devido a essa incompetência do Governo Regional, que terá efetivamente custos para Portugal e, naturalmente, para os Açores e para quem vive dessa atividade e é um Governo que efetivamente continua a olhar para a pesca, como parente pobre da economia, e, é por olhar para a pesca como o parente pobre da economia, que ela com este Governo, continuará a ser um sector pobre, e eu permita-me discordar neste sentido, falando um pouco também do contexto laboral da pesca, é também, não só, mas também, pela ausência de garantias salariais, apesar da existência já de contratação coletiva na pesca e legislação que prevê contratos de trabalho, mas, efetivamente isto continua, aliás, deste Governo não se ouviu ainda uma palavra sobre esta matéria.

E, fiscalizar, sensibilizar, que também é preciso, mas divulgar, criar efetivamente condições para que haja garantias salariais na pesca, este Governo não tem preocupação nenhuma.

Mas, o Sr. Secretário vem aqui com alguns números, falar nos apoios que já atribuiu ao sector e eu gostaria, tomei nota de alguns.

Os apoios que foram atribuídos à pesca durante a COVID, ainda no Governo anterior, foram altamente insuficientes para não dizer pior.

Mas falando dos apoios que o Sr. já atribuiu, falou, por exemplo, na isenção dos custos de armazenamento em lota, bem, mas esses apoios são para os pescadores ou são para as com conserveiras?

Quem armazena o pescado em lota são na sua maioria, tunídeos e que são para as conserveiras, ou seja, esse valor que o Sr. está a referir, grande parte dele é um subsídio às conserveiras, aliás, ainda hoje de manhã, debatemos a forma como as conserveiras pagam os seus trabalhadores e às suas trabalhadoras em concreto.

Vamos também ao apoio que o Sr. atribuiu ao combustível, combustível que duplicou, o gasóleo pesca que duplicou o seu valor mais que duplicou no último ano, brutalmente, e, o Sr. criou uma Portaria que atribuí um conjunto de apoios ao combustível, bem para além disso, para além de que, deixem-me referir que esta Portaria não se aplica apenas à pesca, aplica-se também, imagine-se à indústria, e, diz o Sr. que é um apoio à pesca.

Mesmo à pesca, as disparidades são incompreensíveis, como é que se compreende que se atribua, por exemplo, uma embarcação entre 10 a 12 metros, que constitui uma grande parte das embarcações na Região da pequena pesca, um apoio de 703 euros?

Mas, por exemplo, uma embarcação superior a 24 metros tem um apoio de 21 mil euros, quando o escalão imediatamente inferior de 22 até 24 metros, tem um apoio de 7 mil euros.

Sr. Secretário, porque é que uma embarcação com mais 2 metros tem um apoio que é 3 vezes superior? Explique-me! É que eu não percebo, é que parece que isto é feito à medida, por isso, Sr. Secretário, este apoio que é proposto é necessário porque os apoios que este Governo tem criado não são não apenas insuficientes, é que a maior parte deles nem são para a pesca, nem são muito menos para os pescadores.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Senhor Deputado Rui Martins, faça favor, tem a palavra.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Este diploma teve um percurso interessante, foi um diploma apresentado pelo PSD numa altura em que, se considerava que era necessário criar um apoio extraordinário para os pescadores e que nessa altura também o Sr. Secretário e a Secretaria arranjou uma solução e já estava a trabalhar nisso e então o PSD na altura acabou por retirar este diploma.

O PS adotou, e, quando chegou a altura de subir, adotou é o termo regimental, e então, quando se preparava para subir novamente a Plenário, ele surge com uma alteração, versava sobre uma preocupação e sobre algo que a altura também estava na ordem do dia que tinha a ver com a com os chicharreiros e com o baixo rendimento que, ou seja, de certo modo, um excesso de stock e de oferta, e no fundo, uma quebra de rendimento.

E assim o Partido Socialista, no seu entendimento, fez um pedido, ou seja, fez um Projeto de Resolução para que se fizesse um levantamento e obviamente, como o documento era diferente, voltou a baixar à Comissão, foram ouvidas as associações do sector, nomeadamente que se dedicavam à pesca do chicharro e da lula, e, obviamente ponderava-se ou propunha-se criar um apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores afetados a este levantamento que aqui estava.

Agora, a nova proposta de substituição já deixou de lado os chicharreiros e a pesca à lula, por um lado, ou seja, deixa de lado esse ponto e acaba por ser um apoio extraordinário outra vez transversal a todos os pescadores, a todo o setor, isso é o que eu entendo, mas se não é isto que está no novo, porque agora o novo Projeto de Resolução tem apenas 2 pontos que o 1º era

o antigo n.º 2 e o 2º é o antigo nº 3, ou seja, a única coisa que se retira é que deixa de se fazer o levantamento das quebras de rendimento dos últimos 3 anos nos segmentos de frota que se dedicam à pesca da lula e do chicharro e é único e exclusivamente criar um apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores afetados pelo impacto da guerra e, ou seja, deixa de ser a pandemia, mas passa a ser a guerra e a espiral da inflação. Pronto, agora, o que é que aqui acontece? Pronto, o Partido Socialista pretende e, está, no seu direito, pretende que haja aqui um apoio extraordinário, mas efetivamente, neste Projeto de Resolução, as audições que nós fizemos e também indo um bocadinho ao encontro daquilo que foram preocupações levantadas também pelo Sr. Deputado António Lima, temos que ver aqui um aspeto, foi muito profícuo as audições em Comissão, uma das coisas que percebemos é que, dias antes das audições em Comissão, ouvimos os responsáveis pelo setor, ou seja, das associações representativas do setor, vir à televisão dizer que a fuga à lota estava instituída, era normal, quer dizer, é normal, a fuga à lota é normal, parece-me muito grave haver uma associação do setor que considera normal a fuga à lota e o que é que isso acabava por interessar ou importar para o caso? O que importava era que a fuga à lota, a quantidade de chicharro que fugia à lota era suficiente para abastecer a procura e depois tudo aquilo que era pescado a mais e que ia para a lota o Governo tinha que comprar.

Para quê? Para dar às associações, já nem a Santa Casa queria chicharrinhos.

Quer dizer, as pessoas não podem comer chicharrinhos ao pequeno almoço, almoço e jantar.

E, isto é estranho, e o Sr. quando ouvido em Comissão, as associações representativas do setor também o que é que vêm dizer?

Vêm dizer: ah isto é muito simples, quando não há peixe, precisamos de apoio quando há peixe a mais, precisamos de apoio, porque não conseguimos vender, quer dizer, temos aqui um setor, que afinal parece que é insustentável e é efetivamente insustentável, porque enquanto não houver formação, enquanto não tivermos profissionalização da pesca e dos pescadores e enquanto continuamos a ter embarcações a pescar pescado de baixo valor comercial, em que se metem 10

ou 12 pessoas num barco para ir buscar peixe de baixo valor comercial, é óbvio que eles vão ter baixo rendimento, é óbvio que isso é insustentável e estamos a depauperar os recursos e as pessoas não estão a ter rendimento e a única possibilidade do setor é a subsidiopendência.

Depois, relativamente à questão do Patudo, há uma coisa também interessante, Sr. Deputado António Lima, que é efetivamente, o alerta foi dado pela DGRM à Direção Regional das Pescas, quando se atingiu 80% da quota pesqueira, esse alerta foi dado, julgo que está num requerimento, eu vi a resposta a um requerimento que não foi do CDS e eu vi a resposta a esse requerimento e vi esse e-mail.

É uma informação que se atingiu 80% da quota pesqueira, pronto, e o que é que fazem as associações do setor? continuam a pescar.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** E a culpa é do Secretário!

(\*) **O Orador:** A culpa não é das associações, mas temos que ver aqui uma coisa, é o Governo não pode ser o gestor da carteira do pescador.

Não é!? quer dizer, os pescadores também têm que pensar no seu recurso e pescá-lo quando ele vale mais dinheiro e reservá-lo quando ele não tem valor comercial, porque nós não podemos estar a pescar, por exemplo, Goraz, em maio ou em março, quando ele não tem valor comercial praticamente é um valor mais baixo, quando nós podemos pescá-lo, aliás,

o Partido Socialista trabalhou muito bem nesse sentido e houve continuidade nessa matéria em que se havia sempre quota pesqueira e chegámos a vender Goraz a 70 euros o quilo.

E isso foi uma boa gestão, e, isso é óbvio, que o Governo tem que ter esse papel, esse papel de gestão das quotas e tem que trabalhar diretamente e de forma afinada com o setor, é verdade, mas também há aqui uma responsabilidade, nós não podemos estar constantemente a dizer que o Governo é responsável por fazer essa gestão, mas do lado do setor não há responsabilidade nenhuma, porque coitadinhos de nós, nem sequer sabemos quanto é que já pescamos, as coisas não podem ser assim!

E, por isso, o que eu gostaria de perguntar, era se efetivamente o Partido Socialista pretende aqui é que se acione o Fundo Pesca, era só isso.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Mário Tomé, faça favor, tem a palavra.

**(\*) Deputado Mário Tomé (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu poderia falar de quotas, de estratégia, mas não vou fazer porque o Projeto de Resolução tem um objetivo, e, esse objetivo é a gente melhorar a vida daqueles que mais precisam, que são os pescadores.

**Deputado José Ávila (PS):** Muito bem!

**(\*) O Orador:** Sendo a pesca uma atividade extrativa, os rendimentos dependem de diversos fatores já relatados aqui, até pelo nosso colega Nuno Barata, que tem muita experiência nesta matéria.



Quer das condições do estado do mar, dos períodos ou anos de maior ou menor abundância, que é o caso, que acontece felizmente, para todos nós, o que está a acontecer este ano e aconteceu o ano passado com os Atuns, quer o atum patudo, o voador e o bonito e também com as lulas, que têm um impacto brutal do ponto de vista dos rendimentos nossos, os nossos pescadores, mas também dependem, Sr. Secretário, da gestão das quotas, da forma como o Governo gere as quotas, ao contrário do que dizia o Sr. Deputado Rui, e porquê? No caso do patudo, a quota é nacional com 85% de quota disponível para os Açores e para a Madeira, portanto, e nós gerimos também parte da quota junto da nossa frota, salvo erro, portanto, e aí, obviamente, assim que atingimos 85%, essas informações têm de ser prestadas às associações, para, obviamente, chamarem atenção dos seus associados para o efeito, a responsabilidade é conjunta, mas há uma entidade, obviamente, que é mais responsável neste caso aqui, a Direção Regional das Pescas.

Depois, há aqui outra questão importante, que tem a ver com os TAC's, totais admissíveis de captura, quer com as espécies residentes, quer com as espécies que são sujeitas à política comum de pescas, nomeadamente os béricos, os imperadores, os alfonsins e o goraz e também, obviamente, o patudo, o voador e também o espadarte, e, de facto, o Projeto de Resolução inicial do Grupo Parlamentar do PSD e muito bem, teve por base fazer face às dificuldades que se estava a viver em perigo de pandemia, os pescadores açorianos, mas em particular uma das maiores comunidades piscatórias dos Açores, a de Rabo de Peixe, isto porque os rendimentos dependem muito dos anos de abundância ou não de determinadas espécies, como é o caso do chicharro, mas em especial da lula, com grande valor comercial, em que as capturas foram bastante reduzidas comparativamente aos anos anteriores,

implicando baixos rendimentos disponíveis concretamente, menos 33% de rendimento obtido comparativamente a 2020 e menos 76% comparativamente a 2019.

Portanto, estamos a falar de menos 3,9 milhões de transação efetuada na lota de Rabo de Peixe.

Quando o Sr. Secretário diz, de facto, foi um ano extraordinário, foi, mas é preciso ter em conta e o Sr. sabe disso, não pode ocultar isso, a especificidade de cada comunidade piscatória, que é o caso de Rabo de Peixe, que representa mais de 50% dos pescadores açorianos, portanto, o Projeto de Resolução fazia todo o sentido.

De facto, foi um ano muito difícil para os pescadores açorianos, fruto dos constrangimentos da pandemia, dos constrangimentos do mercado, conforme já referi, mas em especial para algumas comunidades piscatórias, por isso consideramos fundamental adotar este Projeto de Resolução e as dificuldades verificadas em 2021, no sector pesqueiro, agravaram-se, naturalmente, na sequência da guerra da Ucrânia e da espiral inflacionista, que se verifica e que tem originado uma quebra nos rendimentos dos pescadores, com um aumento galopante dos custos à produção, nomeadamente do gasóleo, em que neste momento está quase num valor de 150%, comparativamente a 2021, só para vos dar uma nota, um atuneiro abastece uma semana 11mil toneladas, em que o custo é mais 150% comparativamente a fevereiro do ano passado, assim como nos equipamentos essenciais para exercer a atividade, estamos a falar nos iscos, nos anzóis, na seda, nos combustíveis dos motores, em que alguns têm dificuldades relativo ao que se está a passar com a cadeia logística, tudo isto tem contribuído para uma série de dificuldades.

Atendendo ao impacto social e económico neste contexto da atividade da pesca, torna-se indispensável criar medidas de compensação pelos aumentos dos custos à produção e é esse o nosso objetivo, que nós estamos aqui, não há qualquer intenção política aqui, de fazer disto, digamos uma bandeira, não!

A nossa preocupação, enquanto Deputados da oposição sempre foi os nossos pescadores, portanto, é esse o nosso motivo.

Garantindo aos profissionais e em especial aos que têm baixas remunerações, meios de subsistência, para fazer face às necessidades básicas das suas famílias.

Os pescadores açorianos não podem nem devem ficar esquecidos, em especial aqueles que mais precisam, que foi o caso, e, é o caso dos pescadores de Rabo de Peixe, mas se o custo à produção tem aumentado de uma forma galopante urge encontrar soluções, que permitem aos pescadores aumentarem o rendimento disponível e uma das muitas preocupações, que não são manifestadas só por nós, mas, pelos pescadores, pelas associações, tem a ver com a continuidade ou não de mantermos ou aumentarmos os TAC's, os totais admissíveis de captura, nomeadamente em três espécies que são fundamentais para nós, o goraz e os béricos, imperadores e alfonsins de vital importância para o rendimento dos nossos pescadores.

É essencial que o Governo Regional dos Açores diligencie esforços redobrados junto do ICES - Conselho Internacional para a Exploração do Mar, Sr. Secretário, por forma a acautelar o legítimo interesse dos pescadores açorianos relativamente às possibilidades de pesca para o goraz, para os alfonsins e para os imperadores, para o próximo ano.

Esta é uma matéria muito importante para os pescadores açorianos, até porque a extensão das áreas de reserva marinha até 30%, que nós concordamos, até ao final do próximo ano, não compadece com redução de quotas, em especial do goraz, alfonsins e imperadores, o que implicaria um retrocesso na forma como nos últimos anos foi realizada a gestão de quotas, assim, como numa redução drástica de rendimento disponível para os nossos pescadores num período tão difícil que atravessamos e que poderá afetar toda a fileira da pesca.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(\*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo.

Este diploma, que foi criado pelo PSD, que teve uma alteração e ainda hoje teve uma outra alteração, veio confundir um bocadinho aquilo que era a nossa estratégia e acima de tudo, qual era a nossa posição.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso a gente já percebeu!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** É honesto e sincero!

(\*) **O Orador:** Deixe-me também entrar na brincadeira, dizer quem não tinha estratégia para as pescas era o Partido Socialista, nós temos uma estratégia e ela está muito bem montada, graças a Deus.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\*) **O Orador:** Srs. e, estava eu a dizer o porquê .

Uma coisa, e, quando o Projeto de Resolução foi criado, visava essencialmente colmatar os baixos rendimentos que se faziam sentir em

alguns pescadores na localidade de Rabo de Peixe, nomeadamente os chicharreiros, devido às circunstâncias excecionais, circunstâncias essas, que faziam com que muito do pescado que era leiloado, não era escoado na lota e o outro era devido à escassez de lula, que foi um ano excepcional pela negativa, onde as embarcações chegavam a terra com três, ou quatro ou cinco espécies e, que realmente trazia baixos rendimentos.

E nós, estávamos disponíveis, e, continuamos a estar disponíveis, para aprovar esse Projeto de Resolução, caso estejamos a falar ainda do mesmo assunto, não sendo do mesmo assunto, nós não temos condições num espaço de poucos minutos que recebemos essa alteração, não temos condições para efetivamente decidir qual será a nossa posição.

Por isso, antes de entrar naquilo que é o que o verdadeiramente interessa, queria colocar a questão ao Partido Socialista: este apoio extraordinário são para todos os pescadores, são para todos aqueles, mesmo aqueles que têm altos rendimentos, ou é para aquela exceção que nós tínhamos criado inicialmente para os pescadores de lula e dos chicharreiros, que era isso que nós estávamos a discutir, porque efetivamente, não viemos, e como já disse também aqui, o Deputado Paulo Estêvão, não viemos por uma guerra para nós não nos interessa quem é que cria o diploma, para nós não nos interessa quem é o pai da criança, para nós o que interessa é resolver os problemas dos açorianos e nesse caso, dos pescadores que estavam a passar algumas dificuldades e esta é que é a realidade.

Queria também dizer e acrescentar, não vou entrar numa guerrilha política porque efetivamente, como disse também o Deputado Mário Tomé, o que interessa é resolver os problemas dos pescadores.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

(\*) **O Orador:** Mas, nós temos um gráfico com três espécies que são das mais valorizadas e aquelas que mais exportam, falo do goraz, que em 2019 o preço médio em média de venda era 16.97 euros , hoje em dia, ou seja, em 2022, o preço médio é de 21.86 euros.

O imperador, que era vendido em 2019, e, saliente-se que 2019 foi um excelente ano e foi um excelente ano de pesca e antes da pandemia, o imperador era vendido. O preço médio a 23 euros e em 2022 está sendo vendido a 31.77 euros.

A questão da lula que também em 2019 era vendida a 7.60 euros, hoje em dia está sendo vendida a 8.71 euros.

Por isso, não vou entrar, mas todos nós sabemos que efetivamente não estamos a atravessar um ano extraordinário, não estamos a atravessar um ano pela positiva e que é preciso não esquecer que temos que atuar quando houver razões para tal. E é preciso também, referir que não é com intrigas, não é com disse ou com politiquices que vai se resolver o problema daqueles que mais precisam. Obrigado.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila, faça favor.

(\*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu compreendo a habilidade do Sr. Deputado Paulo Estêvão em trazer alguns assuntos aqui, para a gente sair, sair da discussão daquilo que é essencial, o que nós precisamos de facto, é ajudar os pescadores, e Sr. Deputado Jaime Vieira, fico muito preocupado consigo.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Não fique, Sr. Deputado!

(\*) **O Orador:** Porque os luleiros da sua terra são, portanto, a lula tem um valor muito importante em Rabo de Peixe fizeram menos 7 milhões de euros do que em 2019, portanto 2021 comparado... e agora o Sr. tem que compreender, eu sei que o Sr. fez esta festa em cima de um Porto, ...

*(neste momento o Sr. Deputado mostra uma foto à Câmara)*

(\*) **O Orador:** ... eu também compreendo que estávamos a atravessar um período pré-eleitoral que com certeza que não influenciou nada este Projeto de Resolução, mas aqui o que nos interessa de facto, e não há aqui politiquice nenhuma, não há aqui politiquice nenhuma, o que nós temos a fazer é ajudar, de facto, os pescadores que atravessaram um mau ano em 2021...

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Estamos de acordo!

(\*) **O Orador:** ... e neste momento têm grandes dificuldades devido ao aumento dos custos de produção.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, só lhe queria dizer uma coisa,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Todas as que quiser!

(\*) **O Orador:** ... a Espada Pescas, se calhar, os pescadores do Corvo venderam muitas vezes o peixe, porque havia a Espada Pescas, porque não havia nenhum comprador nas Flores e no Corvo, não se esqueça disso que, portanto, fizeram o seu trabalho.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não, não. Tinha um comprador!

(\*) **O Orador:** Mas, o que está aqui em causa, quando o Sr. Secretário, e, é com o Sr. Secretário que nós devemos tratar destes assuntos, porque é o Governo que decide, Sr. Secretário, o Sr. Secretário falou, de facto, em muitas ajudas, mas talvez não disse é que a grande fatia dessas ajudas estão canalizadas para a indústria, estão canalizadas para a indústria, que, como

sabe, é constituída por privados. Relativamente à distribuição de rendimentos, acho que por aí fica mais ou menos esclarecido.

Relativamente ao diálogo com as associações,...

**Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Manuel São João*): Não, não há!

(\*) **O Orador:** ... Sr. Secretário ainda não visitei todas, de facto, falta-me uma ou duas das associações de Pesca dos Açores, e, de facto, o que eles me dizem é exatamente ao contrário, é que não há diálogo com as associações por parte da tutela.

**Deputado Gustavo Alves** (*PPM*): Não é verdade!

(\*) **O Orador:** Algumas delas nem sequer mereceram a sua visita.

Bem relativamente à situação da cogestão da ameijoa da Caldeira de Santo Cristo. Eu, de facto, vi uma fotografia em que tinha lá muita gente, tinha muita gente que vai fazer parte dessa gestão e não vi ninguém da ciência, vai ter alguém da ciência na cogestão da ameijoa na Caldeira Santo Cristo? E outra pergunta que eu lhe queria fazer, Sr. Secretário, é relativamente ao preço de retirada e à Portaria que o Sr. falou aí que, parece que é a Portaria milagreira, eu queria lhe perguntar, quantas vezes é que ela foi ativada, porque a informação que eu tenho, pois é, o Sr. sabe...

**Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Manuel São João*): Posso chegar a informação que tenho!

(\*) **O Orador:** ... é que infelizmente, a informação que eu tenho é que não foi ativada vez nenhuma,...

**Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Manuel São João*): Não foi atividade vez nenhuma?

(\*) **O Orador:** ...,portanto, e se for assim, realmente, as suas declarações são lamentáveis, trazer aqui uma informação que não é correta.



Perguntava, o Sr. Deputado Paulo Estêvão dizia que agora é que sim, agora está-se a vender bem, pois ó Sr. Deputado, está-se a apanhar muito mais do que se apanhava, para fazer o mesmo dinheiro, está-se a apanhar muito mais e perguntava ao Sr. Deputado, o Sr. conhece algum plano de salvaguarda das espécies que têm dificuldade, o Sr. conhece algum plano?

Este Governo já fez algum plano salvaguardado das espécies, sobretudo daquelas que são mais críticas? Não! O Sr. não conhece, por uma simples razão é que não existe!

Bem, relativamente à questão das quotas, Sr. Deputado Rui Martins, realmente transferir a responsabilidade da gestão das quotas...

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Não é a gestão das quotas, é a gestão da pesca!

(\*) **O Orador:** ... para os pescadores, acho que não é a maneira mais correta, nós temos que nos concentrar, temos que trabalhar melhor e temos que gerir as quotas com mais cuidado, não é isso que está a acontecer com este Governo, infelizmente, eu digo infelizmente, mas digo sentido, eu não estou aqui satisfeito...

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** não está a ser sério!

(\*) **O Orador:** ... por ver a trapalhada que está a acontecer na gestão das quotas. Olhe, repare, repare, repare, eu sei, eu sei que o Sr. não quer ouvir.

(\*) **O Orador:** Eu sei que o Sr. não quer ouvir, olha veja, tem piada que é mesmo a Veja, a quota da Veja na Graciosa no dia 15 de julho é comunicado que a Graciosa atingiu 80% da quota, sabe quanto é que estava consumida a quota? Estava em 89%, portanto já tinha sido ultrapassada.

A quota da abrótea, no dia 20, comunicação de 80% do consumo da quota, já tinha sido ultrapassado em 13%.

O goraz no Corvo, esta tem piada que é na sua Terra, o goraz no corvo saiu uma comunicação no dia 15 de junho a dizer que já tinham atingido 80% da cota, ou seja, 16 toneladas, e, depois dizia assim, tome nota, tome nota,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso é um engano!

(\* **O Orador:** ...,quando atingir as 10 toneladas fecha a quota, portanto, é uma coisa que, repare, a Veja regional,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Alguém se enganou a fazer isso!

(\* **O Orador:** ..., que é uma coisa que é recente, Sr. Deputado, dia 6 de setembro, no terceiro trimestre, foram capturadas 90 toneladas de Veja na Região Autónoma dos Açores quando a quota seria de apenas 80 toneladas, e há mais, foi comunicada também a quota do cântaro tinha sido atingida 80% da quota trimestral quando de facto já tinha sido atingido 93%.

Sr. Secretário, isto é alguma gestão das quotas?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É!

(\* **O Orador:** Infelizmente, não é Sr. Secretário.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(\* **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Relativamente, Sr. Deputado José Ávila, relativamente a passar a responsabilidade para os pescadores, não foi exatamente isso que eu disse, aqui a questão é, não podemos é exigir que seja o Governo a gerir a carteira e a mesada

dos pescadores, eu isso não me parece sensato e vou-lhe dizer, até porque aconteceu e aconteceu este ano e os Srs. sabem muito bem, que uma associação do setor, e até a própria acusação,...

**Deputado José Ávila (PS):** Como é que um pescador sabe o que é que outro está a pescar?

(\*) **O Orador:** ..., a própria acusação de que, o Sr. Secretário não tem reunido com o setor ou com a Direção Regional das Pescas não tem reunido com o setor, é errada e há muitas provas, do contrário.

O Sr. Secretário, inclusivamente, até algo inusitado, reúne com uma associação de pescadores bastante representativa do setor, assinam um acordo de entendimento e, na semana a seguir, a associação vem dizer que, afinal, já queria mais do que aquilo que assinou na semana anterior.

Ou seja, como é que se pode governar assim? Como é que se pode governar assim? Quer dizer, mas reuniu ou não reuniu? Reuniu! Até assinou acordos de entendimento, houve memorandos de entendimento, quer dizer, então!? E, isso é a prova que houve reuniões, houve trabalho feito e depois, na verdade, as pessoas dizem o dito pelo não dito e afinal na semana a seguir as coisas já não estão bem assim, isso é um facto!

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** É verdade!

(\*) **O Orador:** Outro aspeto que, e só para dar aqui também uma chega à intervenção do Sr. Deputado José Ávila, relativamente a *fait divers*, a falar da Espada Pesca e não sei quê, mas também foi falar na ameijoia e haver ou não cientistas a acompanhar...

**Deputado José Ávila (PS):** Não é a acompanhar! É a fazer parte da gestão da quota!

(\*) **O Orador:** ... não tem nada a ver com o apoio, com aquilo que é a iniciativa do Partido Socialista, eu ainda não estou a perceber, é onde é que

a ameijoa entra, onde é que entra a amêijoa na iniciativa que estamos a discutir, eu ainda não percebi.

**Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** O Sr. Secretário é que começou quando falou da gestão da ameijoa!

(\*) **O Orador:** E, depois, na intervenção do Sr. Deputado Mário Tomé, tenho que dizer que, efetivamente, o Sr. Deputado Mário Tomé, focou aspetos muito importantes e que o Sr. Secretário e a Secretaria, obviamente, eu tenho a confiança que estão atentos e a trabalhar nesse sentido, mas focou aspetos muito importantes que tem a ver exatamente com a presença da Secretaria no âmbito do a ICES, de tudo que são plataformas europeias, de discussão de quotas, de manutenção de quotas, isso são aspetos, sem dúvida, importantes, devem-nos preocupar a todos, e, é óbvio, que não são motivo de estarmos aqui de arma de arremesso político e efetivamente julgo que é um alerta importante e vale sempre a pena falar nisso, eu tenho a confiança que a Secretaria está a fazer o seu trabalho e a realidade é que pronto, nesta minha intervenção, era um bocadinho para desmistificar essa questão, não é transferir as responsabilidades para os pescadores, mas que efetivamente eles estão, como parte interessada no setor, têm que também ser muito mais pró-ativos na gestão e na compreensão da necessidade de gerir a quota corretamente, para poderem ter uma fonte de rendimento estável durante todo o ano.

E a pergunta que eu lhes deixo, ao Partido Socialista, enquanto promotor desta discussão e deste debate e desta iniciativa, é outra vez a mesma que é: se, na verdade, uma vez que agora é para atribuir um subsídio de forma transversal, sem fazer a avaliação das quebras de rendimento por setor, porque isso foi excluído desta proposta, se efetivamente, o que estamos a falar é de uma ativação similar a ativação do Fundo Pesca, é a única

pergunta que eu fiz que não vi respondida, e, se é efetivamente isso que pretendem que se faça um apoio igual transversal a todo o sector, tenham os pescadores obtido rendimento ou não, porque não é isso que está na iniciativa.

Muito obrigado.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu vejo que o Partido Socialista adotou uma nova estratégia parlamentar, nesta rentrée parlamentar.

Então o que nós temos agora é o Sr. Presidente do Partido Socialista e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, saiu da trincheira, agora não está ali na primeira linha de combate.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Que saudades!

**(\*) O Orador:** Fica mais protegido. Tenho saudades, tenho saudades, já vamos à pesca eu estou à pesca, não pense que não estou à pesca, eu estou à pesca, o peixe é que já não está tão próximo.

Agora gostava de vos dizer o seguinte, e depois não é só isso, não é só isso, e agora, também temos, não leve a mal, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é apenas uma imagem, eu o que lhe quero dizer é que agora também temos outra estratégia.

Que é velha, velha, velha, está em todos os filmes da década de 30, pelo menos, que é o polícia bom e o polícia mau. O polícia bom é o Sr. deputado

Mário Tomé, o polícia mau é o Sr. Deputado José Ávila. O Sr. Deputado José Ávila chega ali, faz um discurso, é tudo mau, é péssimo, não sei quê, pronto a seguir, chega ao

Sr. Deputado Mário Tomé: atenção, estou aqui para dialogar e, portanto, é necessário conjugar os esforços como estão a ver, eu não estou a criticar nada, da minha parte, absolutamente nada e do Partido Socialista, é a estratégia do polícia bom e do polícia mau.

Como é que se combate isso? Bom, eu vou utilizar uma velha estratégia, que foi o que fiz na minha primeira intervenção, foi dizer-vos três palavrinhas, mais que três palavrinhas: Espada Pescas, Santa Catarina, Cofaco/Pico, o que é que acontece? Isto é a velha estratégia de mostrar um crucifixo ao Drácula, tem o mesmo efeito este três itens, têm o mesmo efeito e V. Exas. sentiram-se imediatamente coagidos,

A verdade, não é que eu nunca tinha utilizado esta imagem, portanto, isto não é um disco riscado, agora, V. Exas. têm um grande problema aqui e o grande problema que V. Exas. têm, eu tenho o problema que é o tempo, que não para de correr, mas V. Exas. têm aqui um problema enormíssimo, que é, então o rendimento aumentou, o pescado está a ser vendido a preços nunca vistos, a preços nunca vistos, estão a aumentar os rendimentos, e, V. Exas. vêm aqui com a teoria do desastre, que está tudo a correr mal.

Bom, mas os números são estes, há um sector, os pescadores nunca fizeram tanto dinheiro, e dizem V. Exas. e até utilizaram o exemplo do Corvo e das Flores: *ah, mas no Corvo e nas Flores tinham problemas anteriormente*, tínhamos, sabem qual era o problema fundamental? A falta de transporte e isso fazia com que não

se pudesse vender aos preços que estão a vender atualmente, porque esse preço agora, esse problema foi resolvido.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\*) **O Orador:** V. Exas. dizem: *nunca as espécies estiveram tão desprotegidas*, e o que eu lhe pergunto é, este é o Governo que na Europa está a aumentar mais as áreas protegidas, portanto, o vosso argumento é falacioso.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

(\*) **O Orador:** Mais rendimentos, mais proteção, melhores resultados, melhor transporte, mais rendimentos, portanto, V. Exas. nesta matéria não têm razão nenhuma.

Agora há uma coisa em que convergimos, nós ainda queremos melhorar e da parte do Grupo Parlamentar eu disse-vos que apoiava a vossa proposta e o Grupo Parlamentar vai votar favoravelmente porque ainda queremos fazer mais, queremos melhor e é isso que é o nosso objetivo, agora o vosso discurso é um discurso absolutamente falacioso, V. Exas. não têm sustentação em relação à leitura que fazem do passado, as coisas estão bem, estão a melhorar, mas nós ainda queremos melhorar mais.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Interpelação, Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

**Presidente:** É regimental, está concedido, interrompemos os nossos trabalhos por hoje.

(\*) Texto não revisto pelo Orador.

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

***Partido Popular - CDS/PP***

**Catarina Oliveira Cabeceiras**

**Rui Miguel Oliveira Martins**

***Partido Popular Monárquico (PPM)***

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

***A redatora, Sónia Furtado***